

Soene Ozana de Lima

**VISÕES/CONCEPÇÕES SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM
UBERLÂNDIA–MG 1950-1988**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de História
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Soene Ozana de Lima

**VISÕES/CONCEPÇÕES SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM
UBERLÂNDIA–MG 1950-1988**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História Social, sob a orientação da Profª Drª Célia Rocha Calvo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Agosto, 2007

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Célia Rocha Calvo – UFU
(orientadora)

Profª Drª Olga Brites da Silva – PUC- SP

Profª Drª Heloisa Helena Pacheco Cardoso – UFU - MG

Dedico este trabalho

Aos depoentes que gentilmente abriram as portas de suas casas e as janelas de suas lembranças compartilhando suas vivências.

Foram esses relatos marcados pelos seus viveres e saberes que me motivaram, renovando minhas buscas e preservando o aspecto do meu fazer, e

reforçaram em mim a certeza de que o Patrimônio não se faz de edificações, pura e simplesmente, mas sim de vivências que lhe atribuem sentidos.

Meus agradecimentos

Trabalhos como este nunca são executados isoladamente, para tanto foi preciso a força e o apoio de amigos e familiares aos quais agradeço agora.

Primeiramente a Deus, em quem busco ânimo nos momentos mais difíceis e esperança quando tudo parece ruir.

Aos meus familiares, minha mãe, minha irmã Sandra e meu sobrinho Raniel, fontes de inspiração e ajuda, principalmente por compreenderem minhas oscilações de humor e me estender as mãos sempre que precisei.

À minha orientadora Célia Rocha Calvo pela paciência e ensinamento diante do tema que propus trabalhar.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida, quem primeiro acreditou nesse projeto e desde as aulas na graduação que foram sempre instigantes

Às Profas. Dras. Heloísa Helena Pacheco e Regina Ilka Vieira Vasconcelos na leitura criteriosa do trabalho para o exame de qualificação.

Empenho meus agradecimentos às coordenações das Escolas Municipais Domingos Pimentel de Ulhôa e Hilda Leão Carneiro pela inclusão do tema Patrimônio Histórico nas atividades realizadas e pelos resultados obtidos junto aos alunos que de forma receptiva o desenvolveram.

Expresso minha gratidão aos verdadeiros amigos que me apoiaram nas dificuldades diárias ressaltando que a cada desafio é possível vislumbrar novos horizontes: Wellington, Bianca, Raimundo, Sandra Suzeli, Sandra Cristina, Marcos Henrique, José Divino e Tarcisio. Também aos amigos do Gabinete do Deputado Gilmar Machado, do Museu Municipal, Anexo Arquivo Público e Universidade Federal de Uberlândia.

Aos diretores, amigos e alunos da Escola de Dança Bailar por compreenderem minhas ausências e pelo apoio constante, Carlota, Carolina, Itair, Marcus, Arthur, Janaína, Eclesiastes, Luiza, Madalena, Luis Alberto, João Evaldo, Paulo e Regina. Também aos amigos e alunos da Atividança.

Aos depoentes que foram fonte de inspiração quando chegava o desânimo, Maria Regina, Adélia, Valda, Alice, Hέλvio, Antônio Pereira, Hermínia, Arcelino, Dorcelina, Iolanda, Álvaro, Maura e Geralda.

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo abordar o patrimônio histórico da cidade de Uberlândia, a partir da discussão de questões relativas ao conjunto de bens edificados que compõem a paisagem urbana, procurando evitar uma abordagem meramente arquitetônica e atentando para os significados construídos pelos moradores da cidade quando vivenciam edificações, praças, jardins, monumentos, símbolos, logradouros. A proposta a ser desenvolvida nesta dissertação se apóia na perspectiva que o patrimônio diz respeito, sobretudo, à memória e às experiências de vida dos moradores que habitam, trabalham e convivem no espaço urbano. Nesse sentido, são analisados os órgãos de preservação e as diferentes visões da imprensa escrita, como Jornal Correio de Uberlândia e o Jornal Primeira Hora, juntamente com a documentação das políticas públicas e as narrativas dos trabalhadores sobre o processo de preservação. Isto permite abordar a questão do patrimônio sob uma multiplicidade de pontos de vista, ou seja, não se limita às fontes oficiais e ao discurso dominante sobre a cidade.

Palavras-chave: Memória; Cidade de Uberlândia; Narrativas Orais; Imprensa Escrita; Patrimônio Histórico.

ABSTRACT

This work aims at approaching the historic heritage of Uberlândia, by means of the discussion of issues related to the history of buildings that compound the urban landscape. The research seeks to avoid the merely architectonic approaches and to emphasize the meanings built by the dwellers when they visualize squares gardens, monuments and streets. The proposition to be developed in this work relies on the idea that heritage is about memory and life experience of individuals who live, work and live together in the urban space. In this sense, we analyze the institutions of preservation and the different views of the Press, likes those promoted by the journals “Correio de Uberlândia” and “Primeira Hora”; the documentation of public policies and the worker’s narratives about preservation. This work permits the study of heritage from several standpoints, and it doesn’t confine itself to the official sources and the ruling discourse.

Keywords: Memory; City of Uberlândia; Spoken Narratives; Press and Historic Heritage.

LISTA DE SIGLAS

CDHIS -	Centro de Documentação e História da Universidade Federal de Uberlândia
CMU -	Câmara Municipal de Uberlândia
COMPHAC -	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia.
DMPH -	Divisão de Memória e Patrimônio Histórico
NUHCIS -	Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e Ciências Sociais
PMU -	Prefeitura Municipal de Uberlândia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
CAPÍTULO I	
Esquecer o passado, enaltecer o futuro.....	30
CAPÍTULO II	
“Preservar, recuperar, tombar, inventariar”: elaboração da Política de Patrimônio Histórico.....	56
CAPÍTULO III	
Patrimônios culturais: lugares lembrados, lugares preservados.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116
APÊNDICES.....	119

APRESENTAÇÃO

Este trabalho pretende interpretar as diferentes visões, concepções do patrimônio histórico na cidade de Uberlândia-MG. Tem por objetivo adentrar o campo da memória e da história visualizando uma concepção histórica referente ao tema.

Para tanto, fez-se necessário percorrer a minha própria trajetória em relação a minha formação e inquietações que se formularam, no período da pós-graduação.

Nessa perspectiva, como moradora de Uberlândia fui percebendo as transformações ocorridas nessa cidade, que me inquietavam cada vez mais. Essas inquietações se adensaram, principalmente, quando como estudante de história, tive contato com os Jornais locais através de um estágio via Prefeitura/UFU em que tentávamos contextualizar o acervo composto por utensílios dos trabalhadores rurais, objetos domésticos, móveis, indumentárias e outros, do Museu Municipal de Uberlândia.

Assim, colocava-me frente a esse desafio, o que me possibilitou uma análise do discurso voltado para o progresso apontado pela imprensa escrita nos anos de 1907-1916¹ revelando uma cidade progressista e mostrando um discurso que se contrapunha a outro quando os gerenciadores da cidade tentavam projetar uma imagem modernizadora para atrair capitalistas. Ao mesmo tempo, era possível perceber que existia uma cidade com sérios problemas como falta de saneamento básico, infra-estrutura adequada para o mínimo de comodidade dos habitantes como água tratada e encanada e o embate dos capitalistas exigindo dos moradores uma construção estética mais elevada negando a forma rudimentar, portanto, cultural, do fazer de pessoas com poder aquisitivo mais baixo. Pediam também melhoria nas ruas, logradouros e outros já que a cidade era apontada como uma das melhores do Triângulo Mineiro na visão desses organizadores e dos jornalistas.

Pesquisando ou transcrevendo pesquisas para graduandos e professores de diversas áreas para conclusão de mestrado e doutorado, pude ter contato com os mais diversos documentos em arquivos, em especial com os jornais, acrescentando desde então algumas questões pertinentes aos temas que venho trabalhando desde a graduação. Os temas trabalhados diversificaram meu conhecimento, principalmente por sua variedade, o que acrescentou nas diferentes abordagens sobre a cidade, entre eles: cinemas; discurso progressista dos articuladores da cidade; instrução na década de 1920; boemia; sindicato da

¹ LIMA, Soene Ozana de. **O poder da imprensa na construção do imaginário social: Uberlândia 1907-1916**. 1999. Monografia (Graduação em História)- Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Artes, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999.

alimentação; empresas do grupo Algar (Alexandrino Garcia) e a própria CTBC - Companhia de Telefones do Brasil Central; ações comunitárias no governo Zaire Rezende (década de 1980); trabalhadores: domésticas; construção civil; carregadores de mercadorias (chapas) e outros. Após a graduação, conhecendo os espaços que guardavam essas memórias como o Arquivo Público, o Museu e o CDHIS (Centro de Documentação e História da Universidade Federal de Uberlândia), enveredei-me pela especialização trabalhando com a imprensa escrita² voltada para a importância da arquitetura moderna no sentido de enaltecer o progresso material.

Diante dessa quantidade de material trabalhado fui compreendendo e conhecendo mais os lugares de memória existentes na cidade e despertando meu interesse para aprofundar o conhecimento sobre o tema que trabalhei nessa pesquisa. A documentação com as quais tive contato foi me alertando para a temática abordada neste trabalho, onde me predisponho a mostrar como é viver em uma cidade que se distanciava a cada dia da cidade que havia vivido em minha infância, adolescência e mesmo agora. A proposta é perceber como e porque essas modificações ocorrem na cidade e como se dá a participação de outros sujeitos nesse processo.

As contribuições vindas das disciplinas realizadas na linha Trabalhos e Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, em especial sobre memória e história, possibilitaram ampliar esse olhar no campo social. Essas discussões orientaram minhas reflexões sobre a cidade nas diferentes visões sobre o patrimônio histórico. Os diálogos com os colegas da Linha também vieram acrescentar, em especial os debates que tive com Júnior³, ao trabalhar com o bairro em que morei praticamente a vida inteira colocando-me cada vez mais diante do desafio que me propunha a enfrentar.

Assim comecei a perceber, com mais atenção e sensibilidade, que essas alterações, na concepção de patrimônio histórico, mais do que me inquietavam também me aborreciam. As construções antigas, embora não nos pertencendo, as temos de forma afetiva, pois constituem o patrimônio histórico e mais do que alterar edificações ou espaços físicos, alteram os costumes, as vivências, e desorganizam nossos lugares de ir e vir.

² LIMA, Soene Ozana de. **Configurações do espaço urbano elaboradas pela imprensa local – Uberabinha 1907-1916**. 2001. Monografia (Especialização em História do Brasil, sociedade, trabalho e cultura). Universidade Federal de Goiás, Catalão-Go, 2001.

³ Para maior compreensão sobre territórios construídos a partir das relações sociais estabelecidas na cidade de Uberlândia, revelando que algumas mudanças quebram os modos de vida apresentadas por sujeitos que demonstram um outro olhar desta cidade, ler: JÚNIOR, Renato Jales Silva. **Memórias e narrativas de viveres urbanos o Bairro Bom Jesus**. Uberlândia – (1960-2000). 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

Para desenvolver essa problemática foi importante dialogar com alguns autores que orientaram a proposta de investigação tanto de supostos teóricos como de metodologia.

O texto de Paoli⁴ enriquece esse trabalho em torno da história, memória, patrimônio e passado que formam sentidos múltiplos e conflitantes. O patrimônio histórico, na sua perspectiva, deve evocar uma dimensão múltipla da cultura como imagem de um passado vivo, ou seja, que tem um sentido coletivo. Segundo essa abordagem não basta guardar documentos históricos, ou mesmo documentos arquitetônicos e obras de arte espalhadas pela cidade, achatados na paisagem urbana, objetos congelados em museus e documentos históricos de interesse apenas para os pesquisadores. A reflexão esbarra na não compreensão do passado, visto como algo antigo através do debate moderno e da modernidade, a produção constante do novo enfrenta a questão e a intervenção na cidade. Para que a história não seja compreendida como acabada e fechada, desvinculada do tempo social, daí a idéia de nostalgia daquilo que acabou, tendo no sentido da perda o fim, mas uma vez se prendendo ao conceito de uma história finalizada.

Paoli aborda ainda um tema importante, no Brasil como em outros países, ao não se trabalhar a cidadania e a identidade. A autora tece uma crítica ao que se ensina nas escolas, ao que se separa para mostrar aos turistas e ao que é celebrado nos feriados nacionais.

A tarefa maior seria a de socializar experiências dos cidadãos, das diferenças existentes, das identidades e das desigualdades. Trazer essas questões para o cerne da discussão é uma maneira de deixar que a população participe dos debates, das escolhas a serem feitas. No dizer de Paoli,

Por isto, é necessário ter claro que o espaço da cidadania, que permite a produção de uma história e de uma política democrática de patrimônio histórico, não necessita de ser preenchida por um novo herói. Ela trabalha em torno da disputa pela memória social, que constantemente desmonta os mecanismos de institucionalização do significado que a sociedade constrói a respeito de si mesma – de seus cidadãos, de suas diferenças, de suas identidades e de suas desigualdades.⁵

O que vejo é a falta de incentivo ao estudo do passado e da história como algo dinâmico e necessário. Trabalhar o sentido da preservação e do passado é uma forma de

⁴ PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: **O Direito à memória, Patrimônio Histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

⁵ Idem, p. 27.

deixar que cada cidadão possa tomar suas próprias decisões, e fazer suas escolhas, e optar por aquilo com o que se identifica e que compreendam como sendo algo de relativa significação para posteridade. Bem sabemos que esses sujeitos são capazes de opinar sobre os bens que gostariam de ver preservados, o que pude sentir através deste trabalho.

Dentro dessa abordagem, Calvo argumenta a possibilidade de se trabalhar com as narrativas entendendo criticamente como esses sujeitos observam o processo de transformação da cidade,

destacando a construção de temporalidades, de projetos e, sobretudo de sujeitos que elegiam outros momentos, processos e lugares para cunhar os sentidos das mudanças da cidade, vislumbrando, assim, as articulações históricas entre as memórias hegemônicas e aquelas que foram produzidas na pesquisa e que tinham como referência as mudanças nos espaços, territórios e viveres cotidianos.⁶

Enquanto os sujeitos, moradores e trabalhadores de Uberlândia, traçam seus caminhos, elegem seus espaços, os agentes de transformação urbana quiseram que a cidade tivesse características modernas, cometendo desatinos e agressões em nome do poder político, que na ânsia em fazer evoluir aspectos materiais renegaram seu passado e, conseqüentemente, todas as suas histórias calcadas em cada construção.

Nesse aspecto, a imprensa buscava enfatizar as configurações visíveis e materiais, o urbano passava por reestruturações, buscando, nesse sentido, as construções, bem como as demolições. Na visão dos políticos, e mesmo dos redatores de jornais, para que o novo fosse implantado, o velho deveria ser suprimido. E é por esse motivo que serão feitos constantes pedidos de construções, de aformoseamento das praças, alargamento de ruas e desapropriações.

A imprensa escrita uberlandense, com raras exceções opunha-se ao poder vigente, pois na maioria defendia as classes capitalistas vindo desde sua fundação na cidade alastrando a idéia de renegar o passado, e com isso, suas marcas deixadas através das construções. Para refletir sobre a Imprensa e as construções de sentidos busco em Cruz a reflexão de que:

A belle époque paulistana insinuava-se com toda força, novas formas de sociabilidade pareciam se impor, jornais e revistas projetavam-se sobre a

⁶ Calvo, Célia Rocha. .Muitas memórias, outras histórias de uma cidade. Lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia. In: **Muitas memórias outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004, p. 156.

*cidade as demandas de diferentes grupos sociais e davam visibilidade a um processo acelerado de ocupação/invenção dos espaços públicos da metrópole e da formação. Na reflexão mais específica sobre as relações entre cultura letrada e vida urbana no período, a imprensa, constituindo-se como um espaço de gestação e manifestação de novos significados e projetos sociais, apresentava-se como suporte fundamental.*⁷

A contribuição de Cruz se faz ao apresentar a imprensa também como divulgadora do projeto de expansão do urbano, o que me orienta a perceber a imprensa como agente produtor e difusor de uma concepção do patrimônio histórico.

Refletindo sobre a importância dessas fontes, a obra de Silva⁸ contribui ao refletir sobre as cidades que tentam se organizar sem pensar que existem seres humanos ocupando e “desorganizando” esse espaço em que seus dirigentes tentam a seu modo organizar.

De acordo com a autora, Belo Horizonte ainda tenta manter sua modernidade, ainda se busca na técnica da organização fazê-la crescer contendo a expansão. Criando uma cidade como se não houvesse conflitos, tentando manter um discurso apolítico e a idéia de cidade moderna. Mas uma cidade não se constrói assim, mesmo através de toda luta dos projetistas, dos prefeitos e dos discursos meramente introjetados, as cidades se formam nos conflitos sociais. O que se faz necessário é recuperar essa cidade vendo-a como um espaço de vida social de múltiplos agentes.

Em Uberlândia é possível perceber a preocupação desses organizadores querendo implantar novos modos de vida, de reorganizar essa cidade demonstrando através de artigos, no caso do Jornal Correio de Uberlândia, um espaço aparentemente sem conflito. As matérias jornalísticas têm como público leitor os capitalistas, os patrocinadores que com a expansão da cidade vão assumindo os lugares até então ocupados pela ala menos favorecida de Uberlândia.

Enquanto historiadora, busco nesses jornais problematizar sobre as visões de patrimônio histórico, bem como reconhecer, tramar e dar um sentido ao passado. E ao percorrer esses caminhos é possível perceber que havia um empenho efetivo dos jornalistas e dos políticos, que especificamente de 1950 a 1988, tentavam persuadir aos moradores sobre a necessidade do município progredir.

⁷ CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo de papel e tinta: periodismo e vida urbana, 1890-1915.** São Paulo: EDUC: FAPESP, 2000. p 19-20.

⁸ SILVA, Regina Helena Alves da. **A cidade de Minas Gerais.** Belo Horizonte 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p 161.

Ao se trabalhar com a imprensa escrita devemos estar atentos para que tipo de fonte estamos olhando, como por exemplo, indagar os jornais, o grupo de apoiadores, que tentam passar uma visão de cidade a qual deve ser refletida. Essa imagem de cidade que circula na rede dos letrados tem uma intenção que deve ser analisada, daí a importância de perceber como essa hegemonia se constrói. Para tanto, é preciso saber por qual grupo esses meios de comunicação estão sendo financiados e qual a finalidade de determinados órgãos de imprensa em defender ou criticar os problemas existentes na cidade, pois não podem atingir aos seus pares, ou seja, o grupo que os mantêm.

No entanto, não podemos deixar de nos ater às questões, como ler as entrelinhas desse documento que é carregado de intenções e de subjetividades. Mas, não podemos descartar a importância dessa fonte naquilo que contribui para a memória, a que nos propomos reconstruir. Conforme Zicman⁹, a imprensa, em certos períodos, é a única fonte de reconstrução histórica e, nesse sentido, rica em dados e elementos de natureza até mesmo subliminar do próprio observador.

Todo documento é a representação de um grupo social, que em particular não foge da subjetividade que representa, havendo uma representatividade em cada relato, pois muitas vezes, o jornalista não fala por si, mas representa todo o sistema que se encontra por trás dessas relações. Em cada fato narrado há uma intenção e quase sempre imbuído de sentimentos, daí ser necessário também fazer uma leitura minuciosa desse documento, daquilo que os redatores quiseram dizer, mas não disseram. Outras vezes temos que nos ater àquilo que quiseram ocultar.

Importa ressaltar que são nessas fontes que vários historiadores têm se ancorado para a produção de suas obras, em especial no que se refere à história local, pois:

Se durante muito tempo, a imprensa foi desprezada pelos historiadores de formação positivista que a consideravam “pouco confiável” devido a carga de subjetividade que carrega, hoje a utilizamos, sobretudo, devido a essa subjetividade, mais ainda, pelo seu caráter de formadora de opinião: nos remete a perceber que por mais que esses jornalistas tentem se fazer representar enquanto intérpretes da classe popular, do pobre, do necessitado podemos perceber que o fazem muitas vezes em manifestação aos seus próprios desejos.¹⁰

⁹ ZICMAN, René Barata. História através da Imprensa - algumas considerações metodológicas. In: **Revista Projeto História**. São Paulo/PUC, n. 3, p. 89-91, 1984.

¹⁰ VIEIRA, M. do Pilar de A. et. al. Imprensa como fonte para pesquisa histórica. In: **Revista Projeto História**. São Paulo/EDUC, n. 3, 1984, p. 48.

Diante dessas questões pensei em pesquisar os jornais, pois foi mais uma forma de acompanhar esse movimento de demolições e de construções em Uberlândia, mas estas trazem concepções, interesses e campanhas que explicitam as disputas, os conflitos pelos quais passam a cidade.

Ao trilhar cada página do jornal Correio de Uberlândia deparei com os esforços desses cronistas que abraçaram a proposta de disseminar uma imagem de cidade progressista, tentando através de seus discursos grandiloqüente fazer com que a modernização tomasse formas concretas, inclusive exigindo do poder público melhor inspeção das construções para que a arquitetura fosse feita em estilo moderno, caracterizando a riqueza material.

Através desses artigos podemos ter uma visão do que representava para esses cronistas os casarões mais antigos que, para eles, eram motivo de vergonha por atestarem a carência, a falta de modernidade. Essas obras eram o entrave para que seus projetos de cidade progressista não caminhassem. A persuasão fazia-se presente; ela era real e visível, e a partir desse discurso foi se sedimentando, se cristalizando a idéia de que as construções vindas de outros tempos, quando constituíam um estilo de vida, uma aprendizagem de tempos passados, representavam um atraso que deveria imediatamente ser apagado. Vale lembrar que nessas casas consideradas velhas e antigas moravam pessoas mais simples, de poder aquisitivo mais baixo. Essas moradias, antes, estavam em um lugar mais afastado e, com o tempo, à medida que a cidade crescia, foram sendo alcançadas pelos capitalistas. Essa localidade passa, então, a ser alvo desses investidores do progresso, que na tentativa de valorizar essa área que se tornava central, procuram afastar esses moradores para partes mais periféricas construindo no local o que bem desejavam.

O Jornal Primeira Hora permitiu uma avaliação mais sistemática sobre as versões da política de preservação dos patrimônios tanto nacional como local na década de 1980, engajando na proposta de defesa da cultura, da preservação, nos apontando uma outra vertente sobre o Patrimônio histórico, os processos de tombamento, dos grupos e órgãos de preservação que ganhavam visibilidade institucional como a Secretaria de Cultura, o COMPHAC (Conselho do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural), o NUHCIS (Núcleo de História e Ciências Sociais - UFU) e relatos dos processos de tombamento.

Trabalhar com a imprensa escrita foi significativo porque de um lado o Jornal Correio de Uberlândia defendia, desde 1950, as demolições elegendo o patrimônio das

grandes obras, da arquitetura inovadora; por outro lado, o jornal Primeira Hora apoiava um debate, na década de 1980, demarcando a minha observação da discussão sobre preservar no campo municipal e nacional, quando o país se movimentava em torno da questão da preservação. Quando o sistema urbano já está muito alterado o Jornal Primeira Hora trabalha com a perspectiva de um patrimônio do passado, de concepções de preservar e valorizar a memória da cidade, o que se contrapõe com o que o Jornal Correio de Uberlândia defendia; o embate desses órgãos denuncia que “*a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa.*”¹¹.

Neste trabalho serão apontados os patrimônios tombados, a visão de tomba, inventariar e preservar do setor responsável pela guarda documental apresentando o histórico desses órgãos de preservação. Ao tentar compreender como foi realizado o processo dos bens tombados no período de 1968 a 1985, pude assim investigar quais foram os requisitos para se tomba algumas construções, e se foram analisados valores históricos, ou arquitetônicos. Estando em contato com moradores de Uberlândia, indagando sobre seus sentimentos, críticas, suas paixões e opiniões a respeito das constantes transformações aqui realizadas, pude entender o que pensam essas pessoas ao verem sua cidade se transformar com tamanha rapidez, através das novas construções, e problematizar a importância dessas construções preservadas para esses entrevistados.

Essa discussão permitirá a compreensão, dentro do que proponho, das práticas vinculadas às políticas públicas, onde muitas vezes não há a participação da população e nem se conhece suas memórias na reorganização espacial da cidade.

No que tange às narrativas orais, ao privilegiá-las nesse trabalho, permitimos que aqueles que vivem o dia-a-dia dessa cidade possam nos apontar vozes silenciadas ou ecos sobre seu passado. Evocando essas vivências, promovemos o diálogo entre o que foi preservado como testemunho cultural e o valor deste em relação à experiência desses sujeitos.

O fascínio que a fonte oral nos causa situa-se na declaração de Portelli: “*As fontes são pessoas, não documentos*”¹². Reduzi-las seria furtar-lhes o essencial. Daí

¹¹MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: **Muitas memórias outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2004. p. 15

¹² PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos. In: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, vol 1, n. 2,1996, p.60.

também permitir o enfrentamento que a entrevista nos proporciona, pois estamos diante de um ser humano, e não dá para folheá-lo. O que arriscamos fazer é não perder os sinais, os emblemas do descortinar do passado que se mostra à nossa frente. Mais do que usar a metodologia como mera técnica, deve-se considerá-la como amparo para extrair dessa relação (pesquisador/depoente), o fato para desenvolver a problemática, previamente discutida, embora reconheça que a problemática pode ser reconstruída ao longo da busca, da troca, do olhar minucioso que constitui o que denominamos: investigação.

No caso específico da fonte oral, o enfrentamento referido requer maior habilidade, pois a igualdade alcançada no campo de possibilidades amplia-se porque o pesquisador transita entre a posição de observado e observador, o que possibilita ao processo, inclusive, uma avaliação que deveria constar no trabalho final.

Ao inserirmos na produção historiográfica trabalhos resultantes de uma ação investigativa desses relatos, colocando esses sujeitos depoentes na cena central da trama social, estaremos diversificando o campo historiográfico ampliando-o. Não pela crítica vastamente divulgada, que se utiliza da fonte oral na ausência de outra documentação, mas, sim, tratando-a pela sua especificidade e aspecto humano único, que esta nos permite do real caráter dialógico.

Um importante aspecto da utilização da fonte oral e seus estudos é oferecer-nos reflexões que também podem ser válidas para os documentos escritos. Assim, pois, analisamos que estes foram escritos por homens com suas idéias, paixões, facções políticas, enfim, seres humanos. Pensar a História, tendo como objeto o homem, e este inserido em uma realidade que será investigada a partir do desenvolvimento dessa relação entre o observado e observador, resulta em um discurso. E esta produção terá profundas convicções, argumentações referentes à temática preestabelecida. O compromisso social nesse momento surge da articulação do historiador com suas fontes, contribuindo, através da sua produção (teses monográficas, artigos), para outras versões sobre o tema pesquisado, de uma nova visão não unívoca, mas que contemple as muitas histórias e outras memórias.

Trabalhar com a perspectiva de permitir aos leitores uma consciência crítica sobre o tema pesquisado, instigando às novas reflexões faz parte do exercício desse compromisso social.

Acredito que renegar o passado é desprezar sua história e a vivência de seu grupo social. E é por esse motivo que queremos entender qual foi o pensamento dos moradores ao verem várias construções sendo demolidas. Compreender a dinâmica da

cidade e suas transformações nos permite conhecer as experiências e vivências da sociedade que a constitui. Como historiadores e cidadãos, sentimos a necessidade de interpretar o local no qual vivemos.

Ouvir, e fazer com que sejam ouvidas estas vozes, é uma maneira de tornar públicas as implicações de uma política cultural que oficializa os tombamentos por meios jurídicos, mas não torna público o processo de seleção, junto à comunidade.

O imprescindível é não considerar a fonte oral fora de sua especificidade, no aspecto da entrevista, que nos possibilita uma relação direta com o entrevistado. Esquivar-se desse fato é retirar da metodologia o que nos aproxima dessa relação direta, pois a memória é um fator da mente e compõe a coleta desses depoimentos. É importante sabermos que não estamos diante de um arquivo com fichas numeradas, índices ou páginas marcadas. Estamos diante de um ser humano com subjetividade, que analisada e contextualizada, nos permite incorporar os indivíduos ao processo de construção do discurso historiográfico.

Para além de todas as observações técnicas referentes à História Oral, cabe ao pesquisador a tarefa de traduzir, interpretando subjetividades como manifestações socialmente construídas.

A possibilidade de trabalhar a “*fusão do individual e do social*”¹³ como articulação investigativa para o desenvolvimento do discurso resultante desse processo, caracteriza uma especificidade da fonte oral a qual deve ser para o pesquisador de suma importância na investigação. Ainda que exista uma significativa distância em relação ao tema da subjetividade no “*campo da história*”¹⁴, um maior enfrentamento desse tema e maior embasamento teórico por parte dos pesquisadores, os instrumentalizarão para o trabalho de campo, de pesquisa, sem perderem no entanto, a essência dessas entrevistas, que consistem na produção de um material riquíssimo para análise e pesquisa sobre o tema proposto, o qual motivou essa busca, esse empreendimento teórico-prático que constitui o exercício do fazer histórico.

Para além dessas discussões, trazer os moradores comuns nesse debate é talvez o mais interessante nesse trabalho, pois assim podemos colocá-los na cena do fazer histórico revelando que eles elegem seus patrimônios, deixando frente a frente os moradores comuns e os técnicos responsáveis pelo processo de tombamento.

¹³ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. In: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 64.

¹⁴ *Ibidem*, p.65.

Compreendendo que a dinâmica da cidade se compõe de diferentes sujeitos, busquei através das narrativas orais outros sentidos, para tanto selecionei depoentes de ambos os sexos e de diferentes formas de inserção social. O critério a ser estabelecido era que esses moradores tivessem contato com a cidade no período de 1950 a 1980, sendo estes nascidos em Uberlândia ou não.

Procurei também conversar com funcionários públicos ou trabalhadores envolvidos no processo de tombamento da década de 1980.

Poucos foram os sujeitos comuns que se recusaram a dar seu testemunho, no entanto, alguns voltados à questão política do Patrimônio se recusaram a conversar ou a autorizar suas entrevistas no trabalho, o que não inviabilizou a sua tessitura, ao contrário, me alertou para o entendimento de que, no que tange ao patrimônio histórico, as leis, a burocracia e a política que envolvem esses setores ainda não são bem resolvidas. Há receios, medo de falar no assunto e mesmo certo cansaço de se lidar com algo que exige muito de si e, mais ainda, uma despreocupação das pessoas que muito fizeram pela preservação dos bens tombados na década de 1980.

Quando a população relembra as suas histórias, uma outra cidade é apontada; tranqüilamente se transportam no tempo, às vezes até se esquecem que estão diante de um entrevistador e de um gravador que capta sua fala, sua voz tremida diante de uma lembrança que lhe causa dor, ou mesmo de uma voz que se altera diante de uma lembrança repentina. Infelizmente, o gravador não consegue captar os olhos marejados de lágrimas; um olhar distante e perdido naquelas lembranças; um sorriso e uma pausa em que o depoente se dá o direito de reviver aquele momento sozinho, sem que nada nos transmita, observações essas que o historiador não pode deixar de interpretar, pois compõem o momento da entrevista. Mas, ainda, podemos captar nas falas, que quase sempre surgem poéticas e nostálgicas, um agradecimento por ajudá-los a se recordarem de tempos há muito vividos, além de poder contribuir com uma história narrada sem fragmentos, contínua e que os faça compreender e sentir momentos sobre os quais até então não haviam refletido.

Assim, buscam diversas formas de manterem registrados esses acontecimentos, até que alguém lhes dê motivos para exporem esses fatos como guardiões e responsáveis por essas memórias, que passam do individual para o coletivo a partir do momento em que se recordam dos seus grupos.

A abordagem realizada através das narrativas orais constitui-se em um campo repleto de possibilidades de troca entre entrevistado/entrevistador. Assim sendo, a

riqueza que encontramos a partir desse diálogo com o entrevistado está naquilo que nos é acrescentado através desses encontros.

Durante as entrevistas, os registros desses depoentes aparecem das mais diferentes formas, recortes de jornais, pinturas em telas e mesmo anotações que nos trazem durante as entrevistas. Assim, o Sr. Arcelino nos repreende delicadamente: “*A gente não lembra assim, se bem que uma coisa dessa a gente tinha que saber que ia haver uma coisa dessas pra gente ir aos guardado e relacionar. (Riso). Era. Ai seria bem mais fácil.*”¹⁵. O que ele diz é que a entrevista o tinha apanhado de surpresa e ele gostaria de ter lembrado mais, pesquisado seus guardados e, mesmo quando já estou no portão de saída, ainda grita da sala “*não falamos do Colégio Estadual*”. Ao nos chamar a atenção para o fato de ter se esquecido de algo que lhe é importante, principalmente porque foi professor e admira a existência desse patrimônio, também reforça o interesse em expor suas histórias, suas vivências e de poder participar desse processo de preservação. Mesmo que não resulte em tombamento, o fato de participar desse projeto já o faz um multiplicador dessa idéia preservacionista.

Aos depoentes selecionados restou uma atividade primordial de emprestar seu conhecimento estabelecendo entre entrevistador e entrevistado um respeito de se desligar o gravador nas horas pedidas, de ouvir suas confidências sem publicá-las e de dar o direito de não gravar seus desabafos que por hora não quiseram que fossem publicados. São esses sujeitos que enriquecem nossos trabalhos e nos permitem, como fontes vivas, clarear e acrescentar o nosso saber.

O roteiro por mim traçado buscava compreender os laços desses moradores com essa cidade, com isso busco entender como foi sua infância, pois, no meu ponto de vista, essa é uma maneira de compreender a intensidade de vínculo com o espaço de moradia. Passava depois por entender os motivos que levaram essas pessoas que não são de Uberlândia em sair de sua cidade para outra e como foi chegar nesse espaço; e dos uberlandenses, procurei compreender os espaços que transitaram. Logo, perguntava pelo entendimento desses com respeito a patrimônio e quais elegiam para que fossem preservados. Fazia-se importante também saber o relacionamento desses com os órgãos de preservação, se sabiam quais eram e se haviam ouvido falar ou se já teriam lido sobre os tombamentos. Finalizava deixando que estes falassem algo que eu não havia perguntado e que eles gostariam de falar. Por horas ouvi suas narrativas sobre as

¹⁵ Arcelino Pereira dos Santos. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 23 de março de 2004.

transformações desse espaço, suas seleções de patrimônios, suas vivências com os bens tombados, suas preocupações com as leis e políticas de preservação, seu entendimento sobre patrimônio histórico e suas lembranças, mesmo aquelas que por vezes privilegiaram muito mais personagens do que particularmente construções. Tive que lidar com algumas respostas evasivas, a fuga ou desvios de assuntos que não queriam tocar, principalmente porque as pessoas não são neutras e revelam em seus discursos seus anseios, suas paixões e sua maneira de problematizar as questões.

Na perspectiva de compreender o que foi preservado em Uberlândia e como era pensado o patrimônio na cidade na década de 1980, podemos analisar a Lei nº 4240 de 1985, que é quase uma cópia da Lei nº 25 de 1937 – que definia o Patrimônio Nacional, a qual se transcreve: Art 1º *“Constitui o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia, o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Município, e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Município quer por seu excepcional valor artístico, tanto arqueológico como etnográfico, e cultural, tanto biográfico, como documental.”*¹⁶.

Sendo o Patrimônio Histórico o conjunto dos bens imóveis eleitos pela comunidade como os elementos materiais ou imateriais com os quais se identifique, é necessário que compreendamos como essa população tem interagido com esses bens e buscar nas memórias desses interlocutores aquelas construções que tenham maior significado para sua vida, sendo elas tombadas ou não.

A partir dessas observações podemos afirmar que o Tombamento e Patrimônio Histórico, dizem respeito a questões bastante amplas, pois não é o fato de um bem ser legalmente protegido que o torna um bem patrimonializado. Há construções que são para a população bens patrimoniais e que, no entanto, ainda não foram tombados e que talvez nem o sejam.

Para tanto, as fontes trabalhadas nessa pesquisa foram: Documentos da Prefeitura - referentes ao patrimônio histórico como dossiês, inventários, folders, leis, relatórios, projetos de restauração, justificativas de tombamento, discursos proferidos por políticos e decretos que me possibilitaram entender como funciona o poder institucionalizado, as burocracias, os trâmites legais pelos quais se deu esse processo de tombamento e de criação e envolvimento dos órgãos de preservação.

¹⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Lei nº 4240 de 14 de novembro de 1985. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico, artístico e cultural do município de Uberlândia. Uberlândia, 1985.

Também as Atas do COMPHAC possibilitaram compreender a atuação desse Conselho nos trâmites da preservação, suas ações, os entraves, os debates e sua importância nesse processo de conscientização e do debate sobre o patrimônio em geral. Foi possível perceber seu crescimento enquanto órgão que firmava sua atuação na cidade, principalmente quando passou a atuar como agente deliberativo e não mais como consultivo, embora isso tenha ocorrido posteriormente a temporalidade aqui trabalhada.

As outras fontes como já citei foram os Jornais *Correio de Uberlândia*¹⁷ (1950-1988) e *Primeira Hora*¹⁸ (1982-1988), os quais apresentam idéias divergentes e são amparados por grupos opostos.

Dentro das possibilidades por mim estabelecidas em relação às entrevistas, surgem os seguintes depoentes: D. Adélia, nascida em 1928 em Jardinésia, município do Prata-MG, veio para Uberlândia em 1938. Tive acesso à entrevistada em 18/03/2004, por indicações de outras pessoas que conversaram comigo no início desse trabalho e ao ler um artigo no *Jornal Fundinho Cultural* no qual D. Adélia contava a história de sua residência. Decidi procurá-la. A depoente apresentou interesse em narrar suas histórias, e um fato que me marcou nesses diálogos foi quando D. Adélia levanta-se, em alguns instantes, movimentando as mãos que trazem os sinais dos anos já vividos e destranca a porta da sala de várias trancas que substituiu uma porta de duas folhas. Atravessa o pequeno corredor que a separa da rua movimentada. Aproxima-se do portão de grades de metal como se reforçasse a necessidade de segurança. Chega ao passeio de pouco mais de um metro. Fita as casas dos seus vizinhos com olhos de quem revisita o passado

¹⁷ Fundado em 1937, o *Jornal Correio de Uberlândia* passou por algumas direções: “*Ary de Oliveira, Hostilio Alves de Oliveira, Iberê Goulart*”¹⁷, até pertencer em 1955 ao vereador da UDN Valdir Melgaço e ao Grupo Algar (grupo Alexandrino Garcia), que possui um aglomerado de empresas desde indústrias de óleo até transportes aéreos, e que continua em seu poder até os dias atuais. Seus redatores exaltavam as demolições e os novos edifícios que emergiam de uma campanha acentuada de que o progresso caminhava ao lado da modernidade, quando dava à cidade feições modernas, implodindo as construções de estilo arcaico e fazendo emergir do pó das implosões os novos edifícios.

¹⁸ Seu primeiro exemplar surge em 1981 ganhando maior expressão na campanha do candidato Zaire Rezende (PMDB) à prefeitura de Uberlândia, que vinha com um projeto de redemocratização, tendo um forte grupo de apoiadores que partilhavam desses mesmos ideais. O *Jornal* teve como jornalista e até redator chefe, Pedro Divino Rosa (Popó) que logo foi eleito vereador (PMDB) em Estrela do Sul-MG, o que dará ainda mais suporte ao projeto de preservação do patrimônio público, uma vez que essa cidade tinha um caráter emergente de proteger o patrimônio por motivos naturais, pois as enchentes estavam destruindo os casarões centenários. O *Jornal Primeira Hora* tinha projetos diferenciados como debater sobre a cultura, criar espaço para a participação popular, uma página específica para a política local mostrando o trabalho dos políticos de Uberlândia e foi por vezes perseguido por seus inimigos políticos, o que culminou no seu fim em 1988. Embora a Secretaria de Cultura assinasse esse jornal, ele não se encontra sequencialmente no Arquivo Público, além do que muitas folhas foram recortadas por usuários desse setor público.

e como se pudesse reter o tempo, interrompe seu silêncio apontando para as casas da Rua Augusto César (antiga Rua das Pitangas) e diz em voz baixa, que nem mesmo as telhas antigas as pessoas não preservam mais.

Nessa mesma perspectiva entrevistei HÉlvio de Lima, Artista Plástico, formado em Letras, nascido em Uberlândia em 23/04/1947. Em janeiro de 2002 lançou o primeiro *Jornal Fundinho Cultural*¹⁹. Ao pesquisar o jornal *Primeira Hora*, encontrei artigos divulgando o trabalho de HÉlvio de Lima, que se destaca pela representação de cenas do cotidiano e as transformações ocorridas na cidade, assim como suas exposições na Casa da Cultura. Então o procurei em 16/10/ 2003 onde realizamos a entrevista em seu ateliê, recebi também as edições do jornal *Fundinho Cultural*, que retratava as falas e a memória de moradores do bairro Fundinho.

Hermínia Vieira da Costa é aposentada. Nasceu na cidade de Uberlândia em 29/04/1917 e mora na Rua Vigário Dantas (próximo ao Bairro Fundinho) desde que nasceu. Suas narrativas traçam os caminhos que fazia em sua adolescência e infância, o período que mais gosta de se recordar. Neste sentido, lembra da Igreja Nossa Senhora do Carmo (Matriz), onde foi batizada e que freqüentava assiduamente, mesmo porque tinha uma amiga que morava ao lado da Igreja e suas lembranças se voltam muito pra esses acontecimentos. Por outro lado, divertia-se ao som de músicas tocadas no gramofone, e com as novelas de rádio que ouvia em casa ou no Grande Hotel, demolido, onde se reunia com os amigos. Passeou de charretes Cabriolé e foi por diversas vezes à Estação da Mogiana ver a movimentação de pessoas. Depois passeou de Ford Bigode, o que a motiva falar dos carros, para reforçar os cascalhos na rua, já que as ruas de terra a incomodavam profundamente. Uberlandense, apaixonada pela cidade, viu casas se dissiparem de seus trieiros, construções que guardavam vivências, cenas do cotidiano de amigos e parentes. É uma depoente de perfil calmo, atendeu-me calorosamente em 21/01/2003 e por vezes, no fim da entrevista, fez questão de servir um licor e prolongar a conversa. Depois das duas entrevistas programadas, a seu pedido voltei a visitá-la. É uma pessoa que tem contato com vários parentes. Não é sozinha e, apesar da idade, caminha pelas redondezas do bairro à pé, deixando claro sua independência e a liberdade de ir onde quer e quando quer.

¹⁹ Ao idealizar esse jornalzinho, HÉlvio teve como propósito mostrar a história, a arte e a cultura dos moradores e personagens marcantes do bairro Fundinho. Tentando retratar o cotidiano desse espaço urbano, ele sai com seu gravador entrevistando pessoas, reúne grupos que lembram sua infância, das casas que ali existiam, das práticas sociais como nas panificadoras, na venda de produtos na porta como lenha, leite e pão e das brincadeiras ocorridas nas ruas. O Jornal é patrocinado por lojistas do bairro e são distribuídos gratuitamente aos moradores e aos clientes desses estabelecimentos.

Após fazer algumas pesquisas nos jornais e dossiês de tombamento procurei conhecer de perto os patrimônios ainda existentes. Dessa forma, fui à Fazenda do Letreiro, onde conheci o Sr. Álvaro e D. Iolanda, caseiros do lugar, que se prontificaram em retratar suas vivências nesse espaço urbano através das entrevistas realizadas em 10/02/2004. Sr. Álvaro é caseiro dessa Fazenda, um dos patrimônios de Uberlândia. Nasceu na cidade de Estrela do Sul, em 06/02/1928. Foi capataz da fazenda desde que veio para Uberlândia em 1952. Morador da zona rural, sempre veio a Uberlândia fazer compras e trazer a boiada para os frigoríficos. Fez várias viagens de trem passando pelas estações da Mogiana, Sobradinho, Estiva, Jiló, Stevenson e de Goiás. É um sujeito calmo, mas que gosta de uma prosa; tem um sotaque sertanejo e faz uso de um chapéu que só retira ao adentrar a casa. Sua esposa, D. Iolanda, também natural de Estrela do Sul, nasceu em 28/11/1930. Veio para Uberlândia em companhia de seu esposo em 1952. Desenvolveu várias atividades na fazenda, sendo costureira e cozinhando para os peões. Ainda pratica seus dotes culinários na feitura de doces e queijos. Vinha pra Uberlândia fazer compras, percorrendo esses espaços e fazendo várias viagens de trem. É uma pessoa sorridente e gosta de companhia, e ainda tem o hábito de querer servir alguma refeição às visitas e mostra gostar disso; uma recusa é quase uma ofensa. Tem pela Fazenda uma forte identificação apresentada pelo desejo de mostrar cada canto do lugar, os cômodos, o mobiliário, os lugares que foram desfeitos como o trapizomba, os moinhos, a senzala e por vezes nos aponta recantos que ela mesma não visita, devido à dificuldade de locomoção, mas que nos oportuniza conhecer, como o riacho mais adiante da casa, a mata nos fundos da fazenda. Sua receptividade é contagiante, o que me fez ir por mais vezes ao lugar.

D. Alice, nascida na cidade de Goiatuba-Go, em 20/12/1933, veio para Uberlândia em 1951 para estudar. Sempre morou nas imediações da Estação da Mogiana (Praça Sérgio Pacheco), transitou pelo centro da cidade, gostava de ir às orquestras da Banda de Música que se apresentavam na Praça Tubal Vilela ou na Clarimundo Carneiro. Lembra-se das construções que foram substituídas por outras no perímetro urbano. Dentre os seus passeios, se divertia viajando de trem, através da Companhia Mogiana. Comadre de minha mãe, me conhece desde criança. Quando falei da entrevista fez questão de agendar o horário e comparecer em minha casa em 16/06/2004. Conversamos por horas e mostrou-se gratificada pela oportunidade de lembrar de um passado que a encanta. Mesmo quando terminei a entrevista ela relatou

as transformações do bairro Bom Jesus e a derrubada de algumas casas, reforçando sempre que a cidade está cada dia mais diferente.

Sr. Arcelino, contador, estudante de Direito e professor aposentado, nasceu na cidade de Ipuiara-BA, em 1918. Veio para Uberlândia em 1934. Estudou e lecionou no Colégio Liceu de Uberlândia (já demolido) e trabalhou no Fórum (também demolido). Lembra de vários lugares da cidade, foi platéia de vários acontecimentos ocorridos na Câmara de Vereadores. Morador do Bairro Bom Jesus teve livre trânsito nas imediações da Mogiana, lugar que se recorda com riqueza de detalhes. Pessoa culta que aprecia a leitura, todos os dias lê um jornal local, prática que guarda desde sua mocidade. Recorta e guarda artigos de jornais que mais lhe agradam. Participou ativamente das sessões ocorridas na Câmara dos Vereadores (quando funcionava no Palácio dos Leões) e tem muito interesse e entusiasmo pelos acontecimentos políticos e históricos da cidade.

Sr. Arcelino sentiu-se profundamente agradecido com a entrevista e lembrou-se de vários momentos de sua vida, da chegada à pequena Uberlândia, da contribuição enquanto professor e multiplicador do conhecimento; é também uma pessoa que fala com propriedade e convicção daquilo que deveria ter sido preservado e que não foi.

Sr. Arcelino e D. Dorcelina são funcionários aposentados da Companhia de Telefones do Brasil Central e participantes do Centro de Memória da CTBC como depoentes, projeto no qual trabalhei durante quatro anos. Sendo estes meus vizinhos, conversamos em 23/03/2004 sobre suas experiências nesse espaço que se modifica. O que mais me chamou a atenção é que me pediam para visitá-los e foi nesse contato que fui percebendo suas apreensões e saudades de um tempo que se fazia distante; marcar a entrevista foi conhecê-los mais e participar de um universo que a priori parece ser tão particular, mas que comunga com o de outras pessoas.

Dorcelina de Freitas Pereira dos Santos, professora aposentada, nasceu em Uberlândia em 04/07/1913, é casada com o Sr. Arcelino Santos. Foi moradora das imediações da Praça Rui Barbosa, casa em que nasceu. Posteriormente morou em uma residência na Avenida João Pinheiro próxima à CTBC. Quando se casou, na década de 1950, mudou-se dessa casa indo residir no bairro Bom Jesus. Caminha por toda a cidade e se recorda da Mogiana. Lecionou no colégio Liceu de Uberlândia. Tanto ela quanto o esposo recebem muito bem as visitas, e gostaram bastante de relatar suas histórias, por vezes me convidam a visitá-los, embora com uma vida bem agitada, pois são pessoas de muitos contatos sociais, ainda insistem que eu vá visitá-los.

D. Maura Borges nasceu em 1926, na Fazenda da Onça, município do Prata-MG, veio para Uberlândia ainda bebê. Embora com uma criação rígida, foi freqüentadora assídua do Cine Éden, do Bar da Mineira, da Confeitaria da Hora e participou do vai e vem “footing”. Suas lembranças estão voltadas para as pessoas que conheceu como Homero Santos, Tubal Vilela, família Garcia, Castroviejo, Carmo Giffoni e outros. Dona Maura é minha vizinha desde que vim para Uberlândia, e como vendedora autônoma é uma profunda conhecedora de Uberlândia, traçou caminhos diversos nessa cidade principalmente nas décadas que desejei pesquisar, pois fazia suas vendas de porta em porta. Após a entrevista concedida em 19/08/2003, ela fez agradecimentos a todos aqueles que fossem ouvi-la, acrescentando ainda o desejo de que meu trabalho fosse bem sucedido contando que suas narrativas pudessem contribuir com o mesmo, o que revela sua seriedade e envolvimento com o trabalho proposto.

Sr. Antônio, nascido na cidade de Queluz-SP, já aos vinte anos de idade foi ganhador do 1º concurso literário da revista Alterosa de Belo Horizonte. Veio para Uberlândia em 1961, transferido para gerenciar a filial do Comércio e Indústria Ólegazas, S.A. Desde que chegou começou a escrever para os jornais de Uberlândia. Em 1967 foi convidado a integrar a equipe do então prefeito Renato de Freitas, sendo Secretário de Ação Social. Teve contato efetivo não só com os habitantes locais, mas transitando por todos os espaços públicos, particulares, zona rural e urbana. Em 1968 teve participação efetiva no primeiro tombamento do patrimônio público, a Igreja Nossa Senhora do Rosário no distrito de Miraporanga. Foi membro do COMPHAC – Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de Uberlândia. Foi solícito a dar a entrevista em 14/10/2003, na sua residência, e até pediu uma cópia do trabalho quando concluído. O interesse em entrevistá-lo foi ao ler seus livros sobre a cidade e descobrir que teve participação no processo de tombamento de 1968; também constava nas atas do COMPHAC sua participação.

Geralda Guimarães, uberlandense, moradora do trecho compreendido entre a Rua Olegário Maciel e Praça Tubal Vilela foi expectadora de diversos acontecimentos. Sempre foi moradora do centro da cidade e viveu mais de 30 anos em frente à Praça Tubal Vilela guardando momentos que marcaram sua vida. Reside em um edifício onde fora antigamente o Banco de Crédito Real. Foi membro do COMPHAC desde que inaugurou em 1987. Sua entrevista foi realizada em 06/05/2003 na sua residência mostrando prontidão em responder a todas as minhas indagações.

Ao estagiar no Museu, soube da ligação da Regina com a preservação do patrimônio edificado e também porque ela entrou na prefeitura logo que a Secretaria de Cultura se desvinculou da Secretaria de Educação. Conhecendo a depoente, tive por vezes que respeitar o seu silêncio e as perguntas que não quis responder. Fiquei por dias aguardando sua resposta para conceder a entrevista. O que revela que o patrimônio histórico esbarra em debates que ainda não estão bem definidos e nem articulados. Aliás, muitas foram as negativas de pessoas em falar sobre o assunto, em especial funcionários públicos e pessoas que trabalharam e fizeram parte do processo de tombamento.

Maria Regina Ribeiro Gonçalves é historiadora, nascida na cidade de Uberlândia. É funcionária pública e trabalha na Secretaria de Cultura desde 1986. Foi uma das manifestantes na década de 1980 pela preservação de Patrimônios Históricos; transitou por esses espaços uberlandenses, palco de agitadas manifestações, percorreu praça, ruas, distritos, fazendas que remontam a história uberlandense. Em 27/08/2003, época da entrevista, era Coordenadora do Museu Municipal de Uberlândia.

Através da pesquisa realizada, foi possível pensar em três capítulos. No primeiro, *Esquecer o passado, enaltecer o futuro*, a imprensa funciona como formadora de opinião e trabalha na divulgação dos acontecimentos das cidades, por isso tentei buscá-la como um documento de relevante importância para esse trabalho, remontando à cidade que emerge dessa fonte histórica, no caso o Jornal Correio de Uberlândia. Nesse capítulo fiz um estudo da cidade de Uberlândia através da imprensa escrita quando redatores e cronistas ressaltam uma cidade voltada para as demolições e as construções de novos e modernos edifícios. Com essas transformações observei que também os costumes sofrem mudanças, nas diversas formas de se relacionar com os outros.

No segundo capítulo, *“Preservar, recuperar, tomar, inventariar”*. *Ações e elaborações da política de patrimônio histórico*, trabalho com as narrativas orais dos funcionários públicos Municipais e pessoas ligadas à preservação do patrimônio em Uberlândia, bem como com a documentação elaborada no processo de tombamento e o Jornal Primeira Hora que traz uma contribuição significativa no entendimento de cultura e a proposta de seleção dos bens patrimoniais, bem como com a forma de se tomar esses bens.

No conjunto destas considerações evidencia-se a não participação dos sujeitos comuns nesses bens tombados e revela que os tombamentos efetivados nesse momento enalteciam os bens públicos e os sujeitos que julgavam importantes na política em geral. Nesse caso, sobressai uma política de preservação que contemplava a história de uma

classe social apenas, no caso a classe detentora do poder político e econômico em Uberlândia, deixando de lado as histórias dos sujeitos comuns.

Dai a importância de politizar o processo de tombamento estimulando os cidadãos a refletirem sobre o direito cultural que os coloca no palco das ações de preservação. E a relação entre passado e presente acentua essa questão, pois é necessária uma política de preservação que vincule o direito à qualidade de vida às suas ações. Preserva-se a edificação como registro de uma história e ao mesmo tempo é necessário verificar que é preciso avaliar até que ponto a destruição das edificações pela avalanche do progresso não tem transformado e degradado a estrutura urbana, prejudicando a qualidade de vida de seus moradores. Nessa perspectiva ressalto os órgãos de preservação que surgiram nesse momento juntamente com os arquivos²⁰ e o museu que surgiu desses trabalhos.

No terceiro capítulo, *Patrimônios culturais: lugares lembrados, lugares preservados*, trabalho diretamente com a memória e a reflexão de alguns moradores uberlandenses. Podemos perceber como estes reagem diante das transformações de sua cidade e o que eles elegem como patrimônio histórico, pois não foram consultados diante do que foi preservado. Assim, quisemos entender como se relacionam com os bens edificados tombados e qual a relação que possuem com os mesmos, além de compreender que mais do que construções assentadas por tijolos, essas edificações são assentadas por lembranças e histórias que fazem de cada obra um patrimônio histórico.

Mesmo nos discursos meramente introjetados, e que postulam a necessidade de modernização, é possível encontrar em certos momentos a necessidade de fazer dessas construções referências à memória local. Para que isso aconteça e tenha significado é preciso que se tenha visto e vivido, ou que essas edificações façam parte e sentido de suas vidas num diálogo também intergeracional.

²⁰ Nesse sentido Silva alerta sobre a necessidade de implementar uma política séria de preservação de documentos. Também salienta que no âmbito do aparelho governamental dos municípios faz-se necessário inserir um sistema de aquisição, ou seja, uma política que norteie as práticas de preservação para que os arquivos não se transformem em depósitos de documentos. Essa organização viabiliza exposições que coloca o público em contato com o acervo. Uma boa classificação dos documentos facilita sua divulgação e consulta pela população de cada cidade. Cf. SILVA, Marcos A. da. A cidade e seus patrimônios. Textos, imagens e sons. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 13, p.71-79, jun. 1996.

CAPÍTULO I

Esquecer o passado, enaltecer o futuro

Já houve tempo em que Uberlândia era uma cidade onde os cavalos e as charretes, trafegavam movimentando a vida.

E a gente olhava em todas as direções e via o horizonte. O céu azul se encontrando com o verde do cerrado.

De repente, a cidade que tinha o desenvolvimento normal de todas as comunidades mineiras, sentiu que estava envolta por uma explosão. Uma explosão de crescimento e desenvolvimento.

A cidade crescia para o alto, na construção de novos e imponentes edifícios comerciais e moradia. E se espalhava horizontalmente, com a criação de novos e populosos bairros.

A febre da construção, da valorização imobiliária, a necessidade de dar casas, a mais e mais pessoas, que vinham participar de sua grandeza, começou e não irá parar nunca.

Terraço Materiais para Construção²¹

Uberlândia é uma cidade localizada na região do Triângulo Mineiro. Desde a década de 1950 é possível encontrar na imprensa escrita uma série de reportagens nas quais redatores e cronistas demonstram um panorama da cidade numa perspectiva evolucionista, verificada na maneira como escrevem sobre o comércio e o crescimento das indústrias, firmando esse crescimento como sendo expressivo da vida urbana. Nas páginas desses jornais, as ruas e avenidas, em sua maioria, situadas no centro da cidade, ganham destaques no sentido de apontar as transformações materiais, sobretudo no aspecto da arquitetura das casas e, junto com elas, as mudanças no modo de viver dos seus habitantes. Nessas décadas, tais mudanças são apresentadas articuladas a outros acontecimentos ocorridos na região, tais como a construção de Brasília e, no interior da cidade, a organização de novos espaços como o Distrito Industrial e a criação da Universidade Federal de Uberlândia. Ainda nessas matérias, as mudanças na composição da população da cidade são identificadas como sendo resultantes da imigração.

²¹ ONDE o cerrado se confundia com o céu a gente avista hoje, os telhados. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 13211, ano 44, 29 ago. 1981, p.6.

Traçando a trajetória do trabalho dos cronistas, editores-chefes e redatores do *Jornal Correio de Uberlândia*, notei as articulações voltadas para a criação de uma memória vinculada aos assinantes, aos proprietários, enfim, ao público que o próprio jornal representava. Neste sentido, a memória produzida nesses jornais demonstra os interesses políticos da classe dominante.

Em plena zona urbana, e mesmo nos trechos principais das pomposas avenidas e das ruas de construções luxuosas, existem ainda casas velhas e condenadas que precisam desaparecer em favor da estética de Uberlândia. São casas que já prestaram muito serviço abrigando algumas gerações nas famílias de que são propriedade, mas que hoje convertem-se em ruínas e precisam ser demolidas para que se não diga que algumas taperas enfeiam as nossas vias públicas. Pode ser que falte a administração o apoio de uma lei que lhe permita obrigar os donos a pôr abaixo esses pardieiros e erguer em seus lugares prédios modernos e elegantes. Desapropriar não é aconselhável porque acarretaria enormes despesas e a prefeitura não teria o que fazer de tantas datas. (...) O produto da venda de uma data dessas é suficiente para aquisição de outra data maior nas vilas e para construção de uma casa decente. Ao passo que ocupando as vetustais residências, como as paredes pendidas, como os telhados ameaçando desabamento, com as janelas e portas empenadas e cheias de frestas, os moradores vivem em absoluto desconforto. (...).²² (Sic)

Para esses setores, o desafio era o de dinamizar essa cidade velha já fadada a se agigantar. Tamanho era o desejo desses cronistas em transformar, que chegavam ao cúmulo de sugerir que se criassem leis para demolir as casas, pois assim eliminariam seu aspecto de cidade sem recursos. Ao mesmo tempo, sugeriam para onde os proprietários das casas velhas, assim definidas pelo redator, deveriam ser enviados, ou seja, para as vilas, dando oportunidade para que outros empreendedores pudessem construir novas casas ou estabelecimentos comerciais. Com isso, é negada aos moradores a participação nesse processo de “agigantamento” da cidade:

Em certa época, tratamos deste caso por estas ou por outras colunas igualmente dedicadas ao progresso uberlandense, e tivemos ensejo de citar um caso concreto que estava chamando a atenção do poder público. Referímo-nos a um prédio que ocupa espaço de uma rua das melhores do centro, visto que avança talvez um metro sobre o alinhamento. Está ele colocado na esquina formada pela Rua Machado de Assis com a Avenida Cesário Alvim. Casa ordinária, pequena, desvalorizada, que só serve para interromper o passeio e oferecer contraste ao plano arquitetônico que se vem adotando. Ainda lá está enfeitando a cidade. Ignoramos a quem pertence; só sabemos é que a data apesar de diminutas proporções, é valorizada pela localização, em que se acha.²³

²² CASAS velhas. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 3296, ano XIV, 02 dez. 1951, p. 2.

²³ *Ibidem*

A proposta de valorização de novas construções, apresentada desde a década de 1950 na imprensa escrita, reforça o projeto de exaltação das novas edificações em detrimento de antigos modelos arquitetônicos, o que vai ao encontro de uma mentalidade progressista para a cidade defendida pela ala dominante. No artigo citado aparece a proposta de que as casas mais simples fossem removidas desses lugares, pois na opinião do redator de imprensa, as residências mais singelas, ou mesmo deterioradas, enfeavam a cidade e deveriam ser substituídas por edificações condizentes com o novo projeto urbano, não importando os conflitos e as relações sociais que ali se estabeleciam.

Mesmo sabendo que a realidade social não correspondia aos seus ideais modernizantes, os cronistas não desejavam que “taperas”²⁴ ofuscassem o brilho da cidade, conforme expressão usada pelo responsável da matéria. Aproveitavam para promover a idéia de uma nova roupagem para os espaços elencados por eles, comparando-os a uma pintura em que as sombras acentuam as cores, temendo, porém, que essas sombras se transformassem em borrões pincelados por pintores de paredes e não por paisagistas. A mensagem que esses cronistas desejavam passar era uma exortação aos moradores para que fossem aos poucos reformando ou vendendo seus imóveis, caso não fosse possível fazer uma nova construção, já que as construções antigas tornavam-se uma contradição ao plano arquitetônico que vinham propondo.

Esse artigo é direcionado aos capitalistas, uma vez que se trata de uma zona urbana valorizada, ocupada por construções luxuosas. Ao utilizar o termo “desaparecer” o autor reforça a idéia de que era necessário demolir as antigas construções, sem refletir no ato em si, que na verdade levaria consigo parte das histórias vividas nesses espaços que foram demolidos. E mais do que isso, ali moravam pessoas, seres humanos, que guardavam suas lembranças entre paredes velhas e fachadas antiquadas. O que mais impressiona é o fato de que os cronistas informavam o endereço da obra, expondo o proprietário, deixando-o numa situação vexatória, pois os adjetivos aplicados aos imóveis são os piores possíveis desde “pardieiros”, “espantalhos” até “monstregos” e outros ainda piores, qualificativos que responsabilizavam de forma indireta os proprietários pelo prejuízo que a cidade tinha, levando-se em conta que o progresso material era avaliado pela imponência de suas construções. Na verdade, o que

²⁴ CASAS velhas. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 3296, ano XIV, 02 dez. 1951, p. 2.

vislumbramos aqui é uma tentativa de apropriação dos lugares ocupados pelas camadas mais pobres da população, no intuito de promover a valorização imediata dessas áreas, o que exigia a transferência desses moradores para a periferia.

No entanto, outro artigo nos revela que o maior desejo era que a cidade ideal fosse composta de casas bem construídas, bonitas, com o centro urbano habitado por capitalistas, pessoas capazes de fomentar os projetos que se desenvolviam, afastando os moradores mais humildes da zona central, onde seria possível expandir o comércio e construir habitações decentes, projetando assim uma cidade ordenada, organizada, planejada. Era o desejo de se ter essa cidade ideal, sem conflitos, empurrando os antigos moradores para as vilas, já que estes não eram capazes de se adequar de acordo com os planos estabelecidos por esses organizadores do espaço urbano, dessa cidade chamada Uberlândia, que se distanciava daquela pequena cidade chamada Uberabinha, dando-lhe novos significados, fugindo de um passado onde ainda era subordinada a Uberaba.

A vontade de que esse passado fosse cada vez mais distante, associada ao desejo de se construir uma nova Uberlândia, destruindo as lembranças do mal fadado passado, deixa margens para outras indagações. Se realmente necessitavam de espaço para construir os novos prédios de estilo moderno, por que não o faziam nas áreas desocupadas, que neste período se converteram em verdadeiros depósitos de lixo, conforme artigo de 1951?

*Parece que as leis municipais são feitas nesta cidade para não serem cumpridas. Uma delas se refere aos lotes vagos no centro da cidade, que aí continuam vazios de construções, entulhados de lixos e de matos. Enfeiam a cidade-jardim, sujam as ruas, estragam os passeios construídos – porque os terrenos vagos continuam sem muro protetor e sem passeio.*²⁵

A existência de terrenos baldios em pleno centro é um sinal de que a intenção dos propositores da reforma urbana não era simplesmente atualizar a imagem da cidade, mas sim provocar uma valorização imobiliária daquela área, atendendo aos interesses da classe dominante. Neste sentido, era preciso deslocar a população pobre que residia ali, já que esta não poderia arcar com os altos custos da valorização.

Na verdade, os artigos desses jornalistas refletem uma situação real, pois naquele momento, os estabelecimentos comerciais já estavam ocupando os espaços vagos deixados pelos moradores que migravam para regiões cada vez mais afastadas do

²⁵ TERRENOS vagos. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 3450, ano XIV, 16 ago. 1951, p.2.

centro. Um artigo publicado no *Jornal Correio*, na década de 1950, mostra a transformação de um trecho em área comercial:

Nas avenidas que partem da chamada cidade velha em busca da linha da Mogiana diversos prédios se erguem, principalmente na Avenida Floriano Peixoto e na Avenida Cesário Alvim (...) Na primeira dessas artérias, observa-se que desapareceram tôdas as frentes de casas residenciais, convertidas em cômodos para comércio, como sucede com a avenida Afonso Pena. Prédios as vezes vistosos e de boas condições sofrem demolições da fachada e alteração nas dependências da frente para receberem portas de aço e se transformarem em lojas ou armazéns. Se há para os fundos espaço para família, por lá se arranjam. (...) Em caso contrário vão se mudando para as vilas, porque as ruas transversais do centro também já vão sofrendo os mesmos efeitos do progresso.(...)²⁶(Sic)

Essa concentração populacional na Avenida Cesário Alvim, em torno da Companhia Mogiana era constituída por trabalhadores da ferrovia e por outros que também trabalhavam nessa área, executando tarefas como a venda de mercadorias. O foco maior de habitantes na Avenida Benjamim Constant delimitava a Cidade Velha em relação à Cidade Nova²⁷.

Seguindo ainda a leitura do artigo de jornal constatamos o estado febril de construções na década de 1950, provocando fenômenos urbanos inusitados como a disputa por trabalhadores do setor da construção civil. A área mais valorizada e de aglomeração comercial se localizava próximo à Estação da Mogiana, em especial nas Avenidas Floriano Peixoto e Afonso Pena. Porém, mesmo nas ruas transversais dessa cidade chamada velha erguiam-se novos edifícios, o que era facilmente verificado nos materiais de construção acumulados nas calçadas. Uberlândia tornou-se então uma vasta construção estendendo-se na direção do aeroporto, não conhecendo limites sociais ou culturais.

²⁶ REGISTROS urbanos. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 3417, ano XV, 28 mai. 1952, p.2.

²⁷ Cabe aqui uma discussão com a historiadora Célia Rocha Calvo. De acordo com a autora, a Cidade Nova aparece em contraste com a Cidade Velha, onde os patrimônios e a cultura vão tomando forma e conteúdo na fixação dos nomes das ruas, praças, avenidas, escolas, igrejas, estabelecimentos comerciais, grandes fazendas situadas nas áreas de referências às estradas que ligavam a cidade a outras localidades da região. Os mapas traçados indicavam uma configuração relacionada às “invenções técnicas” citadas como pontes, estradas de rodagem e ferroviárias. A geografia física assim aparece apenas como indicadora de fronteiras em relação aos Estados e Municípios. Nesse contexto, a Cidade Nova é uma expressão desses referenciais técnicos que se voltam apenas para o social através da formação de ruas e avenidas, demarcando desta forma a Cidade Antiga da Cidade Nova, atribuindo às ruas nomes relacionados ao antigo e ao novo. (cf. CALVO, Célia Rocha. **Muitas Memórias e Histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos - Uberlândia 1938-1990**. 2001. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001).

Neste processo de construção ininterrupta o tecido urbano adquire uma nova configuração consubstanciada em planejamento, em que as ruas perdem as curvas resultantes da ocupação aleatória e tornam-se lineares. No espaço planejado, edifícios e casas são erguidos num sem precedentes, algo sintonizado com a visão triunfalista desses autores, que nessa época, diziam “*sem incorrer em nenhum excesso, que em Uberlândia (...) se constroem três prédios mais ou menos por dia*”²⁸.

Podemos com isso entender a mudança de hábitos desses moradores que deverão se transportar para outros lugares ou mesmo conviver com esses espaços agora planejados que irão transformando o cotidiano dessas pessoas.

Nesse periódico, os articulistas afirmam o que estavam fazendo e davam exemplos para mostrar que estavam no caminho certo, citando experiências realizadas em outras cidades. No artigo abaixo, o autor relata um episódio para ilustrar a sua crença de que mesmo aqueles que não desejavam ver sua cidade alterada com o passar dos tempos irão reconhecer que o ato em si se fazia necessário:

*O progresso não tem contemplações. Não respeita tradição. Não vê conveniências históricas. Há anos atrás quando um prefeito desejou alterar o Campo de Santana houve um homem arraigado à tradição, que se bateu firme contra. Mas do tradicional Parque da cidade tiraram-se as suas vetustas grades, embora se conservassem os belos e históricos portões de ferro. (...) O mesmo sucedeu com a Avenida Presidente Vargas. Embora na época não houvesse muita gritaria porque era o tempo do DIP, e a imprensa estava avolhada mesmo assim os protestos choveram sobretudo pela demolição de algumas igrejas. Mas a obra aí está e não fora ela, como estaria hoje o nosso tráfego surda e demasiado grande (...).*²⁹

De acordo com esse autor, grande parte das demolições ocorre em função de construção ou alargamento de avenidas e ruas. Em suas reflexões, o progresso não “respeita tradições” e não vê “conveniências históricas”. Ao mesmo tempo em que tece comentários sobre os diversos lugares que foram alterados por questões políticas, o autor menciona lugares que foram transformados pela necessidade do progresso, seja na Bahia ou no Rio de Janeiro, e até cita exemplos das demolições de igrejas para alargar a Avenida Presidente Vargas em São Paulo, o que só não causou maiores burburinhos devido à repressão exercida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Mesmo assim, defende que tudo aconteceu por uma causa nobre, pois se não fosse a construção

²⁸ REGISTROS Urbanos. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 3417, ano XV, 28 mai. 1952, p. 2.

²⁹ OLIVEIRA, Alvarus de. Progresso versus tradição. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 3494, ano XV, 13 set. 1952, p.4.

da Avenida o tráfego estaria atrofiado. O autor do artigo traz em sua fala outras cidades para reforçar seus argumentos em prol da ação desses agentes que trabalhavam esses espaços, firmando e reforçando seus procedimentos como pessoas que fazem a cidade progredir. E ao dizer: *“a luta prosseguirá sempre e o progresso vai levando a melhor, na contingência inevitável da evolução, ou da involução, não sabemos...”* está tomando partido a favor desse processo de alargamento de ruas e avenidas e dirigindo-se aos manifestantes dessas cidades históricas que defendiam algumas obras significativas para eles.

Embora o progresso não seja um rompimento com o passado, percebemos que nesse jornal há uma divulgação de que a derrubada das casas, consideradas pelos cronistas como arcaicas, se fazia necessária em nome do que chamam de progresso, o que se apresenta como renegação do passado.

Para efetivar a remodelação dos espaços urbanos mais antigos de Uberlândia, o poder vigente se apegava à justificativa de que isso era uma forma de progresso material, de maneira que a destruição de casarios e edificações emerge como uma consequência natural e inevitável do desenvolvimento. Em nome dos avanços a cidade foi sendo modificada e os espaços, outrora cenários da cidade no início de sua formação, cederam espaço para uma nova urbe que se tornava crescentemente irreconhecível.

As casas mais atingidas pertenciam aos moradores pobres que habitavam em áreas periféricas das avenidas centrais que se tornaram principais como a Avenida Cesário Alvim, ou nas imediações da Companhia Mogiana. Essa foi uma área bastante visada pela especulação imobiliária no sentido de construir prédios arrojados, construções com arquiteturas modernas e pontos de comércio. Quando a cidade se expandiu para tais áreas esses moradores comuns foram expulsos pelos valores então aplicados, fato que pode ser visto como um desdobramento da atuação dos meios editoriais, que ao mesmo tempo em que depreciavam os casebres, considerados arcaicos e irregulares em comparação ao que se vinha construindo, valorizavam o seu próprio projeto de construção, enumerando novos sentidos, moldando mais do que espaços, mas um modo de viver e onde viver, demarcando territórios e firmando os desejos desses capitalistas que articulavam o que deveria ser implantado no centro urbano.

Finalmente, está sendo demolido o velho prédio existente na esquina da avenida Floriano Peixoto com a rua Santos Dumont, que há muito tempo

*contrastava com a edificação de uma das mais belas artérias urbanas. É um prédio que deve ter sido dos melhores da cidade no seu tempo, há meio século passado. Forrado, assoalhado de taboas, material usado nessa época, com vidraças de orelha, que eram as conhecidas, por certo embelezou um trecho da rua quando Uberabinha começou o seu moroso crescimento acima da Praça Antônio Carlos, antigamente com o nome de praça da Liberdade. Foi residência de gente abastada, ponto central que passou a ser com o desenvolvimento da cidade. Temos recordação de que, durante algum tempo, há uns vinte ou vinte e cinco anos, abrigou a repartição federal de telégrafo, ainda separada o serviço postal. (...) Depois envelheceu como tudo envelhece neste mundo pouco compreendido. Os proprietários abonados ergueram outras habitações elegantes, de conformidade com a arquitetura moderna. (...) Como quer que seja, não quiseram os donos pô-la abaixo, e ela continuou a ser habitada, naturalmente por famílias modestas que não poderiam pagar alugueis de palacetes e bungalôs. **Mas Uberlândia progride, e o progresso tem exigências que atentam contra as tradições.** A avenida Floriano Peixoto, a segunda via pública comercialmente falando, não podia permanecer com aquele edifício antiquado ocupando um terreno que se presta para uma construção predial de três andares, como o que lhe está fronteiro (...) cumprindo a lei da fatalidade ou da sucessão, que substitue os homens por outros homens, as casas por outras casas, as cidades por outras cidades e até as idéias por outras idéias...³⁰*

No artigo supracitado podemos imaginar através da minuciosa descrição como era o velho prédio que se localizava na Avenida Floriano Peixoto com a Rua Santos Dumont, uma obra que muitos não puderam conhecer. No entanto, esse artigo é direcionado aos capitalistas, proprietários de grandes imóveis que deveriam compor o grupo de defensores desses novos tempos. Devemos ponderar, no entanto, que as memórias do prédio não pertenciam exclusivamente aos proprietários que ordenaram a sua demolição, pois o edifício era também um espaço público onde funcionava a repartição do telégrafo, local freqüentado por muitas pessoas simples que usavam este serviço. Ao destruí-lo, a cidade foi expropriada de um valor arquitetônico e de um bem cultural, que talvez não tivesse qualidades estéticas que justificassem a sua preservação, mas certamente trazia valores culturais e afetivos dos moradores. O artigo fala sobre a exclusão das famílias modestas que, não podendo pagar aluguel nas áreas chamadas centrais, onde circulavam os capitalistas e se instalavam seus comércios, estariam ocupando um edifício precário e inadequado para o centro.

A história da cidade não está apenas nas construções, mas também na memória produzida por esses agentes que modulavam esses espaços, delimitando a ocupação em

³⁰ UMA DEMOLIÇÃO. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 3582, ano XV, 15 jan. 1953, p.1 (grifo meu)

determinados locais. Quantos desses sujeitos comuns não tentaram resistir às pressões até então estabelecidas ou procuraram outros espaços e outros viveres?

Enquanto isso, as manchetes de jornais continuavam anunciando o preenchimento dos espaços “*a esquina da avenida Afonso Pena com a Rua Olegário Maciel e Praça da República, onde antigamente existia o posto Don Pedrito, abrigará (...) o monumental Edifício Tubal Vilela*”³¹.

No artigo intitulado “Um traçado da fisionomia urbana” o jornalista exaltava a sua perspectiva de uma nova cidade, fazendo campanhas favoráveis a que outras edificações fossem construídas, apontadas por ele como símbolos da modernidade, levando em conta que uma cidade estática era sinal de atraso, ao contrário do progresso, visto pelos jornalistas como algo dinâmico, pautado nos novos estilos arquitetônicos como elementos demarcadores das transformações do espaço público e privado, o que também se fazia através do alargamento de ruas, modificações de praças e alterações no estilo por eles considerados arcaicos, ou seja, passam a referendar uma memória monumental.

*O que evidencia o progresso de uma cidade é a transformação de sua fisionomia urbana, através da ação modeladora do homem. Uma cidade que não muda sua fisionomia, através de obras de urbanização, é uma cidade evidentemente estacionária, onde não se constrói não se melhora nada, não se empreende nada. Felizmente assim não acontece com Uberlândia, que gosta de andar na moda, ao sabor dos últimos figurinos, nada de roupa batida. (...) Belos prédios já se notam, de fino acabamento e avançado estilo arquitetônico, as edificações irá, naturalmente sendo melhorada de toda a sua extinção.*³²

Esse artigo redigido por Valdir Melgaço, nessa época vereador pela UDN, capitalista que pretendia implantar esse projeto de modificação do espaço urbano, era direcionado aos seus pares, pessoas que como ele faziam a apologia do “progresso” das estruturas materiais. Sua análise está centrada na beleza aparente da cidade, tanto que emprega uma terminologia própria da indústria da moda, como a palavra “figurino”, usada para definir os prédios que conferiam novas feições à cidade. Nesta perspectiva, estar na moda era mais do que substituir os paralelepípedos pelo asfalto, era mais do que canalizar os córregos, tapar as cisternas, aumentar ou instalar os postes de iluminação, era também remodelar a arquitetura e apagar a visão de um antigo estilo

³¹ SERÁ iniciada a construção do Edifício Tubal Vilela. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 4328, ano XIX, 24 mar. 1956, p.1.

³² UM TRAÇADO da fisionomia urbana. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 4440, ano XIX, 07 out. 1956, p.1. (grifos meus)

arquitetônico que lembrava uma cidade em seu início de formação, onde as casas eram construídas em desalinho, de estilo rústico ou com padrões diferentes do então exigido, ruas tortas e recobertas por cascalhos, detalhes que lembravam a cidade rural que deveria ser de vez apagada.

Evidentemente, existia um fator prático mobilizando os empreendedores, visto que um edifício de vários pavimentos poderia alojar uma quantidade maior de pessoas, mas, além disso, havia também certo encantamento por obras novas, estilos diferentes e obras arrojadas que certificavam esse progresso material. Isto é o que podemos empreender do trecho abaixo, onde o autor enfatiza a quantidade de pavimentos como fator diferencial destes novos edifícios:

*Uberlândia atravessa agora a fase das grandes construções, para as quais são demolidos prédios às vezes perfeitamente habitáveis com segurança e conforto. Explica-se, entretanto, esse fenômeno urbanístico: é que os grandes edifícios, crescendo já em sentido vertical, só podem ser erguidos na parte central, há muito tempo toda tomada por casas boas em geral. E a localidade destas é que tem que ser disputada pelas novas arquiteturas. Daí a demolição muitas vezes de imóveis que ainda seriam aproveitáveis por muitos anos. São as exigências do progresso, nem sempre previstas com todas as suas vantagens econômicas. Há meses o sr. Luiz Finotti pôs abaixo, na avenida Afonso Pena, duas casas térreas para construir um prédio de cinco andares. E meteu logo mãos á obra. Já tem prontas as dependências inferiores, destinadas a lojas, onde os estabelecimentos chics vão instalados como sintoma do nosso desenvolvimento comercial(...) Agora, foram destruídos dois sobrados da esquina da mesma Avenida Afonso Pena com a Rua Olegário Maciel anunciando-se numa taboleta que o espaço está reservado para um edifício de doze pavimentos (...) **O certo é que a fisionomia de Uberlândia tem se modificado de maneira acentuada nos últimos tempos, quer no que se refere à multiplicação dos palacetes modernos e luxuosos, que já extravasaram a algum tempo da Avenida João Pinheiro, que tinha o privilégio desse tipo residencial, quer nos amplos prédios de comércio e de indústria com departamentos de aluguel nos andares superiores. (Sic)**³³*

Conforme observamos neste artigo, não foram derrubados somente os “espantalhos”, os casarões que se decompunham, mas também construções perfeitamente habitáveis. Em cada frase há uma reflexão sobre este momento peculiar que, na opinião do articulista, caracterizava esse espaço, o que supostamente justificava quaisquer ações na tentativa de cristalizar essa modernização, encobrindo o crescimento do setor imobiliário, e dos empresários capitalistas, além de decidir implicitamente quais patrimônios se deseja preservar ou construir.

³³ PROGRESSO arquitetônico. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 4132, ano XVIII, 28 abr. 1955, p.1. (grifo meu)

Tais artigos, assim como a idéia de desenvolvimento neles contida, estão endereçados a um público específico: os capitalistas que pretendiam realizar a transformação rápida desta área central. Nesse contexto, os articulistas, os cronistas dos projetos de ordenação, estipulam as relações sociais, revelando que cidade se pretendia e que memória deveria prevalecer na contra fase dessas mudanças.

Ao anunciar essa transformação do espaço físico, pela substituição das construções de casas habitáveis por arranha-céus, fica evidente a visão desses articulistas ao declararem que “*esses empreendimentos são causa para regozijo dos uberlandenses, porque provam que a situação econômica da cidade infunde confiança aos homens de dinheiro*”³⁴. Ao mesmo tempo em que esse artigo revela a quem se dirigem, ou seja, os homens de dinheiro, também há margem para que outra interpretação surja: a de que a cidade era solidária e que os “uberlandenses” eram todos os moradores da cidade, sejam brancos, negros, ricos ou pobres, independente de raça ou credo, o que é uma inverdade. Sabe-se que a grande maioria dos habitantes pobres morava nas margens da cidade quando esta ainda era apenas uma vila, uma cidade rural. Ao tomar novas proporções, a cidade, em seu crescimento desordenado em direção aos setores menos favorecidos, acabou atingindo esses moradores, cujos terrenos acabaram por se valorizar, acarretando a expulsão das pessoas que habitavam nesses espaços. Assim, a mensagem está direcionada aos detentores do poder, os únicos capazes de adquirir esses terrenos recém-valorizados e contribuir com o projeto de cidade ideal, já que a real deixava margem para conflitos. As carências da população de baixa renda eram simplesmente esquecidas, visto que não havia tempo para se preocupar com os sujeitos incapazes de acompanhar esse progresso muito mais material do que propriamente institucional.

No artigo citado abaixo, prossegue o mesmo desejo das demolições. De uma maneira autoritária, o jornalista refere-se à casa como pardieiro, casa pequena imprestável e em ruínas, que possivelmente pertencia a um morador de poucos recursos, principalmente levando-se em conta a localização e a data do artigo:

Presumo estar escrevendo a última crônica sobre um assunto que me preocupava há alguns anos. Refiro-me à existência de um pardieiro localizado na esquina da Avenida Cesário Alvim com a Rua Machado de Assis. (...) Experimentei a satisfação de anteontem que a antiga casa está sendo demolida,

³⁴ PROGRESSO arquitetônico. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 4132, ano XVIII, 28 abr. 1955, p.1.

*provavelmente para ser erguido no seu lugar algum prédio moderno, digno do bom gosto arquitetônico que já está dominando as duas artérias. (...) Edifício pequeno, imprestável, em ruínas há muito tempo, não oferecia conforto nem higiene ao seu habitante (...). Logo a providencia aconselhável seria derrubar as paredes para construir ali uma moradia de acordo com a evolução citadina. Ao revés se não conviesse tal solução ao proprietário, a venda do terreno dar-lhe-ia grande vantagem (...). Aguardo a nova estrutura, fazendo votos por que a construção a ser iniciada no local seja pelo menos idêntica a algumas outras que se executaram ultimamente na sua vizinhança. E também por que sejam revistas outras ruas onde permanecem ainda espécimes apodrecidos da era colonial.*³⁵

Esse artigo sustenta a mesma idéia progressista e continua divulgando uma proposta de modernização urbanística e arquitetônica, ou seja, o que chamavam de pardieiro era o retrato do passado estagnado, “concretizado” nessas construções típicas das obras enraizadas no fazer das gerações passadas.

Todavia, essa cidade que parece ser objeto de uma constante modificação em estrutura física e em seus costumes, também abriga sujeitos cuja consciência ainda estava voltada para o passado. E não poucas as vezes que nos deparamos nas crônicas de jornais com recordações de uma cidade que não mais existe. Porém, o parâmetro para evocação do passado nada mais é que uma comparação com a cidade do presente, conforme observamos abaixo:

*A cidade passa pelas fases da vida dos seus homens: a cidade pequena que se descobre, acanhada e tímida, engatinha na vida, balbucia no cenário político, minuciosa no relacionamento com a divindade. (...) Uberlândia pequena, na infância. Tortuosa e acanhada. Escondida na extensão do planalto triangulino. Pontinho no mapa, diminutivo no nome: – Uberabinha. Das fazendas e dos currais. Dos trilhos e das vendas. Enluarada da viola chorosa e do violão plangente. Da capela e da escolinha. – Uberlândia – Uberabinha! Uberlândia jovem, atingindo a maturidade. Asfaltada e soberba. Saliente no planalto. Dominando a geografia. Sacudindo o filho do berço esplêndido para que não durma eternamente; mas fazendo solo para as aves que aqui gorgeiam. (...) Uberlândia, como Pompéia e Cartago; como Vikings e Incas conhecerá declínio – não quero ver e não verei este dia, ainda sois muito nova – contudo tenho a certeza, que o povo que aqui vier, a gente que aqui se assentar, o homem que aqui trabalhar há de falar de vós, há de vos cantar e exaltar, e nos alaúdes da saudade dedilhará os feitos vossos de vossos filhos. (...).*³⁶

Nessa crônica escrita pelo Cônego Afonso, clérigo ligado ao poder vigente, percebemos a busca da afirmação de uma cidade que cresce, que recebe pessoas novas,

³⁵ TEMA esgotado. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 8038, ano XXIII, 26 fev. 1960, p. 1-2.

³⁶ CÔNEGO Afonso. As cidades crescem como os homens. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 10907, ano XXXIII, 31 ago. 1969, p.6.

que civiliza os espaços e saúda os empreendedores que fizeram e continuam fazendo o desenvolvimento. Ao citar os dois topônimos que historicamente denominaram essa cidade: “Uberlândia, Uberabinha”, o autor demarca entre as modificações, a cidade que ficou para trás, a escolinha, os trilhos, a viola chorosa tipicamente sertaneja. Na crônica, há a lembrança de como essa cidade foi caminhando para chegar aonde chegou, estabelecendo uma comparação de sua história com a vida de um ser humano, que nasce, cresce e vai traçando seus caminhos, uma visão tipicamente religiosa. No entanto, embora não renegue explicitamente o passado, o cronista afirma esta trajetória evolutiva como o caminho natural de qualquer cidade, em que as fases da vida constituem um processo que ocorre naturalmente com a cidade que impera e civiliza-se. Mesmo que relembre a vida cotidiana, a calma, a diversão infantil, a comodidade do lar numa época em que bastava um cachorro no quintal para fazer a defesa das residências, aceita a vida como é, defendendo o progresso material e vendo o passado apenas como uma lembrança.

A vida cotidiana é deixada para trás, ou melhor, altera-se de acordo com esse espaço físico que também se modifica. Assim é possível perceber mudanças bruscas de usos e desusos. Uma vez que as construções tomavam novas formas, era preciso remodelar seus personagens, seus hábitos, tudo o que contornava essas obras.

Nesse sentido, o fazer e o desfazer demarcam uma série de acontecimentos dessa cidade que se modifica, dos cidadãos que vão perdendo seus hábitos e costumes e das conseqüentes perdas referenciais. Ao mesmo tempo, vamos compreendendo de que forma essa cidade foi se alterando e exigindo dos moradores novas atitudes e posturas. As mutilações realizadas em nome do tal progresso, fizeram com que muitas dessas obras significativas para a história de Uberlândia fossem desaparecendo, como por exemplo: a derrubada do primeiro Colégio Bueno Brandão, localizado na Praça Tubal Vilela, cuja demolição foi também justificada na imprensa através dos mesmos argumentos de progresso e modernidade utilizados por aqueles que presumiam a transformação do espaço urbano.

A primeira construção consumiu quatro longos anos, durante os quais a população aguardou ansiosa por mais uma escola. A obra do majestoso prédio foi iniciada em 1911, quando da visita do presidente do Estado Júlio Bueno Brandão, que sancionou o Decreto 200³⁷ autorizando a construção da obra. Mas, por falta de verbas,

³⁷ JÚNIOR, Dalbas. Uma efeméride histórica. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 10849, ano XXXIII, 23 mai. 1969, p. 5.

só foi concluída em 1915, quando finalmente pode receber seus alunos. O prédio, ao ser demolido, como registra o jornal, deixou saudade, sentimento este registrado apenas para mostrar as vivências daqueles personagens que fizeram ali suas histórias. No entanto, o artigo foi escrito com o propósito de glorificar a portentosa obra que assumia o lugar do velho casarão, que ao virar pó dava a oportunidade de apresentar à cidade uma construção mais proveitosa para os empreendedores da cidade. Essa era a mensagem que se desejava registrar, mesmo porque essa fonte almeja se eternizar como fonte histórica que registra aquilo que deve ou não ser lembrado:

*Uma página de saudade, um marco de glória. As gerações passaram nesta casa saudosa, que morreu para ceder lugar ao hoje portentoso edifício do Instituto de Educação, na praça Tubal Vilela. É o grupo escolar “Bueno Brandão”.*³⁸

*A cidade não tinha o progresso intenso de hoje. Na Praça dos Bambus, era uma alegria ver a criançada brincando, em direção do grupo escolar Bueno Brandão, enquanto nos bambuais soprados pelo manso vento, a passarada entoava um hino triunfal. Ao transpor o imenso portão da entrada, com que letícia defrontávamos com estas mestras que deram o melhor de si mesmas, para evolução educacional uberlandense.*³⁹

Em muitas ocasiões o jornal Correio de Uberlândia, através de seus jornalistas, foi disseminador da idéia de que o progresso material se fazia através das construções imponentes que emergiam a cada derrubada de uma construção antiga. Diziam que a Metrópole uberlandense merecia mais cuidado por parte do poder executivo, que deixava seus moradores permanecerem em habitações obsoletas e construções arcaicas. Mesmo que recordando dos bons momentos que passou nesse colégio, Ironídes declara que isto foi apenas uma página de saudade uma vez que um portentoso Instituto assumia o lugar daquele que fora demolido. Contudo, embora queira ressaltar a importância de se ter obras novas, o escritor não deixa de registrar as lembranças que ficam dessas obras então destruídas.

Nesse mesmo espaço existia a loja Casas Buri, localizada em plena Praça Tubal Vilela, cenário emoldurado na lembrança de muitos uberlandenses, também substituída por um grande edifício. Além de ser uma loja de artigos que servia boa parte da população, seus proprietários contribuía para as obras de assistência social, sendo, portanto, bem conhecidos pela população de baixa renda. Além disso, o

³⁸ RODRIGUES, Ironídes. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 10845, ano XXXIII, 15 mai. 1969, p.01.

³⁹ Idem. Folhas soltas ao vento. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, ano XXXIII, 15 mai. 1969, p.03.

empreendimento foi objeto de uma intensa campanha publicitária na imprensa escrita o que sedimentava sua existência no imaginário social. Porém, a demolição desses antigos galpões era comunicada nos jornais apenas para enfatizar o ritmo do progresso naquela área, da mesma forma em que se publicavam informações sobre os negócios da construção civil, como o processo de concorrência para a construção da Caixa Econômica Federal: “*Dentro de poucos dias serão abertas as propostas na concorrência para construção do edifício da Caixa Econômica Federal em Uberlândia, na praça Tubal Vilela, ao lado do Banco do Estado de São Paulo (antiga Casa Buri)*”⁴⁰.

A notícia é veiculada no sentido de esclarecer a situação para as empresas de Uberlândia, São Paulo e Belo Horizonte interessadas no empreendimento, que aguardavam o resultado da concorrência. Essa construção recebeu destaque na imprensa, pois ali seria instalado um edifício de 14 andares, ressaltando o dono da obra como alguém que mostrava interesse em dotar a cidade de mais um alto edifício.

Nesse contexto, desapareceram também os clubes Sírio Libanês e Monte Líbano que eram o lugar de diversão da juventude e da população, localizadas nas circunvizinhanças da Praça Tubal Vilela.

As construções mais antigas que foram poupadas acabavam por se perder no meio das construções novas que iam aparecendo, como ocorrera com o Colégio Nossa Senhora das Graças, com “*suas linhas clássicas e a tranqüila mensagem de fé que impõe, credenciam-na como monumento humanizante na floresta de cimento de nossos arranha-céus*”⁴¹. Percebemos aqui que este edifício do passado era apenas tolerado no espaço urbano, onde permaneceu como um contraponto aos arranha-céus que, a partir de então, foram consideradas as unidades arquitetônicas dos novos tempos. Talvez essa tolerância se deva ao caráter educacional desta instituição, que por ser bastante conceituada tinha o direito de permanecer imutável no bojo de uma cidade em transformação. Os artigos apontados revelam que o desmanche promovido em nome da modernização ocorria de ponta a ponta na cidade, ao mesmo tempo em que esse jornal promovia as novas construções, também construía um sentido para o antigo que significava o atraso, o ultrapassado.

Com a construção de Brasília, na década de 1970, novos projetos vão surgindo, e Uberlândia se torna ponto de passagem nas viagens para o Centro-Oeste, o que trará

⁴⁰ CAIXA iniciará obra em 60 dias. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 10895, ano XXXIII, 10 ago. 1969, p.1.

⁴¹ “Sem título”. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 10906, ano XXXIII, 29 ago. 1969, p.1.

mais reconhecimento para a cidade, trazendo transformações políticas, econômicas e sociais, colocando o município em destaque em meio às demais cidades do Triângulo Mineiro.

No setor da indústria, a atuação do uberlandense Rondon Pacheco como governador do Estado, contribuiu para a consolidação do distrito industrial que, juntamente com a Universidade Federal de Uberlândia, passa a atrair um fluxo migratório para a cidade, fato que fomenta a verticalização, já que era preciso atender a demanda por novas unidades habitacionais representada pelos novos habitantes.

Na medida em que essas notícias e crônicas reportavam-se às transformações na vida urbana é possível também perceber que, de certa maneira, atuavam no sentido de divulgar/produzir uma imagem da cidade como sendo “próspera”, com diversos atrativos para aqueles que tivessem “coragem de investir” seus capitais.

*Em cada canto da “cidade Jardim” um impulso novo! Uma idéia bacana tomando forma e “agredindo” os comodistas, os medrosos. É a UNIVERSIDADE vivendo fremente com Escolas de Medicina, Odontologia, Filosofia, Economia, Direito, Engenharia, (já tem até um reator atômico) e em 71 entregando á região a Faculdade de Ciências Sociais. A cidade respira progresso por todos os poros.*⁴²

Assim referendam também as praças, os clubes Praia Clube, Cajubá, Caça e Pesca e as plantas dos projetos em execução como da Praça Sérgio Pacheco e do Parque do Sabiá, reafirmando a presença dos migrantes, seja em busca de trabalho, estudo e mesmo para investir, interessados pelos atrativos e potencialidade de Uberlândia.

A imprensa vai selecionando o que desejava destacar em suas manchetes no intuito de atrair mais capitalistas e perpetuar a imagem que gostariam de evidenciar. Mas o discurso apresentado dissocia Uberlândia de seu passado e ancora a imagem da cidade nas novidades que o futuro lhe apresentava, evidenciando que a saudade do tempo em que tudo era mais perto poderia até surgir, mas o que deveria prevalecer era a força pujante dos que se empenhavam para ver a cidade progredir. Assim, a imprensa se aproveita do Primeiro de Maio, não para refletir sobre a luta do trabalhador, das suas conquistas e de suas manifestações, mas para ressaltar que tudo é feito e referendado na atuação dos que se interessam em ver a cidade prosperar, e até mesmo nessa comemoração, a busca pelo passado apenas ocorre para exaltar o presente.

⁴²UBERLÂNDIA: ano 70. Portas abertas ao turismo. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 11089, ano XXXIV, 25 jul. 1970, p.9.

*Talvez você sinta saudade dos tempos tranqüilos em que tudo era mais perto... O trem que chegava à velha estação da Mogiana trazendo os jornais, e as pessoas enfumaçadas. Hoje não. É tudo rápido... O avião, o ônibus pelas estradas pavimentadas... E a vida mais difícil, porque o tempo corre em demasia.. Estudantes de todos os pontos do país. Jovens dinamizando tudo. Nesta cidade todo mundo trabalha. E o governo Municipal, que não tem muito tempo, tenta fazer tudo em dobro. Para nós o Dia do Trabalho poderia ser o Dia de Uberlândia.*⁴³

Aqui a cidade aparece, mais uma vez, como lugar livre de conflitos, diferenças sociais, desigualdades; como cidade acolhedora e próspera. O trem é comparado ao avião e as estradas são apontadas porque era época de investimento das estradas de rodagem, da BR 050, que facilitava os transportes de cargas, de suprimentos para a cidade, encurtando distâncias e promovendo uma nova era para os empresários.

A expansão da cidade vai emergindo das páginas do jornal, que exalta os “arranha-céus” como se erguesse a bandeira etapa. Assim, não foram raros os momentos em que se faziam saudações a cada novo edifício que despontava, salientando as diferenças visíveis entre a cidade do passado e a cidade do presente. No artigo citado abaixo essa questão temporal é especialmente importante para a análise do progresso:

*Duas décadas atrás, Uberlândia era (deixemos de lado o ufanismo) uma cidade de importância relativa. Seu comércio concentrava-se, praticamente, no trecho da Avenida Afonso Pena entre a Praça da Prefeitura e a da Estação Ferroviária, ao longo de oito quadras. A periferia urbana alcançava os córregos das Tabocas e São Pedro, ultrapassando de pouco, os trilhos da ferrovia (Mogiana) compunha seu quadro arquitetônico de alguns sobrados, apenas um trio de mais de dois andares, destacando-se estes, pelo volume e idade, do casario anão, em sua maior parte, antigo, e, nalguns casos, ate sexagenário, entremeado, muitas vezes, de terrenos baldios, sem tapumes, recobertos de vegetação nativa.*⁴⁴

*Graças à grande projeção de Uberlândia como pólo industrial de grande potencial em desenvolvimento e a intensa repercussão da federalização da Universidade de Uberlândia, já efetivada, inúmeras famílias de cidades vizinhas, entre elas, Araguari, Goiandira, Catalão, Monte Carmelo, Tupaciguara, etc, desejosos de adquirirem suas moradias em Uberlândia, têm encaminhado constantes correspondências, solicitando informações a respeito da venda das Unidades do Edifício Armante Carneiro.*⁴⁵

⁴³ Prefeitura Municipal de Uberlândia. Nesta cidade todo mundo trabalha. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 11459, ano XXXVI, 29 abr./ 01 mai. 1972, p.3.

⁴⁴ UBERLÂNDIA: um milhão de habitantes. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 12548, ano XLI, 03 jan. 1979. p. 7.

⁴⁵ EDIFÍCIO Armante Carneiro. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 12636, ano XLII, 11 mai. 1979, p.1.

Acompanhamos na imprensa escrita a demonstração dessas diferenças na seqüência dos anos, vista como sinal de progresso, mesmo que assim a cidade se tornasse tão estranha para moradores e forasteiros a ponto de um articulista declarar que

*quem tenha estado ausente de Uberlândia, há mais de vinte anos, revendo-a, agora, será tomado de espanto. Terá a mesma surpresa de alguém, que, havendo conhecido um menino, veio a reencontrá-lo, já homem feito e de compleição agigantada. Não estará reconhecendo uma pessoa, mas conhecendo outra.*⁴⁶

Esta inscrição do progresso citadino na ordem das coisas temporais exige uma deliberada exposição da imagem das novas conquistas, de forma a garantir a sua plena assimilação pelos cidadãos. Nesse contexto, as construções aparecem de diferentes formas, em anúncios, crônicas, fotos, desenhos, com o mesmo objetivo de chamar a atenção do leitor para esses acontecimentos e também para que se divulgassem os empreendimentos imobiliários na região, atraindo capitalistas para investirem nesse ramo comercial. Isto faz com que as instalações comerciais fossem especialmente exaltadas: *“O desenvolvimento da cidade se nota, nas arrojadas edificações. Prédios que olham para o céu, residências que valorizam a vida humana, lojas cada vez mais luxuosas, escritórios, divisórias, requinte e qualidade.”*⁴⁷.

Através de seus jornalistas, a imprensa vai traçando e arquitetando suas idéias, convencendo o leitor, em especial os capitalistas, de que se fazia necessário investir em belas obras, muitas vezes no afã de atrair mais investidores. Esse esforço em prol da substituição deliberada dos imóveis velhos traz resultados duradouros que tendem a comprometer os conjuntos urbanos, tal como aconteceu com as avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto, transformadas em área exclusivamente comercial na década de 1970 e que por mais de trinta anos continuam abrigando um comércio cada vez mais rotativo. No texto que se segue podemos acompanhar a gênese desse processo:

Desde que se esboçou o progresso uberlandense na sua fase mais intensa a Avenida Afonso Pena constituiu-se na via pública preferida pelas firmas comerciais de maiores capitais e de iniciativas mais vanguardistas. Precisamente por causa do obstáculo da linha férrea, essa explosão foi detida na Praça Oswaldo Cruz transbordando para Avenida Floriano Peixoto, que recebeu o impulso vigoroso na substituição dos seus antigos prédios de

⁴⁶ UBERLÂNDIA: um milhão de habitantes. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 12548, ano XLI, 03 jan. 1979, p.7.

⁴⁷ ERGUEM-SE edifícios notáveis e residências confortáveis. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 12465, 30-31 ago. 1978, p.2.

*residência particular por grandes edifícios e por séries de lojas que se estabeleceram ao longo do seu traçado atingindo as proximidades do nível mais elevado. Agora, com o desimpedimento da Afonso Pena e o seu asfaltamento, prevejo que quase a totalidade das construções na extensão conquistada pela nova perspectiva será demolida para dar lugar ao comércio e a indústria que para lá se dirigem na procura da zona que melhores vantagens oferece para ampliação da metrópole.*⁴⁸

Seja qual for a realidade atual, o fato é que naquele período a transformação foi vista como modernização, embora causasse problemas a alguns moradores. Conforme Calvo⁴⁹, esse ponto da ferrovia era um lugar de passagem para os moradores dos bairros, o que delimitava as fronteiras entre o centro e os bairros próximos da ferrovia. No entanto, a autora afirma que o argumento que prevaleceu na década de 1970 era de que a estação impedia o trânsito e até mesmo gerava acidentes, mas para os moradores a estação ferroviária era um elemento de suas vivências cotidianas, presente em seus deslocamentos diários da casa para o trabalho e vice-versa, de forma que a destruição significava a dissolução de marcas simbólicas importantes para esses moradores.

Nessa mesma perspectiva, o Fórum adquire um significado importante, ao perfilar por diversas vezes nesse jornal. O prédio construído em 1922 nos arredores da Praça Tubal Vilela tornou-se obsoleto com o passar dos anos, na visão da imprensa escrita, que há tempos exigia do poder local outro prédio para a instalação do Fórum. Em seu discurso na Faculdade de Direito, o advogado Lyrio do Valle expressou o desejo, compartilhado por todos os defensores das novas construções, de que a antiga sede do Poder Judiciário fosse demolida:

*(...) é uma vergonha, é um verdadeiro pardieiro o fórum de Uberlândia, com seu prédio caindo aos pedaços, mas, com a ocupação do Palácio da Liberdade por um uberlandense, deputado Rondon Pacheco, o assunto deverá ser solucionado ou construído um novo prédio à altura do progresso cidadão.*⁵⁰

Por anos essa reivindicação de um novo prédio para o Fórum prosseguiu na imprensa escrita, que justificava a necessidade de uma nova construção, já que o prédio existente não “condizia absolutamente com a grandeza, a importância e o nível cultural da cidade”, e para solucionar esse problema propunha o projeto de “um edifício

⁴⁸ URBANISMO. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 11356, ano XXXV, 12 nov 1971, p. 3.

⁴⁹ CALVO, Célia Rocha. .Muitas memórias, outras histórias de uma cidade. Lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia. In: **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D’água, 2004, p. 162.

⁵⁰ O FÓRUM envergonha nosso progresso. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 11100, ano XXXIV, 13 ago. 1970, p. 01.

*moderníssimo, de linhas arrojadas e condizentes com a dignidade das atividades que irá abrigar, isto é, a justiça da comarca.”*⁵¹.

*Depois de termos que enfrentar um longo período em que os julgamentos se realizavam no velho pardieiro da praça Tubal Vilela, um edifício histórico que, infelizmente, acabou sendo totalmente superado para suas finalidades, agora o público e os homens já trabalham pela justiça no setor criminal, estão realmente felizes com a obra gigantesca que veio dotar Uberlândia de uma sede forense a altura das mais importantes capitais brasileiras.*⁵²

O então prefeito da cidade, Virgílio Galassi, negociou o prédio do Fórum com a Caixa Econômica Estadual, a fim de ver implantado no lugar um edifício moderno que viesse no futuro abrigar a agência da Minascaixa:

*A transação foi feita na importância de 5 milhões de cruzeiros, esclarecendo que essa verba será aplicada na construção de viadutos na parte alta da cidade, para suprir as necessidades de seu crescimento, bem como evitar o trânsito através da BR 050.*⁵³

O que se percebe em todos esses artigos é o jogo de poder que procura determinar aquilo que deve ou não permanecer, visto que a demolição de um edifício antigo implica na eleição de uma nova estrutura que se pretende ressaltar, no caso, o novo Fórum que irá substituir o chamado “pardieiro”.

Ao longo da investigação das fontes constatamos uma série de ações voltadas para as demolições na cidade, as quais, na visão dos progressistas, visavam à promoção de uma mudança cultural por meio do rompimento com o passado, em detrimento dos aspectos culturais e afetivos de seus moradores. Neste processo estão incluídas as desapropriações no final da Avenida Monsenhor Eduardo e, ao longo dos anos, as demolições da sede da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, localizada na Avenida João Pinheiro, dos armazéns da CASEMG na Avenida João Pessoa, do Sindicato Rural no Parque de Exposições da Avenida Vasconcelos Costa, no intuito de realizar a abertura da Rua Padre Pio ligando a Avenida Vasconcelos Costa com a Avenida Fernando Vilela.

⁵¹ FÓRUM novo já tem projeto concluído. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 11346, ano XXXV, 26 out. 1971, p.01.

⁵² SESSÕES do Júri prestigiadas por todas as classes. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 12254, ano XLI, 27-28 ago. 1977, p. 01.

⁵³ PREFEITO foi a Câmara e anunciou a venda do casarão da Praça Tubal Vilela. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 12528, ano XLI, 23 dez. 1978, p. 1.

Não importando, porém, em que lugar isso seria feito, se no Bairro Fundinho, área histórica, se no centro urbano, onde ainda resistiam algumas construções antigas, deveria predominar, sim, a verticalização das construções ou a mudança da aparência das edificações, caso se quisesse preservá-las, desde que fosse alterado o estilo da fachada.

A movimentação dos articulistas na imprensa de Uberlândia pode ser definida como uma fuga do passado rural, que deveria ser eliminado dos chamados tempos modernos, em que a arquitetura moderna emergia como o verdadeiro cartão postal. Em contraposição, os velhos casarões, com seus estilos “arcaicos”, eram vistos como manchas inoportunas no tecido urbano, vestígios do atraso social e econômico que caracterizava o passado.

Nas décadas que se sucederam Uberlândia foi se expandindo em direção às áreas periféricas, provocando o loteamento de fazendas históricas do município e a ocupação de espaços nunca antes imaginados; um movimento impulsionado pela idéia de progresso, cara à classe dominante. As fazendas, tão peculiares desse lugar, foram suplantadas pela verticalização, virando lotes, cedendo espaço para o avanço das construções promovidas pelos capitalistas, os donos de imobiliárias, impulsionando o crescimento da cidade.

Dessas leituras realizadas na imprensa, contadas pelos redatores de jornais, apreende-se uma cidade que se alterava, onde a mudança no padrão de vida era vista como um aprimoramento das relações sociais:

*Baixando-se a uma observação mais minuciosa, os motivos de espanto são mais numerosos e maiores. Perderam seu aspecto campesino os agrupamentos (seria pretensiosa, para a época, a denominação de bairros) da Tubalina, Fundinho, Santa Mônica e outros de menor importância. Todos foram urbanizados, apagando-se aquelas cenas de cães e meninos à beira de portas, e de cisternas em fundo de quintal, como as de choupanas à margem das já lendárias estradas de terra. E receberam edificações, que os erigiram à condição de verdadeiros bairros.*⁵⁴

Geralmente, essas visões de deslumbramento diante do espaço urbano modernizado eram divulgadas durante as comemorações do aniversário da cidade. O fato é que o objetivo de tais crônicas era chamar a atenção para as mudanças realizadas

⁵⁴ UBERLÂNDIA: Um milhão de habitantes. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 12548, ano XLI, 03 jan. 1979, p.7.

na cidade, que deixava de ser a encantadora e poética “Cidade Jardim”⁵⁵, para tornar-se uma floresta de arranha-céus, um formigueiro humano ou quem sabe até uma colméia de gente engajada no trabalho de construção da grande Uberlândia. No momento em que a cidade completava 81 anos julgava-se importante publicar artigos e crônicas sobre o passado com o intuito de enaltecer o presente. Dessa forma, a cidade antiga era revelada na esperança de construir balizas para demarcar o avanço da civilização.

A comemoração de cada nova construção aparece constantemente nas páginas dos jornais nessas datas, dando ênfase à noção de progresso associada às construções; daí encontrarmos especialmente anúncios de construtoras, casas comerciais, grupos financeiros, aqueles mesmos estabelecimentos que sustentavam esse jornal, os quais também faziam questão de publicar suas homenagens, referendando a imagem urbana que pretendiam consolidar, dando novos significados para essa cidade, alterada não somente em sua fisionomia, mas principalmente em sua trajetória.

O entusiasmo desses capitalistas que elegem a cidade que desejam ver ser construída os leva a divulgar a Uberlândia “civilizada”, enaltecendo os feitos realizados por esses grupos e comemorando o já conquistado:

*Seus traços urbanísticos criam mais um diferente aspecto que se completa com o criado por seus grandes e já inúmeros arranha-céus, dando um todo inseparável e cobiçado, a mostrar toda a grandeza de um povo empreendedor e cômico de suas devidas e não poucas responsabilidades. Uberlândia- cidade limpa. Limpa por limpos e civilizados serem seus habitantes. Em suas avenidas asfaltadas nada se nota a não ser um imenso e contínuo tapete negro. A poeira, os ciscos, nada disso toma forma e aparece em suas avenidas. Uberlândia cidade luxo. Luxo pelos seus hotéis, clubes, enfim.*⁵⁶

*Há 81 anos atrás, era patrimônio a Vila de São Pedro do Uberabinha, a capela criada pelo esforço e tenacidade de Felisberto Alves Carrejo. Hoje é a cidade que cresceu sob o influxo de homens que herdaram e desenvolveram o espírito criador do velho mestre-escola. Amplas avenidas, belas praças, arranha-céus, comércio intenso, boa indústria, muitos colegas e uma Universidade, eis a Uberlândia de 1969.*⁵⁷

A nota acima evidencia as estruturas julgadas dignas de nota, as avenidas, o crescimento laborioso dos “grandes homens” que construíram esse patrimônio. Os trabalhadores, homens simples que pegaram nas pás de cimento, que fizeram a força

⁵⁵ UMA efeméride. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 10907, ano XXXIII, 31 ago. 1969, p.3.

⁵⁶ FILHO, Adélvio Peixoto. Uberlândia. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 10701, ano XXXII, 31 ago. 1968, p.1.

⁵⁷ **JORNAL Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 10907, ano XXXIII, 31 ago. 1969, p.1.

física inexistem nesse momento. A busca de Felisberto Carrejo, eleito como fundador da cidade por esse grupo dominante se dá por este ser um homem instruído e por ter sido líder de idéias e projetos na cidade, que sequer viu tais praças ou avenidas se concretizarem, pois faleceu em 1872⁵⁸ de acordo com nota publicada no jornal, sepultado no chão da própria capela que ajudara a construir, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, que nessa ânsia do progresso também seria demolida.

Ao lembrar a cidade antiga, que não passava de um arraial gerenciado por homens de visão a frente de seu tempo, o passado é trazido não por orgulho, mas no sentido de homenagear os idealizadores da cidade. O sentido era de enaltecer esses passos gigantes do que chamam de progresso, vangloriando o progresso material visto em especial no que essa cidade trazia de benefícios, as cachoeiras, as faculdades e a Universidade que traria o conhecimento para aqueles que conseguissem nela ingressar.

*O 31 de agosto é a data maior da cidade uberlandense, o seu aniversário de emancipação política. Da pequena aldeia de 1888 até a cosmopolita Uberlândia de hoje, existe um intervalo de 82 passos em botas de sete léguas. É o progresso-gigante da Metrópole do Triângulo, que assombra os visitantes. São os arranha-céus, as faculdades, a Universidade, a monumental Sucupira, o dinamismo de sua vida voltada exclusivamente para o seu desenvolvimento de gente dinâmica. Por isso mesmo é dinâmica em sua natureza.*⁵⁹

A cidade apontada era aquela que crescia a passos largos, pisoteando com suas botas gigantes o atraso visto nas ruas tortas, no modo rudimentar das casas construídas, no passado rural, pois, a cidade que se almejava era essa que se distanciava de sua pequenez e crescia patrolando pessoas e obstruindo tudo aquilo que a impedia de ser dotada de valores e de progresso material.

*Quem diria? Onde está a cidade pacata que vivia de lavoura e criação? Onde está o seu passado? Suas ruas tortas? Em lugar algum. Uberlândia já nasceu com o traçado de uma cidade que sabia ter um destino a cumprir. O hoje será superado pelo amanhã. O amanhã será envolvido pelo próximo ano. A gente vive aqui, e por isso não percebe. Mas quem fica um pouco tempo fora, já não sabe mais como era a rua onde morava.*⁶⁰

⁵⁸ SERTÃO da farinha podre. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 10907, nº XXXIII, 31 ago. 1969, p.12.

⁵⁹ UBERLÂNDIA completa amanhã 82 anos. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 11910, ano XXXIV, 30 ago. 1970, p.1.

⁶⁰ UBERLÂNDIA ano 88. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 12764, ano XL, 28-29 ago. 1976, p.2.

As transformações eram tidas como algo positivo que deveria ser aplaudido, sendo que para algumas empresas que parabenizavam a cidade em seus aniversários, essas remodelações eram sinais de adiantamento e quanto menos houvesse sinais de uma cidade que já fora pequena e com casarões tão antigos, melhor seria.

Como vimos, a verticalização é um dos pontos de maior destaque nas páginas dos jornais, uma vez que era vista como sinal de avanço arquitetônico. Portanto, esse era o patrimônio edificado, moderno e monumental que essa fonte desejava preservar e divulgar nesse momento, o patrimônio luxuoso que se tornava a cena principal dessa nova história de progresso que tentavam cristalizar.

*O desenvolvimento da cidade se nota, nas arrojadas edificações. Prédios que olham para o céu, residências que valorizam a vida humana, lojas cada vez mais luxuosas, escritórios, divisórias, requinte e qualidade. Em todas estas demonstrações do progresso uberlandense, estamos também presentes. Parabéns Uberlândia. Ano 90. Oliveira Indústria e Comércio. Presença obrigatória no desenvolvimento arquitetônico da cidade.*⁶¹

Neste contexto, surgiu a demanda por novas habitações para atender aos migrantes que chegavam à cidade em busca dos cursos oferecidos pela Universidade Federal de Uberlândia e dos empregos provenientes do progresso industrial. Assim, são criadas as bases para a valorização imobiliária que vinha acontecendo desde a década de 1950 com a atuação do Prefeito Tubal Vilela, que trabalhava no campo da especulação imobiliária. Isto fez com que a cidade se espalhasse, criando chácaras e loteando terrenos, bem como construindo edifícios como o Tubal Vilela, erguido em 1956 e considerado, na época, o maior arranha-céu do Triângulo Mineiro e um dos primeiros de Uberlândia.

Percebemos através da leitura dos jornais que, a partir do momento em que as ruas começam a receber calçamento, há uma mudança nos meios de transporte que atendiam a população, provocando o declínio de charretes, troyles, carrinhos de pneu e carroças. Com a construção do novo Fórum, a visão desses charreteiros é o momento mais evidente de satisfação desse jornalista, que demonstra a necessidade de acabar de vez com esse transporte tão arcaico, principalmente porque, para o poder vigente, o novo Fórum era uma conquista há muito almejada ao passo que aquela charrete era o símbolo de 1888, ou seja, de um tempo que vinham lutando para apagar.

⁶¹ ERGUEM-SE edifícios notáveis e residências confortáveis. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 12465, ano XLI, 30-31 ago. 1978, p.2.

As charretes são um meio de condução de gente que não acredita no presente. Outro dia destes, uma delas subiu a Afonso Pena e seguiu até ao prédio do novo Fórum. E foi um lindo contraste, o edifício moderno e arrojado, servindo de fundo à charrete, com seu cavalo que era branco e este avermelhado por nossa poeira dadivosa. Já não há mais lugar para ela, no movimento dinâmico desta cidade. Os carros passam velozes, esquivando-se do lento trotar do cavalinho magro. Um contraste. Um pouco de 1888 numa viagem, fantástica por 1976.⁶²

A homenagem da Transcol, empresa de transporte coletivo enfatiza a evolução da cidade que agora necessitava de um sistema de transporte coletivo mais rápido e mais espaçoso para locomover mais pessoas, já que os antigos transportes rudimentares tornavam-se insuficientes. Mais uma vez autoritariamente delimita-se quem poderia ou não transitar na cidade, ou melhor, quem poderia quem estava autorizado a percorrer os lugares de maior desenvolvimento. “Já não há mais lugar para ela”, a frase deixa claro que o moderno, o que chamavam de progresso, havia vencido e evidencia que ali não era mais o lugar desse tipo de transporte que serviu, teve a sua utilidade, mas no tempo da Mogiana, dos trilhos, ou seja, tempos que não mais existiam.

O passado vai aos poucos desaparecendo. Esse é o resultado de um trabalho de renovação constante da cidade dinâmica. Algumas velhas lembranças... E só lembranças, porque o uberlandense é um povo que vive de olhos no futuro. A velha estação da Mogiana não existe mais. E com ela vão desaparecendo todos os antigos casarões que cedem seu lugar para a construção de novos e imponentes edifícios.

Nestes 87 anos de vida, Uberlândia esteve sempre construindo, erguendo novos monumentos ao seu progresso. O passado serve apenas como o incentivo ao futuro, pois foi no passado que aprendemos a seguir sempre em frente, como manda a tradição dos bandeirantes que abriram nossas clareiras.⁶³

Definindo o apego ao futuro como justificativa para seus atos reformistas, a elite urbana se vangloria dos novos valores materiais agregados ao contexto urbano. Este artigo traz importantes revelações a respeito da luta em conseguir fazer desaparecer os casarões implantando os imponentes edifícios, além de evidenciar que o passado vai aos poucos desaparecendo com essas transformações.

⁶² AS CHARRETES, onde estão? **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, nº 12764, ano XL, 28-29 ago. 1976, p.2.

⁶³ EM 1975 estamos iniciando a construção de nosso novo edifício sede na avenida Vasconcelos Costa! **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 30-31 ago 1975, p.1.

*Em 1975 estamos iniciando a construção de nosso novo edifício sede na avenida Vasconcelos Costa! E de que outra maneira poderíamos comemorar mais condignamente o aniversário desta cidade, senão fazendo com que ela tivesse mais um edifício capaz de mostrar o seu engrandecimento ininterrupto? Construir é amar Uberlândia⁶⁴.
Só Compensados*

O artigo acima, cujo título é “Uma visão que deslumbra os pioneiros”, vem apenas reforçar o que viemos discutindo ao longo desse trabalho, que o passado só é lembrado para favorecer o presente que surgia tão diferenciado. Assim, as empresas comerciais comemoram e consagram a cidade que tomava novas formas, que demolia construções antigas e exaltava tudo de novo que se apresentava. Essa era a forma dos capitalistas homenagearem e impulsionarem seus pares a continuar nesse caminho que consideravam como sendo de progresso e modernidade.

Neste capítulo pude perceber a visão da cidade que emergia das fontes jornalísticas: a dos capitalistas, sujeitos envolvidos com a reforma urbana e o prevalecimento do que quiseram perpetuar nessa cidade. Assim elencam o que querem como símbolos dessa cidade. Narram suas escolhas, contam suas histórias, elegem patrimônios enquanto deterioram a cidade do passado, a cidade que surgiu das mãos dos trabalhadores, sujeitos comuns, que foram tendo seus lugares demarcados nas margens da cidade nova que construíam de acordo com os interesses desses agentes detentores do poder.

Dessa forma, ficam as lembranças dos sujeitos comuns que não definiram a importância do que fora demolido, do que fora construído, do que restou dessa cidade. Assim fica uma lacuna nessa história contada apenas pelos progressistas que moldavam essa cidade ao seu bem querer. Mas será que os cidadãos comuns comungam desses mesmos valores, concordam com o que foi desfeito e com o que foi construído? Essas indagações me fizeram buscar, através das narrativas orais, que patrimônios elegem, quais sentimentos têm diante do que foi destruído, e como vivenciaram e fizeram parte dessa história mesmo sabidamente não narrada nessa imprensa escrita.

⁶⁴ EM 1975 estamos iniciando a construção de nosso novo edifício sede na avenida Vasconcelos Costa! **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 30-31 ago 1975, p. 2.

CAPÍTULO II

“Preservar, recuperar, tombar, inventariar”: ações e elaborações da política de patrimônio histórico

“Vencia outra vez a perspectiva de consagrar como obras da arte e da cultura os símbolos do poder constituído. Desprovida assim de memória coletiva que lhe permitisse a consciência histórica – pelo efeito desagregador da impossibilidade de acumular suas realizações como cultura – a maioria da população continuou sem se reconhecer nestes símbolos. Com isso, foi expropriada também de sua memória e da sua história.”

Déa Ribeiro Fenelon⁶⁵

Quando trabalhei com a Imprensa escrita no primeiro capítulo, procurei demonstrar que havia uma idéia de modernização permeando os discursos dos jornalistas que, de uma forma ou de outra, abordaram a questão do patrimônio edificado em Uberlândia, exaltando as obras da arquitetura moderna como substitutos das construções do passado.

Neste capítulo analiso as narrativas orais dos sujeitos envolvidos com a elaboração de políticas de preservação do patrimônio da cidade, bem como a documentação produzida neste processo e também o que dele foi registrado no jornal Primeira Hora. Neste sentido, busco problematizar as tensões envolvidas nesse processo, pois se de um lado organizadores do espaço público juntamente com a imprensa escrita, representada pelo Jornal Correio de Uberlândia, defendiam as grandes obras da arquitetura moderna, buscando como suporte as demolições, por outro lado, verifiquei que existia um grupo de pessoas e de órgãos que, a partir de 1980, se ampararam no debate nacional em torno da preservação para defender a integridade e a permanência de alguns bens arquitetônicos. Com a troca de governo municipal e seus apoiadores teremos uma ampliação do conceito do patrimônio cultural.

Percorrendo os anos de 1980, período de implantação da secretaria de cultura e demais órgãos vinculados à preservação do patrimônio histórico desta cidade, compreendi que o patrimônio foi identificado como bem cultural pelos órgãos e técnicos responsáveis

⁶⁵ FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais. In: **O Direito à memória, Patrimônio Histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p.30.

pelo seu mapeamento, sem que houvesse a participação direta dos moradores de Uberlândia, mais especificamente aqueles que constroem as cidades, os trabalhadores, moradores, sujeitos anônimos que percorrem e traçam esses espaços, que foram selecionados por uma classe que julgava o que deveria ser a cultura da cidade.

Na tentativa de entender essa relação do bem patrimonial com o seu meio é que investiguei de que forma se deu a política de tombamento⁶⁶ desses bens. Nesse sentido, apresentarei um histórico de cada um desses órgãos de preservação tentando perceber os objetivos que nortearam suas fundações e quais os critérios adotados para a preservação dos imóveis arrolados no processo de tombamento, ocorrido no período compreendido entre os anos 1968 e 1988.

Em sua proposta de campanha divulgada em 23 de setembro de 1982, o candidato a prefeito de Uberlândia Zaire Rezende⁶⁷ apresentou a cultura e o patrimônio histórico incluídos em suas ações de governo, declarando que: “*A preocupação com a cultura e a memória Histórica tem sua razão de ser, diante da inexistência, por parte do Poder Municipal, de uma Política Cultural traduzida num projeto a ser desenvolvido pela Administração e pelo povo*”⁶⁸. Dentre os principais projetos desse governo destaca-se a criação de novas secretarias municipais, que foram desmembradas, sendo a Secretaria de Saúde desvinculada da Secretaria de Ação Social e a Secretaria de Cultura desligada da Secretaria de Educação e Cultura.

⁶⁶ De acordo com o Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo, Tombamento é: “um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica, bens culturais de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser demolidos, destruídos ou mutilados”. DPH – DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Tombamento e participação popular**. 2. ed. São Paulo: 2001, p. 11.

⁶⁷ No momento em que ainda estava enraizado o poder militar, o governo nacional enfrentava fortes mobilizações do setor trabalhista, greves deflagravam-se, lutava-se pela redemocratização. Em 1982, o candidato Zaire Rezende disputava as eleições, apresentando propostas políticas de governar Uberlândia voltado para as questões sociais e aberto à participação popular. Nesse período, em que a população passava por um duro regime, a proposta do governo Zaire Rezende era inusitada, principalmente porque de 1967 a 1982 a cidade foi governada por dois prefeitos, que se alternavam, a cada mandato: Renato de Freitas e Virgílio Galassi. Nesse propósito, Zaire Rezende vence as eleições e assume a administração da cidade de 1983 a 1988. Seu governo foi direcionado para as áreas sociais: saúde pública, moradia e educação. Do final da década de 1970 até a década de 1990, a ala progressista do PMDB tinha como bandeira a realização de governos abertos à participação popular, estimulando inclusive, sua atuação nos movimentos sociais. Posição posteriormente imitada por seus sucessores, que outrora eram contrários a qualquer forma de organização da sociedade, passando a ampliar e dando continuidade ao que já havia sido começado no governo Zaire, medidas como creches, postos de saúde, atividades culturais, investimentos em saneamento básico, asfaltamento dos bairros periféricos, administração dos distritos entre outros. (Cf. JESUS, Wilma Ferreira de. **Poder Público e movimentos sociais. Aproximações e distanciamentos. Uberlândia (1982 – 2000)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002).

⁶⁸ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Política Cultural (Folder) Uberlândia, 1987.

O prefeito Zaire Rezende, então eleito, sancionou a lei nº 3955 em 09 de Setembro de 1983, sobre a reforma administrativa e assim deu origem à Secretaria Municipal de Cultura, que foi instalada oficialmente no dia 13 de Junho de 1984. A Secretária de Cultura, Iolanda de Lima Freitas⁶⁹, discursou:

*A criação de uma secretaria municipal de cultura veio atender a uma velha aspiração da comunidade e, ao mesmo tempo, atendeu a impositivo histórico, que foi a sua desvinculação de outra secretaria (...) hoje, graças à iniciativa do Sr. Secretário de Estado, Dr. José Aparecido de Oliveira, outros estados já se movimentaram no mesmo sentido e já se batalha para que a mesma separação de áreas venha a ocorrer no Ministério da Educação e Cultura.*⁷⁰

No Brasil, representantes desses grupos de preservação procuravam criar ou desvincular suas secretarias de outras para que o trabalho desse setor fosse executado eficientemente e para que suas ações tivessem maior visibilidade. Além disso, havia um desejo de transformação das políticas públicas, desejo esse compartilhado por vários agentes culturais em âmbito nacional que percebiam a descaracterização das cidades e a perda de documentos e referências históricas do patrimônio edificado. Para tanto, mobilizavam-se para que essas Secretarias que fossem mais atuantes no que tangia à questão da preservação dos espaços de memória.

O prefeito Zaire Rezende, em seu discurso de inauguração da sede da Secretaria de Cultura assinala como sendo características humanas:

*A profunda consciência de si e do mundo que o cerca, e outra é a criatividade, sua capacidade de trabalhar o mundo, de fazer com que o mundo sofra transformações e ao fazer isso ele faz a história (...). Com a instalação da Secretaria Municipal de Cultura praticamente concretiza-se esta proposta de dar condições a Uberlândia de preservar a memória do homem uberlandense*⁷¹

Diante desses atos percebemos a necessidade e a vontade de se criar uma secretaria com o intuito de “recuperar e preservar a memória”. Uma vez que alguns particulares já tomavam essa iniciativa, guardando por conta própria objetos que remontavam a essa história uberlandense, considerava-se que o poder público deveria

⁶⁹ PÁDUA E SILVA, A. Secretaria da Cultura: uma vitória feminina. **Jornal Primeira Hora**, Uberlândia, nº 651, ano III, 23 dez 1983, p.5. A imprensa destaca aqui a importância da Secretária de Cultura Iolanda de Lima como a primeira mulher a assumir um cargo de tal relevância.

⁷⁰ INSTALADA oficialmente a Secretaria de Cultura. **Jornal Primeira Hora**, Uberlândia, nº 774, ano III, 15 jun. 1984, p.5.

⁷¹ Idem.

responder a esse esforço de preservação, que poderia modificar o olhar do sujeito sobre a cidade.

A organização da Secretaria Municipal de Cultura foi estabelecida em três divisões, como é apresentada no folder de divulgação da política cultural do grupo do PMDB para esse mandato⁷². A pasta se organizava da seguinte forma: Divisão de Cultura, Divisão de Bibliotecas e Divisão de Patrimônio Histórico.

A primeira, através de suas seções (Literatura, Artes Plásticas, Música, Artes Cênicas, Cultura Local, Coordenação Técnica e Produção e Apoio), desenvolvia um trabalho conjunto com outros segmentos da população, promovendo ações como o intercâmbio cultural entre a cidade e região. Dentre as atividades apresentadas, destacamos os cursos de aperfeiçoamento e atualização, que eram trabalhos das três Divisões, promovendo os “Encontros de Política Cultural” e, durante três dias, debates de temas diversos englobando a questão cultural e a política do município e do país.

Para os organizadores, esses estudos eram realizados no intuito de aperfeiçoar o conhecimento sobre cultura, preocupando-se em fazer intercâmbios com outras localidades e ampliando o referido tema. No entanto, a noção de cultura era transmitida ao povo como algo delimitado e concluído, que deveria prevalecer nesse novo contexto, negligenciando a participação popular e a própria cultura já existente, como por exemplo, a congada, folia de reis e outras manifestações populares que existem na cidade muito antes que uma instituição se preocupasse com a promoção cultural.

A Divisão de Biblioteca, carente de espaço físico e acervo recebe reforma em 1984, quando também foi implantado um sistema administrativo ancorado numa nova política de atendimento aos seus usuários. Foram criados outros espaços como a sala infantil e a de atividades de Expansão Cultural, e realizadas pesquisas de opinião para adquirir novos acervos de acordo com a demanda pública.

Outra forma de levar adiante o projeto de diversificar e fazer chegar a toda população a “cultura” foi através da Seção de Extensão Bibliotecária, que descentralizou a prestação de serviços da biblioteca. A leitura foi incentivada através da criação do carro-biblioteca e das caixas-estantes, que levavam aos bairros periféricos materiais para que os moradores tivessem acesso a informações.

⁷² SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Política Cultural (Folder) Uberlândia, 1987.

Com a criação da Secretaria de cultura surge também a Divisão de Patrimônio Histórico, com a atribuição específica de estabelecer e levar adiante a política de preservação da história e memória do município.

Esse ato do poder público teve certa repercussão na Imprensa uberlandense, sendo comum, na época, a publicação de artigos relacionados ao patrimônio histórico. Dentre os periódicos existentes nesse período, o *Jornal Primeira Hora* foi, sem dúvida, o mais atuante, pois, além de trazer os acontecimentos que envolviam o PMDB de forma geral, evidenciava temas sugestivos apontando a importância do assunto, veiculando notícias sobre a preservação ou denúncias do que estava acontecendo nas cidades do Brasil e mais especificamente em Minas e no Triângulo Mineiro. Essas matérias foram apresentadas como manchetes, ou mesmo divulgadas nas últimas páginas, no entanto, quase sempre havia uma nota sobre a movimentação em torno da preservação da memória e dos patrimônios edificados. Os debates realizavam-se no universo de uma política cultural, como observamos na legenda da foto de um velho casarão em São Gotardo, “*o tempo vai corroendo e destruindo se não há uma política cultural.*”⁷³

Na reportagem “São Gotardo: Arquitetura a ser preservada” é destacada a preocupação de moradores com a perda referencial da cidade, que vinha sendo destruída pelo tempo e pela falta de uma política cultural que protegesse esses bens. Nesse aspecto, tentavam, pelo menos, preservar através de fotografias, os casarões de estilo barroco que definham sem proteção. “*Parece que as pessoas têm vergonha dessas coisas velhas, acham feio, pobre ou por outro lado, querem se mostrar muito modernas e acabam destruindo ou descaracterizando uma construção antiga e sua beleza singular*”⁷⁴, desabafa o fotógrafo Zé Ovídio ao tentar preservar o que para ele havia de mais belo em sua cidade.

Tais ações, pelo visto, eram rejeitadas por alguns moradores e pelos próprios responsáveis pela gestão pública, que reagiram com descaso. Por isso, pesaroso, o fotógrafo reclama do descuido e da insensibilidade das pessoas, que para construir o que falta, destroem o que foi construído, o que ele chama de “ignorância cultural”. O mesmo admira a resistência de algumas obras, que apesar de rudimentares ainda conservam sombras do tempo em que foram úteis, registrando as suas marcas. Zé Ovídeo tinha o conhecimento que em outras cidades outras pessoas como ele, vinham trabalhando com

⁷³ OVÍDEO, Zé. São Gotardo: Arquitetura a ser preservada. **Jornal Primeira Hora**, Uberlândia, nº 611, ano II, 28 out. 1983, p. 7.

⁷⁴ *Ibidem*.

esse mesmo objetivo e que já haviam conseguido o que pleiteavam através da legislação, conservando assim, as artes e a cultura em geral.

Em 1984⁷⁵, a Secretaria de Cultura promove mais ações significativas em Uberlândia, como a reunião incluindo onze cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba para debater a importância de se preservar uma cidade. Nesse encontro foi elaborado um manifesto e entregue ao diretor regional de cultura em defesa da história da região:

*O documento composto de seis itens, explica que as cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba se colocavam a disposição da secretaria de Estado e Cultura para um esforço conjunto no levantamento de toda a realidade Cultural, qualquer que seja sua manifestação Enfatiza que ao interior faltam elementos técnicos e entendidos que identifiquem quais as providências para sua preservação.*⁷⁶

Nesses documentos, representantes dessas cidades manifestaram o desejo de que essas localidades fossem incluídas no grupo das comunidades a serem preservadas, solicitando ao Secretário da Cultura que as visitasse pessoalmente para que fossem aprofundados os contatos culturais. Os Municípios pertencentes a essa aliança foram Sacramento, Estrela do Sul, Monte Alegre de Minas Gerais, Indianópolis, Patrocínio, Uberlândia, Uberaba, Araguari, Romaria, Conquista e Araxá. Nesses registros fica evidente que os moradores dessas cidades e os órgãos políticos por eles representados tinham grande interesse em encampar um movimento preservacionista e estreitar laços entre si e com os grupos responsáveis pela preservação nacional, além de incluir o poder legislativo nesse processo, para que somassem forças visando à preservação dos bens patrimoniados.

A disseminação dessas idéias em Uberlândia se fazia no intuito de trazer à população o conhecimento da necessidade de preservar e de se promover a identificação com o que estava, nesse momento, sendo trabalhado como patrimônio histórico. Essas manifestações foram promovidas de diversas formas, seja através de peças teatrais,

⁷⁵ Em Estrela do Sul, o grupo denominado “Preservação”, através da comunidade, sensibilizada pela perda de seus referenciais históricos, principalmente após ter perdido vários casarões com as enchentes, se manifestava em busca de apoio governamental. Com isso, o vereador Pedro Divino (PMDB), que escrevia também no Jornal Primeira Hora teve uma contribuição importante ao se unir com Uberlândia e outras localidades para conseguir esse apoio. Já em 16/06/1984 deu posse ao Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e o grupo integrado por pessoas da comunidade visualizava o tombamento Municipal de alguns casarões.

⁷⁶ ALIANÇA municipalista entrega documento a SEC. **Jornal Primeira Hora**, Uberlândia, nº 844, ano III, 22 set. 1984, p.3.

debates, exposições e palestras. Havia uma necessidade conjunta de se compreender as formas de preservação dos bens culturais. A própria Secretária de Cultura de Uberlândia, Iolanda de Lima fazia viagens para buscar promover o aperfeiçoamento e conhecimento sobre a cultura e a preservação patrimonial.

Nesse sentido, a proposta principal desse grupo era “ampliar” o conceito de Patrimônio Histórico para Patrimônio Cultural, tornando a preservação um elemento primordial para a definição de qualquer política no âmbito cultural, entendendo-se como Patrimônio Cultural *“todas as criações herdadas do passado, tradições, condutas, histórias orais e escritas, todos os bens arquitetônicos, urbanos, naturais, usos, costumes e crenças de todos os povos e grupos étnicos com suas habilidades artístico-culturais”*⁷⁷.

No folder de divulgação da Secretaria de Cultura, a Cultura, para os agentes desse setor, era entendida como um processo que permeava toda ação humana, dando-lhe significado, valorizando não somente os elementos do passado, mas também a função da cultura enquanto agente transformador da sociedade. Concomitantemente, foi lançada uma responsabilidade para o “povo”, que deveria definir o que era cultura, cabendo ao poder político a responsabilidade de administrar os recursos, canalizar as ações no sentido de dinamizar as atividades culturais.

Dessa forma, podemos citar o Museu Municipal de Uberlândia, que de acordo com Lima⁷⁸ foi criado através da Lei nº 1392 de 01 de Dezembro de 1965, mas a primeira iniciativa para a sua efetivação ocorreu em 1984, mediante a compra do acervo do colecionador Argemiro Costa, agente do Funrural em 1972, órgão vinculado ao poder federal e que prestava serviços para o trabalhador rural e o empregador. Ao manter em sua sala uma foice que havia recebido de um trabalhador, despertou curiosidade nas pessoas, desencadeando assim interesse em doar-lhe ou vender-lhe outros objetos. Em 11 de julho de 1986, através da lei nº 4376, foi criado o Museu de Ofícios de Uberlândia, que a partir de 1993 sofre alterações em sua administração, fazendo inclusive mudanças na denominação da instituição que passa a chamar-se Museu Municipal de Uberlândia.

No jornal Primeira Hora é anunciado:

⁷⁷ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Política Cultural (Folder) Uberlândia, 1987.

⁷⁸ LIMA, Sandra Aparecida de. **A função social do museu: Discurso e prática**. 1999. Monografia (Graduação em História)- Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Artes, Universidade Federal de Uberlândia, 1999.

Foi aprovado na última quarta-feira dia 11, pela câmara municipal, projeto de lei de autoria do poder executivo que destina verbas para a aquisição dos acervos históricos montados pelo historiador Jerônimo Arantes e Argemiro Costa (...) O acervo de Jerônimo Arantes (...) foi comprado por 13 milhões enquanto que o de Argemiro Costa foi adquirido pela quantia de 15 milhões de cruzeiros⁷⁹.

Nessa mesma época foi criado o Arquivo Público Municipal, através da lei nº 4375, de 11 de julho de 1986, com a compra do acervo particular do Sr. Jerônimo Arantes⁸⁰, sendo possível “*a recuperação do acervo documental gerado pelo município de 1892 a 1956*”⁸¹. O folder anuncia ainda que foi possível a elaboração de um laboratório de restauro e preservação de papéis para que esse acervo e os demais a serem adquiridos fossem acondicionados e conservados da melhor forma possível, sendo o mesmo disponibilizado ao público. Juntamente com esse material, o arquivo ficou responsável pela guarda e manutenção de toda documentação gerada pelos órgãos do Executivo e Legislativo.

Ao tornarem visíveis os lugares de memória, esses órgãos explicitam a política pública orientada para a transformação de coleções privadas em acervos públicos. Na realidade, poucos sabem que esses documentos foram comprados pelo poder municipal, sobrevivendo a idéia de que Jerônimo Arantes e Argemiro Costa doaram esse material. No entanto, é preciso entender que a criação desses órgãos estava diretamente vinculada e dependente da aquisição desses acervos por parte da prefeitura, já que não existia no âmbito do serviço público um conjunto de artefatos históricos que justificassem a criação dessas instituições. Além disso, a compra das coleções pode ter se convertido em fator de preservação na medida em que garantiu a catalogação e a guarda de materiais que de outra forma teriam um destino incerto. Não se pode negar, entretanto, que os órgãos culturais formados a partir dessas coleções preservam também os ideais dos homens que tiveram a preocupação em formá-las.

O Arquivo Público, nessa época, é composto pelos registros documentais das coleções do Jerônimo Arantes, jornais do poder vigente como, por exemplo, do jornal

⁷⁹ MUNICÍPIO adquiriu acervos históricos. **Jornal Primeira Hora**, Uberlândia, nº 797, ano III, 18 jul. 1984.

⁸⁰ Jerônimo Arantes foi Inspetor escolar na década de 1930, Secretário de Educação do governo Vargas, Membro do IBGE, entre outras funções. Para maiores detalhes ver: CALVO, Célia Rocha. **Muitas Memórias e Histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos - Uberlândia 1938-1990**. 2001. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001, p.101.

⁸¹ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Política Cultural (Folder). Uberlândia, 1987.

“O Progresso” e, como afirma o jornal Primeira Hora⁸², de pastas contendo dados sobre as comemorações do centenário do nascimento de Felisberto Alves Carrejo – fundador da cidade, do primeiro cinqüentenário da emancipação do município; documentos sobre educação de primeiro e segundo grau; documentos das faculdades de Direito, Medicina; sobre a Universidade Federal, governo municipal, poder judiciário, imprensa, igrejas e outros.

Nesse momento é importante destacar o Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e Ciências Sociais que em 1981 elaborou o projeto: “Preservação do Patrimônio Histórico no Município de Uberlândia” a partir do qual foram desenvolvidas atividades buscando a interação entre a Universidade e a população uberlandense, no intuito de preservar a memória da cidade.

A metodologia central do referido núcleo era o trabalho com fotografias da área urbana e rural do município de Uberlândia. Percebendo que o desenfreado processo de urbanização, ancorado nos conceitos do progresso e modernidade divulgados nas fontes de jornais, alterava a paisagem urbana, o núcleo entendeu a relevância de se fazer uma catalogação das fontes imagéticas, já que, através do registro fotográfico era possível guardar essa memória.

O núcleo teve acesso às coleções particulares que remetiam ao período de 1910 a 1960. Essas coleções foram copiadas, catalogadas e arquivadas, destacando-se a coleção de João Quituba, cujo colecionador guardava mais de 2.000 fotografias, com as mais diversas temáticas para pesquisas, como evolução urbana, o fazer das classes sociais, a representação do poder político e as manifestações populares no âmbito da religiosidade e lazer.

Esse núcleo composto de historiadores, arquitetos, professores de áreas diversas promoveu palestras e entrou em contato com especialistas nessa área. Esses profissionais tiveram participação significativa nas restaurações ocorridas na igreja Nossa Senhora das Neves (N.S. do Rosário) no distrito de Miraporanga, e em outros projetos executados na cidade de Uberlândia. Suas propostas se direcionavam também à educação, produzindo assim o documentário “Uberlândia uma cidade a ser preservada”, bem como exposições fotográficas. Esse filme foi colocado à disposição no laboratório de ensino e aprendizagem de história da Universidade Federal de Uberlândia, como material didático de 1º e 2º graus, o que para a coordenadora do projeto Maria Clara

⁸² MUNICÍPIO adquiriu acervos históricos. **Jornal Primeira Hora**, Uberlândia, nº 797, ano III, 18 jul. 1984.

Tomaz Machado: “*possibilita que as crianças tenham consciência da importância da preservação histórica*”⁸³.

A atuação desse núcleo visava “a preservação e a conscientização da sociedade” para com as fontes que chegam do passado e possibilitam reconstruir parte da memória social. Na visão do grupo, a preservação dos imóveis justifica-se pelo fato de estarem presentes na própria vida dos moradores, seja no lazer, na educação e em outros âmbitos. No entanto, seu trabalho se destaca pelos inventários, tanto que, no Bairro Fundinho, o grupo inventariou uma série de casarões antigos, fotografando e registrando volumetria, estilo de construção e dados referentes às casas.

A existência desse núcleo foi significativa nesse momento, para que outros grupos se movimentassem em favor da causa do patrimônio público, além de que, através desse contato, foi possível a concretização e formação, posteriormente, do Arquivo Público de Uberlândia e do Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS - da Universidade Federal de Uberlândia, instituições que deveriam trabalhar em regime de colaboração, o que não aconteceu de fato, conforme relata Machado:

*Vale lembrar que em 1985 o CDHIS e o Arquivo Público Municipal, como responsáveis pela guarda da memória histórico-social da cidade, em um acordo de cavalheiros, pactuou uma decisão em que à Prefeitura caberia a responsabilidade pelos acervos documentais públicos, portanto, produzidos e gerados pelo Poder Público e ao CDHIS a responsabilidade pelas coleções particulares. Após sucessivas administrações municipais tal acordo se desfez no ar ou, quem sabe, no tempo.*⁸⁴

Embora esse artigo date de 2003, ele traz à tona resquícios de um acordo realizado entre representantes do poder público municipal e funcionários da Universidade Federal de Uberlândia, algo que não se fez cumprir.

Nos projetos elaborados por esse núcleo, a inserção do ofício do historiador no trabalho de catalogação e análise documental era aclamada como a forma ideal para extrair dessas fontes a história e assim preservar a memória da cidade.

Esse trabalho é, no nosso entender, uma atividade em que a tríade documento-memória-história se manifesta de forma plena. Os documentos são as formas físicas de recuperação da memória e da própria história, independente do aspecto material de como se apresentam, sejam textos, fotos, filmes, quadros e

⁸³ PROJETO prevê conservação da história de Uberlândia. **Jornal Primeira Hora**, Uberlândia, nº 498, 04 jun. 1983, p.5.

⁸⁴ MACHADO, Maria Clara Tomaz. Sinal de Alerta – Perigo! A política cultural e os acervos documentais em Uberlândia. In: **Artcultura**, Uberlândia, v. 5, nº 6, jan./jun. 2003, p.84.

*outros. A fotografia é, em si; um documento mudo, ela exprime o homem, seus modos de ser e de agir, sua cultura, através da imagem: compete ao pesquisador, principalmente ao historiador fazê-la falar.*⁸⁵

Essa concepção de inventariar os bens edificados, recuperar a memória e fazer o documento “falar” era algo destinado ao historiador, era ele quem deveria produzir a história e levar aos cidadãos comuns a cultura que se desejava estabelecer.

Ainda na perspectiva do surgimento desses órgãos de preservação, a Divisão de Patrimônio Histórico, promoveu uma organização estrutural e funcional que culminou na criação do COMPHAC, Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de Uberlândia. Criado pela lei municipal nº 4240 de 14 de novembro de 1985, projeto de autoria da vereadora Olga Helena da Costa e instituído pelo decreto nº 3506 de 3 de março de 1987, o Conselho era fruto de mais uma ação desses agentes responsáveis pela política pública que já vinham organizando os arquivos na cidade. “*O conselho tem como objetivos principais estimular a prática da preservação do patrimônio histórico artístico e cultural e propor ao executivo Municipal políticas gerais em torno da temática: História e memória de Uberlândia*”⁸⁶.

Segundo o folder de divulgação, no ano de sua criação, 1987, esse órgão destinava-se a assessorar a Prefeitura Municipal de Uberlândia em suas ações junto à comunidade no que se referia ao patrimônio, visando uma política cultural democrática, a qual era de fundamental importância. Do regimento transcrevemos: “*Tem arquivado uma discussão ampla acerca de política de preservação, na busca de uma referência histórica, que situa uma entidade cultural, não homogênea, mas plural na medida em que agrega os valores da sociedade uberlandense*”⁸⁷.

Nesse sentido, pesquisando a relação de bens tombados encontrados no acervo da Secretaria Municipal de Cultura, verifiquei que os mesmos datavam do período de 1968 a 1985. Instigada pelo tema dessa análise da participação dos órgãos públicos no processo da seleção, optei por trabalhar os bens que se encontram no perímetro urbano, um espaço onde uma grande parcela da população transita diariamente e tem conhecimento da existência dos mesmos. Os bens localizados em Uberlândia compreendem o conjunto: Praça Clarimundo Carneiro, Palácio dos Leões e Coreto, Casa da Cultura, Oficina Cultural e Igreja Nossa Senhora do Rosário. A Igreja do

⁸⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Proposta para participação do NUHCIS - área de fotografia, na comemoração do Centenário de Uberlândia em 1988. Uberlândia, ago. de 1987, p.2.

⁸⁶ UBERLÂNDIA resgata sua história. **Jornal O Triângulo**. Uberlândia, 25 ago. 1988, p. 01.

⁸⁷ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Política Cultural (Folder) Uberlândia, 1987.

Rosário, localizada no distrito de Miraporanga, embora fora da circulação diária dos habitantes uberlandenses, foi selecionada por representar o primeiro exemplar a ser tombado por Uberlândia em 1968.

Assim, os patrimônios até então selecionados e tombados são construções relacionadas ao poder público ou à vida de algum político ou pessoa importante para a época, além de possuírem um inegável valor arquitetônico. Assim, a justificativa apresentada no processo de tombamento do Palácio dos Leões e do Coreto é esclarecedora a respeito dos critérios de seleção apontados aqui:

*[...] A Praça Clarimundo Carneiro com seu traçado e suas plantas ornamentais, com o prédio da Câmara Municipal e o coreto, são belezas que atravessam o tempo e se constituem numa narrativa real e concreta da epopéia dos pioneiros da face urbana de Uberlândia. Quando o arquiteto, imigrante italiano, Cipriano Del Fávero, projetou o sonho do vereador Tito Teixeira, não teve em mente apenas construir. Teve sim, um grande ideal a ser transportado para o local onde repousam ainda muitos dos primitivos fundadores da cidade. [...]. Após decididas as questões jurídicas de propriedade e de localização pelo Poder Público, inspirou-se no tempo de ouro cheio de romance da longínqua Índia, o Tash Mahal [...]*⁸⁸

Nessa justificativa de tombamento é evidente o sentido conferido ao termo preservar. Para o articulista a importância do edifício municipal se pauta nos primeiros cidadãos, pessoas que estavam ligadas ao poder vigente, visto que era ali o local onde se elaboravam as leis de gerenciamento da cidade. O autor também enaltece o arquiteto imigrante Cipriano Del Fávero. É preciso lembrar ainda que ao citar “onde repousam ainda muitos dos primitivos fundadores da cidade” faz-se referência ao cemitério que ali existiu, o qual foi desativado em 1892 e vendido o terreno em 1907 para a Câmara Municipal. A partir de 1915 o terreno será preparado para a construção do Paço Municipal, concluído em 1917. O Paço abrigou o poder Executivo e o legislativo. Posteriormente a Coletoria Estadual, o centro Agropecuário e até a Biblioteca Pública Municipal funcionaram nesse prédio, muito embora a Câmara Municipal só tenha desocupado definitivamente o local em 1993, quando foi transferida para o atual Centro Administrativo.

No entanto, as campanhas de conscientização sobre Patrimônio não atingem a grande maioria da população. Os dois pontos fortes a serem analisados são, de um lado, as justificativas sobre a preservação dos bens móveis sob o ponto de vista meramente

⁸⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Justificativa sobre o tombamento do complexo da Praça Clarimundo Carneiro, Palácio dos Leões e Coreto. Vereador Jorge Neto, s.d.

arquitetônico, e de outro, a atitude do poder político que negligenciava o valor das vivências significativas para o indivíduo⁸⁹.

Caberia aqui ressaltar o parecer negativo ao tombamento do Mercado Municipal, o que traduz o ideário da elite envolvida com o poder político, a qual avaliava a utilidade das edificações a partir de parâmetros exclusivamente econômicos. E vale dizer que somente uma argumentação dessa natureza poder explicar a recusa em preservar um bem patrimonial que, no meu ponto de vista, apresenta não somente valores estéticos, mas, sobretudo, constitui-se em lugar depositário de vivências como estas que abaixo transcrevemos:

É notável o interesse cada vez maior pela preservação de bens culturais no Brasil. A popularização das questões relativas a este assunto, junto às largas camadas da sociedade brasileira, reflete um novo processo de conscientização cultural. Em Uberlândia, estas questões só começaram a ser debatidas recentemente e muito já se perdeu de seu patrimônio histórico, notadamente, o arquitetônico (...) Além das próprias características físicas do imóvel e tão importante quanto estas é a forma de ocupação daquele local público, onde a convivência cotidiana de várias pessoas e atividades diferentes imprimem ao espaço peculiaridades expressivas e de grande vivacidade: ali se compra, vende, permuta, não só mercadorias, como também idéias, experiências, ocorrendo, inclusive, atividades lúdicas”⁹⁰.

E o mercado só não foi tombado porque um dos membros do legislativo não assinou o projeto justificando-se: *“O Mercado Velho precisa é dar lugar a outra edificação à altura de nossa cidade”⁹¹.*

Essa forma de selecionar bens que encerram uma memória de poucos ou daquilo que um determinado grupo político acredita ser a representação de toda uma classe social, nos faz refletir sobre a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁹², que muitas vezes selecionou obras de arte e da cultura como símbolos do

⁸⁹ No jornal Correio do Triângulo, a arquiteta participante do COMPHAC, reclama da avalanche de demolições, bem como do que se tem preservado até então. Para Maria de Lourdes, em Uberlândia só haviam tombado prédios públicos ou residências pertencentes às elites econômicas, questionando ainda sobre o que restaria para contar a história que refletia aspectos do modo de vida das classes mais populares. Cf. FALTA de memória é criticada por profissionais. **Jornal Correio do Triângulo**. Uberlândia, n. 15.666, 2-4 jun. 1991, p.5.

⁹⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Comissão de Legislação e Justiça. Parecer do Projeto nº 6.136. Assunto: Faz Tombamento de Prédio Histórico. Autor: Olga Helena da Costa – Vereadora 22 abr. 1986.

⁹¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Parecer sobre tombamento do Mercado Municipal de Uberlândia. Assinado pela Secretária Municipal de Cultura Iolanda de Lima Freitas, s.d.

⁹² Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937, proliferaram ações no sentido de seleção e preservação dos bens culturais, muitas delas inspiradas pelo decreto nº 25, que norteava os critérios de tombamento. Houve, então, uma estruturação administrativa dos processos de tombamento conferindo-lhes o peso acadêmico de um trabalho científico, embora houvesse o problema

poder constituído, renegando a memória coletiva, pois a população não se reconhecia nesses símbolos.

Nesse quadro, anteriormente desenhado pela elite nacional, vão emergindo outras reflexões possíveis e profícuas. Podemos observar nessa trajetória que consagra o poder dominante através dos bens culturais, articulações e reflexões identificando nos bens culturais as possibilidades de análise sobre os registros não realizados dos agentes históricos excluídos. Ao tentar forjar uma memória nacional voltada para a unidade, sem conflitos, evidentemente a história oficial enaltece seus protagonistas, aqui entendidos pelos chefes de estado como grandes heróis.

Procurando os posicionamentos divergentes em relação à história registrada pelas instituições, parti em busca das vozes silenciadas, algo que me fizesse compreender fatos intrigantes como o tombamento da igreja localizada no distrito de Miraporanga, em 1968, dezessete anos antes do período em que outros tombamentos foram realizados na cidade. Compreendi como se deu esse processo a partir do momento em que analisei as narrativas orais apresentadas a seguir.

O Sr. Antônio⁹³, nascido na cidade de Queluz (SP), veio para Uberlândia em 1961, quando fora transferido para gerenciar a filial da empresa Comércio e Indústria Ólegazas, S.A. Desde que chegou começou a escrever para os jornais de Uberlândia. Em 1967 foi convidado a integrar a equipe do então prefeito Renato de Freitas, sendo Secretário de Ação Social. Teve contato efetivo não só com os habitantes locais, mas transitou por todos os espaços públicos, particulares, zona rural e urbana.

Durante a entrevista ele buscou nessa cidade lugares de reconhecimento e identificação, e lembra com saudades de ambientes que não existem mais, de construções que foram arrancadas de seus trilhos, de seus caminhos habituais. E recorda-se de uma Uberlândia calma, tranqüila, sem muitos espaços de diversão, onde os encontros com os amigos eram experiências intensas.

Um desses lugares de convivência, a Avenida João Pinheiro ainda está ali, preservando inclusive o mesmo nome, mas com certeza perdeu seu caráter romântico, nostálgico, acentuados por calçada de paralelepípedo, canteiros centrais floridos com baixos postes de ferro encimados por luminárias, dando ao lugar um ar de aconchego e

de ausência de verbas para a manutenção dos projetos. Infelizmente, este órgão estava enquadrado no poder burocrático e acabou tornando-se uma espécie de “refrigério da cultura oficial”, o que reforçou a cultura oficial devido à intervenção governamental nesse período. (FENELON, Déa Ribeiro. Políticas Culturais. In: **O Direito à memória, Patrimônio Histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p.30)

⁹³ Antônio Pereira da Silva. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 14/10/2003.

sosego. Talvez por isso o Sr. Antônio tenha estado tão empenhado em escrever livros que remontam esses tempos, como se pretendesse deixar para as gerações futuras as memórias de uma cidade, que desde sua chegada, vem se transformando.

Em 1968, o depoente teve participação efetiva no primeiro tombamento do patrimônio público, a Igreja Nossa Senhora do Rosário no distrito de Miraporanga. No livro em que relata acontecimentos na cidade, Sr. Antônio conta que a primeira tentativa de tombamento foi uma iniciativa sua:

“Considerando-se que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (...), no Distrito de Miraporanga, tem significados históricos nacionais, tentei tombá-la através dos organismos competentes do Estado e da União. Montei um dossiê contendo fotografias do deplorável estado em que se encontrava a igreja e transcrevi trechos do Visconde de Taunay sobre a passagem por aquele distrito, então chamado Santa Maria de Uberaba, dos voluntários da Prata que seguiam para a guerra contra o Paraguai. A Igreja e seus arredores foram o abrigo dos soldados enquanto estiveram rapidamente por ali. (...) os tais órgãos competentes nem resposta me deram. Não acontecendo o tombamento”⁹⁴

Ao lhe perguntar se ia aos distritos, mais especificamente a Miraporanga, vai logo dizendo que foi nessas visitas que conheceu D. Domingas Camin e, conseqüentemente, a Igreja de Miraporanga, que nesse tempo encontrava-se em péssimo estado de conservação, porque não havia interesse público na manutenção do prédio. D. Domingas, moradora do local, contava apenas com o apoio de pedreiros e carpinteiros que faziam alguns reparos, cuja verba era adquirida nas quermesses. Diante do estado em que se encontrava a Igreja, Sr. Antônio resolveu reunir documentos e depoimentos a respeito de sua história para enviar aos órgãos de tombamento.

Em seu depoimento Sr. Antônio conta que sua proposta era de que, através desse tombamento, conseguisse verba para reformar a igreja, pois ele acreditava que, ao ser feito o tombamento, esses órgãos que, na sua opinião, possuíam “verbas fartas”, seriam capazes de executar a recuperação da Igreja. O objetivo maior era a reforma e não a preservação em si, que nesse período ainda não era cogitada oficialmente na cidade. O depoente revela: “*eu pensei que se aquilo fosse tombado seria protegido por um órgão que tinha dinheiro, ficaria mais fácil. Eu pensei foi nisso*”⁹⁵.

Embora o Sr. Antônio afirme que seu objetivo era garantir a integridade da igreja, independente das políticas de preservação, podemos recuar no tempo e perceber

⁹⁴ SILVA, Antônio Pereira da. Domingas não deixou a Igreja cair. In: **As histórias de Uberlândia**. Uberlândia: Editoração Paulo Antônio, 2002, p. 150.

⁹⁵ Antônio Pereira da Silva. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 14 de outubro de 2003.

que havia a idéia de preservação sim, já que ele atuava como cronista na imprensa que, como já dissemos, tem uma forma diferente de ver o patrimônio. Sr. Antônio é um escritor e tem bastante contato com a imprensa escrita, essa mesma que coloca como tema central a demolição, ressaltando as construções novas que ocupariam o lugar dessas casas antigas. O depoente bebe na fonte do jornal Correio de Uberlândia e é dela que extrai conteúdos para a escrita de seus livros sobre as histórias de Uberlândia. Não quero com isso negar a importância dele como pessoa que muito contribuiu para a preservação, principalmente do primeiro bem edificado, mas não posso deixar de fazer uma observação que julgo pertinente nesse caso: sendo ele um agente de preservação, não se distancia de alguns pontos convergentes de uma mentalidade hegemônica sobre patrimônio e memória.

Ao enviar esses documentos sobre a igreja de Miraporanga, o Sr. Antônio possuía um conhecimento sobre preservação, caso contrário, nem saberia como chegar ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, com um dossiê capaz de produzir uma movimentação no campo institucional.

Não recebendo resposta do órgão federal, o depoente repassou os documentos a um amigo vereador, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Antônio Couto de Andrade, o qual fez o tombamento através da Lei Municipal nº 1650 de 14/10/1968.

*“Trata-se, com mérito patriotismo, de um projeto de lei que visa preservar um monumento histórico que deve merecer todo carinho e todas as atenções dos uberlandenses e também dos habitantes desta região do nosso querido Brasil”. Com os mais calorosos aplausos aos vereadores Antônio Couto de Andrade e Ari Novais Rocha, opinamos pela aprovação do projeto acima mencionado.*⁹⁶

No entanto, apesar do tombamento, a capela só foi restaurada em 1985, através da Secretaria Municipal de Cultura com apoio do IEPHA – MG (Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico)⁹⁷. Em 30 de julho de 1986 foi realizada uma votação

⁹⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Faz tombamento da capelinha N. S. das Neves do Distrito de Miraporanga.** Uberlândia, 20 set. 1968. Processo nº 2687 - Projeto nº 2283, autoria de Antônio Couto de Andrade e Ari Novais Rocha.

⁹⁷ Dentre as atribuições do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, criado em 1971, estão suas funções de estimular, em articulação com os municípios, o planejamento do desenvolvimento urbano, tendo em vista o equilíbrio entre as aspirações da preservação e do desenvolvimento. Fica sob a responsabilidade do município, preservar a área do bem tombado em relação ao desenvolvimento urbano, bem como verificar a necessidade de uma organização cujas diretrizes estejam norteadas por critérios que vinculem ao processo de preservação, um modelo de planejamento urbano capaz de atender uma política cultural que preze pela memória da cidade. (JUNIOR, Edésio Fernandes. **A Proteção Jurídica do Patrimônio Cultural de Minas Gerais.** Plambel. DTFEB,1985.)

para escolher um nome definitivo para a capela, que até então recebera três denominações: Santa Maria Maior ou Nossa Senhora das Neves, Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora do Rosário, prevalecendo esse último nome.

Ao conhecerem o significado das construções preservadas, os moradores passam a se identificar com elas, buscando referências nesses lugares para se lembrarem de suas cidades, de suas vivências. Passado esse primeiro momento de reflexões sobre preservação, Sr. Antônio passa a ter outra relação com Uberlândia.

“Primeiro porque se você começa assim a mexer com a memória da cidade, você cria um laço com esses imóveis, porque esses imóveis têm algum significado histórico. Alguma coisa de memória está ali. E por outro lado, esses imóveis eles nos remetem a outros imóveis, esses sim, que a gente tinha ligação afetiva. Exatamente pela forma da construção, pela forma das janelas, das portas. Pelo quintal, eles começam a nos remeter a outros imóveis talvez nem naquele lugar, nem naquela cidade e que nos trazem recordações afetivas.”⁹⁸

Embora Sr. Antônio Pereira seja escritor e tenha participado de alguns tombamentos e consiga se expressar com facilidade sobre os bens patrimoniais, percebemos que, independente de sua atuação no grupo dos técnicos, é uma pessoa preocupada com essas transformações que levam consigo lembranças que ele próprio preserva em relação aos casarões de sua vivência. Nesse caso, Sr. Antônio vê em algumas construções de Uberlândia semelhanças com obras de sua cidade natal, o que lhe faz sentir-se em casa, pois o olhar lançado sobre um lugar de memória permite o contato com esses tempos vividos. É interessante analisar as trajetórias dessas pessoas que não são naturais de Uberlândia, porque elas projetam nos prédios velhos e nos antigos traçados urbanos da cidade experiências de uma infância vivida em outros lugares, o que sugere a existência de características comuns entre as cidades do passado, as quais se encontram hoje ameaçadas.

Relembrando as suas histórias, esses depoentes apontam outras cidades; tranqüilamente se transportam no tempo, às vezes até se esquecem que estão diante de um entrevistador e de um gravador que registra sua fala, sua voz tremida diante de uma lembrança que lhe causa dor, ou mesmo uma voz que se altera diante de uma lembrança repentina. Infelizmente, o gravador não consegue captar os olhares marejados de lágrimas, de um olhar distante e perdido naquelas lembranças, de um sorriso e uma pausa em que o depoente se dá o direito de reviver aquele momento sozinho, sem que

⁹⁸ Antônio Pereira da Silva. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 14 de outubro de 2003.

nada nos transmita, observações que o historiador não pode deixar de interpretar, pois, compõem essa entrevista. Mais ainda podemos captar nas falas que quase sempre surgem poéticas, nostálgicas, que estas pessoas parecem nos agradecer por ajudá-las a se recordarem de tempos há muito vividos, além de poder contribuir com uma história narrada sem fragmentos, contínua e que as faça compreender e sentir momentos sobre os quais ainda não haviam refletido.

Assim, buscam diversas formas de manterem registrados esses acontecimentos, até que alguém lhes dê motivos para exporem esses fatos, como guardiões e responsáveis por essas memórias, que passam do individual para o coletivo a partir do momento que se recordam dos seus grupos. Portelli fala sobre a dimensão coletiva dessas memórias compartilhadas por grupos coesos:

*Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência.*⁹⁹

A abordagem realizada através das narrativas orais, como evidencia o autor, constitui-se em um campo repleto de possibilidades de troca entre entrevistado e entrevistador. Assim sendo, a riqueza que encontramos a partir desse diálogo com o entrevistado está naquilo que nos é acrescentado através desses encontros.

Nessa perspectiva, outros sujeitos aparecem no sentido de preservar as construções que julgavam importantes. Entrei em contato com uma funcionária da Prefeitura que participou do processo de preservação promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, e com um membro do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de Uberlândia. Suas narrativas acrescentam informações importantes para o trabalho de preservação que terá vitalidade a partir de 1985.

Maria Regina Ribeiro Gonçalves, historiadora nascida na cidade de Uberlândia, é funcionária pública e trabalha na Secretaria de Cultura desde 1986. Sua entrada na Prefeitura demarca um tempo posterior a realização dos primeiros tombamentos efetivados na cidade, mas assume um papel importante, pois sua participação na preservação dos demais prédios será muito significativa. Na década de 1980, Maria Regina foi uma das manifestantes pela preservação de Patrimônios Históricos e

⁹⁹ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 17, abr. 1997.

transitou por vários espaços uberlandenses, palcos de agitadas manifestações; percorreu praças, ruas, distritos, fazendas que materializam a história uberlandense.

Ao lhe perguntar sobre suas lembranças nos momentos das demolições, Maria Regina diz:

Olha só... Quando eu vim trabalhar na Secretaria de Cultura em 86, alguns prédios, alguns imóveis antigos estavam em processo de demolição. Nós tentamos fazer uma campanha para que esses prédios, não fossem demolidos, uma campanha de preservação. Alguns prédios foram tombados, outros não. Outros foram tombados literalmente (riso), vieram ao chão, que é o exemplo da casa do Sr. Sérgio, não é? Que a gente tentou estar preservando esse imóvel, mas ela foi demolida para construção (pausa), de um prédio. (...) fizemos os registros fotográficos. (...) e, o pedreiro que estava demolindo, a gente ficava insistindo lá o tempo todo, olhando, porque tinham umas pinturas interessantes. Então, eu quis guardar um registro dessa casa, não só fotográfico, mas eu peguei também um tijolo, que hoje faz parte do nosso acervo. E quando eu estava pegando o tijolo, o pedreiro que estava demolindo a laje ficou bravo, ele ficou bravo e quase me jogou um tijolo no pé (riso)... E, cada parede que caía, cada tijolo, que assim... Aquilo estava assim... doendo na gente. É, porque uma casa que tinha um valor não é?¹⁰⁰

Interessa-nos salientar que Maria Regina, sendo funcionária da Prefeitura Municipal de Uberlândia, e moradora da cidade, ao se envolver no processo de preservação defendia também a residência que fazia parte do cenário de suas idas e vindas pela cidade. Quando demarcam a paisagem urbana com seus caminhos traçados, esses moradores tornam-se parte da história do lugar e por isso a depoente sofre ao ver a destruição daquela casa que foi importante em sua história individual, um imóvel também valorizado por suas qualidades históricas e estéticas, visto que Maria Regina não deixa de observar que as paredes eram ornamentadas por desenhos manuais.

Observamos ainda a luta entre dois trabalhadores: a funcionária, enquanto pessoa que deveria preservar, e o pedreiro, que deveria demolir. Num ato de expressiva exaltação, mesmo que quase atingida por uma parte material da construção, “o tijolo”, ainda trouxe consigo esse objeto que de alguma forma tornou-se um artefato tributário de duas histórias antagônicas ocorridas num mesmo tempo e num mesmo espaço: a tentativa de preservação de uma história contida naquela construção e a demolição, realizada à revelia dos protestos dos agentes culturais.

Essas memórias podem ser definidas como lembranças desprovidas de monumentos, pois estes foram demolidos. E os espaços a que Maria Regina se refere no

¹⁰⁰ Maria Regina Ribeiro Gonçalves. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 27 de agosto de 2003.

decorrer de sua entrevista são apenas “não lugares”, ausências que testemunham a perda de referências urbanas. Ela lamenta este fato, dizendo: “*Eu não tenho mais identificação, (...) e tinha os trieiros, que a gente passava para chegar do outro lado*”¹⁰¹. Nesse pequeno trecho da entrevista identifico um fenômeno típico das cidades que estão sujeitas a uma transformação veloz, que ultrapassa a capacidade de assimilação das pessoas. Assim, aqueles lugares reconhecidos pelo hábito daqueles que ali transitaram todos os dias desaparecem como os traços de um desenho apagado, levando consigo as referências pessoais e as relações de pertencimento construídas pelos sujeitos.

Ao ver o inventário fotográfico de Miriam Massaro e Maria de Lourdes, do Projeto Fundinho, Maria Regina vai identificando cada morador e narrando suas histórias. Detém-se especialmente diante de uma delas que, aparentemente não diz muito além de ser uma casa que relembra outros tempos. Mas a depoente relata que a casa foi demolida após a morte da proprietária.

*Então, nós sentimos muito, era uma casa muito bonita, com quintal, com árvores, é, frutíferas, um chafariz. Em frente uma Pracinha, descendo aqui a XV de Novembro e, eu lembro que na minha infância, porque a Leonora era prima, eu acho da minha madrinha. Então na minha infância eu lembro que eu brincava nessa pracinha. Tinha um pé de jaca, sabe? Pé de ameixa, de manga. E, a Leonora vivia nessa, depois do falecimento dos pais, ela vivia nessa casa sozinha com alguns empregados, aí depois esses empregados foram falecendo também. E o último de que Leonora cuidou foi o mordomo (...). Essa casa foi demolida também, assim, acho que a gente sentiu muito (suspiro) essa demolição.*¹⁰²

A memória da depoente guarda os acontecimentos relacionados com sua vizinhança, não só daquela que habita próxima a sua morada, mas também do seu trabalho, de seus lugares de passagem. O que ela me conta está relacionado também com as lojas que não existem mais, as construções que foram demolidas e dos vizinhos que não mais se relacionam. Relembra as modificações que os bairros de sua infância foram sofrendo ao longo dos anos até os dias atuais, no Bairro Fundinho e no centro da cidade, especialmente o trecho compreendido entre a Praça Clarimundo Carneiro e Praça Sérgio Pacheco. Para ela essas alterações não modificam somente o espaço físico, mas também as relações sociais. As pessoas vão se mudando e as que resistem se

¹⁰¹ Maria Regina Ribeiro Gonçalves. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 27 de agosto de 2003.

¹⁰² Idem.

recolhem em seus lares temendo a violência, fato presente nas grandes cidades dos novos tempos, e que acaba por fazer parte de todos os depoimentos.

Sua fala é uma das mais reticentes, com pausas, silêncios, sorrisos e olhares perdidos no tempo. Seus sentimentos são demarcados por expressões faciais de angústia, alegria em silêncio, de uma recusa em tocar no assunto, principalmente porque ainda é funcionária pública. Na época da entrevista era Coordenadora do Museu Municipal de Uberlândia.

Foi nesse clima de observações e atenções que pude vê-la se transportar ao passado com um olhar de quem revivia aqueles momentos e narrar parte de sua infância, ocorrida em um lugar que não lhe sai da memória, a Livraria Kosmos, onde seus pais lhe presenteavam com materiais escolares e brinquedos. Mesmo que essa livraria fosse um reduto da elite, constituía também um ponto de referência para a população em geral, pois vendia os mais diferentes brinquedos e novidades como o ferro de passar elétrico, brinquedo que funcionava de verdade; também materiais de luxo como porcelanas chinesas e uma diversidade de objetos, que dispostos em suas vitrines, embalavam os sonhos de consumo de quem por ali passasse.

Essa livraria foi por anos ponto de referência não só dos pequenos infantes, mas também ponto de encontro político, onde as pessoas se reuniam para debates sobre os problemas e acontecimentos do cotidiano. *“E quando acabaram com a Kosmos, então a gente sentiu muito. Agora, hoje lá eu fico vendo, daquela livraria que era tão... É, presente. Agora é uma loja de colchões”*¹⁰³.

Ainda nos dias atuais persistem as derrubadas de edificações significativas para a história da cidade, refletindo um ponto de vista modernizador já enraizado na sociedade local. Não foi por acaso que famílias tradicionais guardaram fotografias e documentos que poderiam reconstruir as memórias de um povo que parecia já prever as saudades e a falta de fontes históricas que pudessem recontar os tempos aqui vividos.

A partir da criação da Secretaria de Cultura na década de 1980, percebemos grupos se manifestando assiduamente, tentando alertar a comunidade de que essas perdas eram prejudiciais para a memória do município. Foi o que aconteceu com um imóvel de estilo eclético, situado na Praça Cícero Macedo, localizado em frente à primeira Igreja da cidade (matriz), já demolida. A construção cederia lugar a mais um edifício. Embora registrada no inventário da Universidade Federal de Uberlândia,

¹⁰³ Maria Regina Ribeiro Gonçalves. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 27 de agosto de 2003.

percebemos que não foi possível mantê-la, principalmente por ser um imóvel particular, o que nesse momento histórico constituía um dos fortes entraves à preservação. A construção, sendo adquirida pela *Kavamoto Assessoria Financeira e Empreendimentos Imobiliários*¹⁰⁴ visava lucrar com um edifício que no aspecto financeiro seria um empreendimento muito mais rentável e atraente do que uma residência antiga.

A falta de uma política cultural que atingisse a maior parte dos habitantes, a ânsia do crescimento imobiliário, a carência de incentivo destinado a preservar seus imóveis, e ainda os entraves da própria legislação, eram fatores que prejudicaram a atuação dos grupos que lutavam pela preservação, pois, sem estímulo, ao proprietário era mais interessante vender seu imóvel histórico para alguma construtora.

Maria Regina, que transitou pelo Bairro Fundinho, pela parte central de Uberlândia e que presenciou a verticalização, a extirpação de casarios, comércios e outros, teve participação em movimentos em prol da preservação de algumas construções nesse setor da cidade, mas hoje observa com tristeza a transformação operada nesses lugares.

O que mais lhe agride é o esfacelamento das relações cotidianas entre os moradores, principalmente no bairro onde mora, Santa Maria, em que a acentuada verticalização isolou as pessoas que outrora se conheciam pelos nomes e se falavam diariamente. Hoje, ela percebe o aumento das grades de proteção e já não reconhece a vizinhança, por isso experimenta certa inquietação decorrente da lembrança de fatos desconcertantes, tanto que, alguns dias depois da entrevista, pediu que eu retornasse com o gravador para expor esses sentimentos perturbadores:

Esses dias eu não tenho conseguido dormir direito, eu acho que por causa da conversa que tive com a Soene. Eu passei a repensar o que me incomodava na cidade, esse distanciamento das pessoas (suspiro). É ter as casas cada dia com muros mais altos, cerca elétrica, sabe, a gente vai perdendo a qualidade de vida. Eu quase sempre morei em Uberlândia, mas também tenho um vínculo muito grande com Nova Ponte, onde meus pais vivem atualmente e onde eu também sempre frequentei durante a minha infância e aquela coisa gostosa de estar conversando com seu vizinho, estar trocando receitas e estar realmente com laços de proximidades maior. Uberlândia não, a gente vai perdendo isso, como eu já falei, os muros das nossas casas vão ficando cada vez mais altos, cheios de cercas elétricas. A gente precisa colocar grades nas casas, o tempo inteiro, as janelas, você já não pode mais lançar o seu corpo para fora da janela para ver um detalhe porque você está cercado de grades, te impede isso de você ver na rua. E até mesmo assim os quintais, a gente não pode ter os quintais grandes por causa do... Da especulação imobiliária (...) Então tudo

¹⁰⁴MAIS um prédio histórico cai para dar lugar a um edifício. **Jornal Primeira Hora**. Uberlândia, n° 335, 05 nov. 1982, p. 5.

*isso vai... te deixando triste, magoada, você vai ficando cada vez mais insensível. Isso me incomodou muito. Mas no sair, no dia-a-dia você vai perdendo, você sabe que tem uma coisa te incomodando, mas se você não para realmente pra pensar isso, a sua qualidade de vida você fica cada vez mais insensível, mais embrutecido e é muito ruim mesmo.*¹⁰⁵

Ao adentrar a casa das pessoas com um gravador e instigá-las a falar sobre suas lembranças, acaba-se por estabelecer uma reflexão acerca do tema. Ao narrar suas histórias sem fragmentos, os depoentes descobrem novos sentidos, o que o faz parar e refletir sobre coisas que antes não ocupavam sua mente. Outras vezes, ao externar pensamentos há muito tempo guardados por falta de oportunidades, compreendem que aqueles pensamentos e aqueles sentimentos lhe feriam bem mais do que imaginavam.

Maria Regina, ao conviver com duas cidades tão próximas e tão distintas, Uberlândia e Nova Ponte-MG, recorda-se que houve tempo em que nessa cidade em que nasceu, pôde ter enormes quintais com árvores frutíferas, pôde sentir o cheiro da flor e acompanhar a seqüência natural do fruto amadurecendo no pé. Pôde ter um diálogo amigável com vizinhos que sabiam seu nome e sua procedência; ter janelas baixas através das quais podia “espiar”, com o corpo semi colocado para fora para avistar algum detalhe na rua. E agora, como fazê-lo diante da verticalização em que as pessoas se recolhem mais dentro de seus aposentos?

Outra depoente, Geralda, nascida também na cidade de Uberlândia, era membro do COMPHAC desde 1987, atuando até os dias da entrevista. Professora de História e História da Arte, moradora na Rua Olegário Maciel próximo à Praça Tubal Vilela, acompanhou as transformações desse trecho do perímetro urbano. Teve uma infância feliz, brincando na Praça Tubal Vilela, indo ao Praia Clube, aos bailes no Liceu, no Clube Libanês, momentos que lhe trazem boas recordações. Foi uma das manifestantes em prol do tombamento do Patrimônio Histórico de Uberlândia atuando em tudo que se relacionava ao COMPHAC¹⁰⁶ e aos órgãos de preservação. Era apegada às construções

¹⁰⁵ Maria Regina Ribeiro Gonçalves. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 30 de agosto de 2003.

¹⁰⁶ COMPHAC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de Uberlândia. Criado pela lei municipal nº 4240 de 14 de novembro de 1985, projeto de autoria da vereadora Olga Helena da Costa e instituído pelo decreto nº 3506 de 03 de março de 1987. Tentando compreender o que foi preservado em Uberlândia, podemos analisar a Lei nº 4240 de 1985, que é quase uma cópia da Lei nº 25 de 1937, que definia o Patrimônio Nacional, a qual transcrevo: Art 1º “*Constitui o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia, o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Município, e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Município quer por seu excepcional valor artístico, tanto arqueológico como etnográfico, e cultural, tanto biográfico, como documental*”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Lei nº 4240, de 14 de novembro de 1985. **Organiza a proteção do Patrimônio Histórico, artístico e cultural do município de Uberlândia**, Uberlândia, 1985).

e se preocupava com essas alterações feitas no núcleo urbano central e, por esse motivo, foi uma das pessoas que contribuíram para a conscientização dos órgãos públicos acerca da necessidade de preservação dos bens pratriomoniados de Uberlândia. Sua fala também é marcada por expressões técnicas, porém, se diferencia por um sentimentalismo que torna o patrimônio mais do que material, e sim afetivo.

Como pude observar aqui, a importância das narrativas orais é explícita, pois ela menciona pessoas que já se foram e não deixaram relatos, o que me levou a pensar que, ao se destruir essas construções que estão presentes nas memórias das pessoas, nada restará para evocar essas lembranças, ocorrendo então a perda definitiva de uma parte da história da cidade. Assim, no processo seletivo de preservação do bem cultural, independente de ser histórico ou arquitetônico, existe a necessidade da preservação das relações afetivas que cada indivíduo mantém com os patrimônios existentes, pertencendo-lhes ou não.

Geralda acrescenta que várias construções contam histórias que viveu ou momentos que presenciou. A Praça Tubal Vilela foi palco de eventos marcantes para ela e seu entorno, rico de construções significativas não só para ela como para muitas pessoas. E assim nos narra:

Eu sou apegada a minha cidade, quer dizer aqueles prédios, aquelas construções que falaria para mim, lembram fases da minha história. Eu brinquei nesses jardins! Eu me lembro do antigo coreto que existia nesta praça, da fonte luminosa.¹⁰⁷

Suas referências estiveram ancoradas nas edificações que fizeram parte de sua infância, adolescência, quando perambulava de um lugar a outro, com suas paixões, com o agitar de seu cotidiano, com os passeios típicos da juventude, e quando busca reviver esses momentos, percebe que lhe falta o cenário, aquele que se materializava na expressão arquitetônica. Os patrimônios estão expostos em cada canto da cidade, marcados na memória da depoente: “*Então cada parte da cidade, cada coisa me lembra um fato, principalmente aqui no centro*”¹⁰⁸.

Quando esses patrimônios eleitos por esses moradores vão sendo destruídos, essas pessoas sentem sua perda, e mesmo que estes monumentos não tenham um valor arquitetônico que justifique sua permanência, eles têm um valor afetivo, que acaba

¹⁰⁷ Geralda Maria Guimarães Rodrigues. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 06 de maio de 2003.

¹⁰⁸ Idem.

sendo mais significativo para pessoas como Geralda, que antes de ser técnica é uma moradora identificada com sua cidade:

*Outro dia eu estou passando aqui na Floriano e vi que derrubaram a pensão Lisboa. Pois é, não tem nada haver, é um prédio, não tem valor arquitetônico nenhum, mas tem pra mim. Tinha valor porque aquela pensão durante muito tempo foi de uma amiga de família. [...] Então me dói, sabe? Porque agora a pensão Lisboa, quer dizer, acabou. [...] Ali, Pensão Lisboa, sem nenhum valor arquitetônico, mas o valor do sentimento, da idéia de se pensar, que é um marco da vida da gente, da amizade, tudo que é, não é? Assim como as pessoas já desapareceram, desaparece também a construção*¹⁰⁹

O valor afetivo também interfere nas observações realizadas pelos moradores quando transitam pela cidade e as lacunas resultantes das demolições provocam nesses moradores mais do que simples saudades, mas até mesmo sofrimento, principalmente quando passam nos lugares que foram modificados por construções que substituíram outras que eles conheciam, onde presenciaram fatos marcantes.

O texto de Silva¹¹⁰ traz uma contribuição significativa ao debater sobre as vozes autorizadas a falar sobre patrimônio histórico, tema até então destinado aos geógrafos, historiadores, arqueólogos, antropólogos e outros, que embasados em conhecimentos “científicos” esvaziaram, de certa forma, as experiências sociais envolvidas nesse contexto.

No meio destes conceitos há uma disputa em relação à memória de diferentes grupos. Nesse sentido, novos espaços de historicidade se abrem atrás das mais diversas reivindicações. Ao abordar a historicidade, penso no estudo realizado sobre as diferentes interpretações do tema realizadas pelos grupos por mim selecionados. Por um lado, temos a imprensa escrita e as narrativas orais de sujeitos que possuem um saber técnico e trazem introjetados em suas falas essas vivências envoltas por um conhecimento burocrático que define e seleciona seus patrimônios, muitas vezes voltados para a voz vigente, assumindo o lugar dos responsáveis pela seleção do patrimônio histórico. Por outro lado, emerge a voz dos sujeitos comuns, moradores e transeuntes que assistem às transformações de Uberlândia, sentindo e observando cada lugar modificado e que trazem consigo suas próprias observações, não pautadas em

¹⁰⁹ Geralda Maria Guimarães Rodrigues. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 06 de maio de 2003.

¹¹⁰ SILVA, Olga Brites da. Memória, Preservação e Tradições populares. In: **O Direito à memória, Patrimônio Histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 17-20.

conhecimento técnico, mas na vida, o que os capacita a selecionar também o que seria patrimônio.

Nesse contexto, é preciso apontar o conflito existente no interior de um discurso que se diz homogêneo. Assim, esses moradores reclamam, sentem falta de bens que foram demolidos pelo poder público como, por exemplo, a Estação da Mogiana de Uberlândia, tão debatida pelos jornalistas do Jornal Correio de Uberlândia e políticos como algo que obstruía o crescimento da cidade, quando na verdade percebemos que o único desejo dos governantes era que se agilizasse a extinção de uma estação ferroviária que havia se convertido em símbolo do passado, e que estava localizada bem no centro do perímetro urbano, perturbando, com sua locomotiva ultrapassada, um crescimento urbano que era mais ideal do que real. Mas, para os habitantes, a estação era um símbolo de tempos áureos de alegria, povoada de recordações dos tempos em que se esperava por aqueles que chegavam de viagem, e pelas novidades trazidas em seus vagões, além de se prepararem adequadamente para fazer seus passeios vestidos com seus guarda pó, ou quem sabe de chapéu novo, de vestido bonito, como se fosse uma tradição se vestir assim para tais viagens. O ato de demolição teve a presença de uma grande parte de moradores que se despediam do símbolo dessas memórias.

O que pretendo é redimensionar essas leituras, reafirmando a necessidade de trabalhar com ambos os grupos, pois cada qual tem uma atuação importante, uma vez que agem em prol do mesmo objetivo, sendo eles guardiões da memória. O que se pretende aqui é evidenciar a ação como parte significativa dessas escolhas, no sentido de ver esses sujeitos como “produtores de conhecimento”, levando em conta que a guarda dos bens patrimoniais deveria ser respaldado pelo coletivo, endossado pela participação popular, uma vez que não se pode desprezar os vínculos afetivos e profundos desses moradores, cuja participação nas ocorrências estabelecidas no cotidiano de sua cidade merece especial atenção.

A importância da identificação no contexto municipal baseia-se no reconhecimento de que a história de seus moradores está incorporada às edificações. A construção da história se faz a partir da contribuição significativa da comunidade na rememoração de um passado onde novos sujeitos sejam protagonistas desses acontecimentos, que constarão, pelo menos é o que se espera, nos dossiês dessas edificações, constituindo seus históricos.

Como sugere Bosi: “*As lembranças se apóiam nas pedras da cidade.*”¹¹¹. As ruas, calçadas, o bairro, os sons, parte da cidade que aparece nas biografias, são memórias que reconstróem o passado a partir do momento em que interpreta o sentido dos fatos situados no tempo. É no revivido dessas memórias que se encontra o significado cultural do Patrimônio, para além do significado arquitetônico. Nesses trajetos, caminhos que foram percorridos, é que estão os significados que muitas vezes não aparecem nas justificativas dos processos de tombamento dos imóveis, porque foram elaboradas com propósitos alheios aos anseios da população. Uma vez que a população não foi consultada, parece-nos que os imóveis foram eleitos pelo simples fato de terem sobrevivido até a década de 1980, quando o movimento pela preservação se fortaleceu no cenário nacional. Era preciso manter algumas raízes do passado, era preciso deixar alguns aspectos materiais da história. Era necessário buscar o novo, porque o país passava pela redemocratização.

Como resposta a esse movimento preservacionista, o governo procura fazer suas escolhas relativamente ao patrimônio edificado considerado digno de preservação. O problema é que no ato da própria seleção havia um problema de abordagem, pois, ao selecionarem bens de valores arquitetônicos ou relacionados à memória de um poder local, os representantes do poder associaram ao patrimônio um significado de preservação alheio ao sentido de fonte documental, de memória social “*valor simbólico, referências culturais das comunidades que os habitam, independentemente das características estéticas.*”¹¹². O fato é que esses patrimônios também foram eleitos pela comunidade, no entanto, as suas narrativas estão relacionadas muito mais com suas vivências, com suas histórias de vida, um fato que deveria ser levado em conta no momento em que se toma a decisão de preservar.

A ampliação do debate conceitual sobre patrimônio cultural, certamente abriria novos caminhos para a mobilização dos indivíduos em prol de uma preservação que ultrapasse os valores arquitetônicos e valorize os anseios dos sujeitos que identificam as suas histórias, seus costumes, saberes e fazeres ao visualizarem esses artefatos.

A questão histórica que se impõe é a vinculação das pessoas que selecionaram esses bens a algum órgão de preservação, seja municipal ou federal, enquanto as pessoas, em sua maioria, não foram consultadas para essa seleção. Esse quadro nos leva

¹¹¹ BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. In: **O Direito à memória, Patrimônio Histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p.146.

¹¹² MOTTA, Lia. Cidades Mineiras e o IPHAN. In: **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002. p. 126.

à relevante observação de que um bem patrimoniado adquire esse valor através da identificação dos moradores e que essa qualificação lhe é conferida por meio desse sentimento de pertencimento que perpetua vivências de diferentes grupos, uma vez que aborda a subjetividade do indivíduo. Mesmo que o bem seja privado ele interage com o público. E daí essa relação de um reconhecimento no espaço no qual está inserido.

Assim, é importante buscar uma parceria com o poder público, que entende e valoriza o patrimônio como algo necessário ao bem estar da população, sem perder de vista o fato de que esta estrutura de guarda e preservação do patrimônio edificado surte melhor efeito quando analisado e projetado visando amplos lados, tanto arquitetônico, histórico e humano, dando um caráter mais solidário e sólido para sua perpetuação.

O que promove e mantém as características dos bens de valor histórico é exatamente a habitação, porque somente quando são usados é que esses bens podem manter-se preservados. Em especial, é preciso que, quem esteja no poder estabeleça um diálogo com a população, fazendo-a tomar parte das decisões. Ninguém melhor do que ela para saber o que é necessário a esses meios e quais serão as conseqüências de algumas possíveis intervenções que possam ser feitas.

Tem-se ignorado muito as opiniões dessa gente e suas idéias a respeito do que foi realizado em seu meio. Contudo, a participação popular pode surpreender, pois são estes agentes que compreendem a dinâmica dos espaços e assim podem promover a harmonização entre passado e presente. Nos registros oficiais, na documentação elaborada por órgãos de preservação, geralmente fala-se sobre a importância da comunidade, no entanto, a ela não foi dado o direito de participar efetivamente de sua seleção.

Vimos na imprensa escrita a divulgação de notícias sobre a destruição de patrimônios que lembravam uma cidade do passado, mas repleta de significados para alguns moradores, em especial aqueles que não estavam ligados às imobiliárias nem aos grupos que promoviam a reforma urbana. Paralelamente, podemos ter a visão dos que prezavam por uma cidade que se modernizava e se ampliava. Com esses surtos de progressos era visível o contentamento de alguns diante de cada nova construção erguida e da evolução desses espaços urbanos, apontados especialmente nas épocas comemorativas do aniversário da cidade, em que os redatores da imprensa tratavam a população como massa homogênea, conforme vimos no primeiro capítulo.

Podemos ainda inferir que a parabenização endereçada a todos os uberlandenses coloca diferentes segmentos em uma mesma classe social, apresentando Uberlândia como uma cidade livre de conflitos sociais e sugerindo que todos os cidadãos

uberlandenses faziam parte desses feitos, além de comungarem desse mesmo pensamento. Neste sentido, o discurso exaltado da imprensa promove uma idéia universal, cristalizando a crença de que todos são progressistas e desejam ver sua cidade próspera e feliz, fazendo parte de cada etapa de uma suposta evolução, trabalhando por uma cidade acolhedora, assim como outrora se dizia de uma *urbe* pacata e um povo ordeiro e trabalhador.

Os discursos se repetem periodicamente e têm quase sempre o mesmo teor, já que era preciso manter a estratégia que beneficiava as imobiliárias, as quais se empenhavam em fomentar a idéia de crescimento e homogeneização social para mascarar seus projetos puramente mercadológicos. Dessa forma, prevalece o discurso da igualdade social em que todos trabalhando juntos lucram na mesma proporção.

Em contrapartida a esse discurso estabelecido, o passado foi sendo confrontado com o presente e muitas construções foram demolidas, fazendo com que as feições da cidade se modificassem, fato que, em si, não chega a ser um problema, visto que as cidades são espaços de transformações sociais, que trazem toda uma história vivenciada por seus habitantes. São essas pessoas que fazem as marcas de seu espaço e que vão lapidando em cada esquina, em cada praça, suas histórias. Nesse sentido, deve-se admitir que a mudança é uma característica da movimentação dos moradores pela cidade, razão pela qual não é possível dissociar a paisagem urbana da história impressa por cada indivíduo através de seus deslocamentos pelo espaço.

Essas mudanças presenciadas em Uberlândia trazem toda uma história de vida que não pode ser obliterada por uma tentativa de homogeneização social. Os monumentos que foram demolidos apagam aos poucos a história de sua cidade e esta não pode se tornar tão estranha à população que a constitui.

Nesse sentido, Fenelon¹¹³ contribui para a compreensão da necessidade de se estudar sobre os espaços e territórios urbanos, objetivando a compreensão de que as relações sociais desenvolvidas no interior das cidades definem e redimensionam configurações urbanas.

A cultura urbana se dá através das lutas, do modo de viver, de morar, de trabalhar dos moradores, que deixam suas marcas nesse espaço. Dessa forma, a cidade tem que ser vista como lugar de pluralidade e diferença. As transformações acontecem, mas estas mudanças têm história.

¹¹³ FENELON, Déa Ribeiro. In: **Cidades** - Pesquisa em História. Revista do programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP, n. 01. São Paulo: Editora Olhos D'Água, 1999, p. 05-13.

É necessário valorizar a memória que se encontra nas marcas que a história deixou ao longo do tempo e em seus monumentos, ruas, avenidas e mesmo nos espaços de convivência, pois a valorização da memória oferece oportunidades de resgatar e reconstruir outras histórias e outros olhares sobre o passado.

É nesse rico campo de manifestações sócio-culturais que as edificações são demolidas e/ou preservadas. É o espaço de significações acumuladas por seus habitantes, sentidos contidos nas entrelinhas dessas construções.

Ao compreender esse espaço como lugar de pluralidade, vendo em cada edificação as marcas da população, percebo que as demolições também têm muito a dizer, pois destroem memórias individuais e coletivas.

Nas narrativas orais busco não uma história, mas as histórias desses agentes que, como nós, moradores, presenciaram de forma crítica essa dinâmica social, compartilhando experiências que emergem de cada fala e mesmo da fonte escrita como o Jornal Primeira Hora, que possui visão e projetos diferentes do Jornal Correio de Uberlândia, focado no capítulo anterior.

Ao percorrer os espaços uberlandenses, reconhecemos poucos exemplares preservados, os quais datam do período anterior a 1950. No entanto, os habitantes continuam fora da seleção dos bens tombados. Embora a política do governo Zaire Rezende, da primeira gestão, fosse em prol da participação popular, percebemos que no que tange à participação coletiva na eleição desses bens, os moradores, em sua maioria, não fizeram parte. Conforme Alvarenga¹¹⁴, o povo era convidado a participar do Conselho Municipal de Entidades Comunitárias – CMEC, que representou uma forma sistematizada da representação popular, intermediando as discussões entre as organizações populares e o poder municipal. Porém, a autora afirma que as discussões suscitadas no interior do CMEC eram mantidas sob o controle da administração. Havia a idéia de que os moradores estavam participando e de certa forma até “governando”, no entanto, o que era levado em consideração era apenas aquilo que não feria os interesses políticos.

Assim, ousamos dizer que a força da identidade é a possibilidade de cada indivíduo se reconhecer naquilo que está sendo preservado. É a possibilidade de inserção de sua história nos documentos, edificações, monumentos etc., que formam o Patrimônio da cidade, cuja construção nasce da contribuição de cada trabalhador.

¹¹⁴ ALVARENGA, Nizia Maria. Movimento popular, democracia participativa e poder político local: Uberlândia 1983-1988. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia, p. 103-129, jan./set. 1991.

Devemos pensar que o pedreiro deve ser lembrado tanto quanto o engenheiro que assinou a planta dessa edificação.

No conjunto dessas considerações espero que seja possível alertar para que essas marcas, essas elaborações, nascidas de cada sujeito e do passado “escrito” nessas edificações, contribuam para a elaboração de uma política que contemple não a história de uma classe social apenas – no caso, a classe detentora do poder político e econômico em Uberlândia –, mas a história de muitos.

Dentro dessas discussões sobre identidade podemos verificar a relação entre passado e presente, no sentido de que, ao se reconhecer naquilo que foi preservado, o indivíduo é capaz de perceber essa relação. Daí a importância de politizar o processo de tombamento estimulando os cidadãos a refletirem sobre o direito cultural que os coloca no palco das ações de preservação. E a relação passado/presente acentua essa questão, pois é necessária uma política de preservação que vincule às suas ações o direito à qualidade de vida. Preserva-se a edificação como registro de uma história mas, ao mesmo tempo, é necessário verificar até que ponto a destruição das edificações pela avalanche do progresso não tem transformado e degradado a estrutura urbana, prejudicando a qualidade de vida de seus moradores.

CAPÍTULO III

Patrimônios culturais: Lugares lembrados, lugares preservados

*Ela o contém como as linhas da mão,
Escrito nos ângulos das ruas,
Nas grades das janelas,
Nos corrimões das escadas,
Nas antenas dos pára-raios,
Nos mastros das bandeiras,
Cada segmento riscado por arranhões,
Serradelas, esfoladuras”.*
Ítalo Calvino¹¹⁵

Neste terceiro capítulo torna-se possível ampliar a discussão para o entendimento a respeito do Patrimônio dentro do aspecto cultural, segundo a concepção de Fenelon: “*compreendendo todo o viver como cultura, ela não está pensada apenas na vida, mas também no trabalho.*”¹¹⁶.

Compreender todo o viver como cultura, é perceber o campo das experiências vividas pelos sujeitos históricos. No campo do Patrimônio, ao eleger este conceito de cultura, estaríamos politizando os temas e, principalmente, trabalhando com uma linha historiográfica não tradicional, que esteja vinculada e comprometida com a transformação em quadros sociais que possam eleger novos sujeitos que não os consagrados pela história oficial.

Se por um lado, observei no primeiro capítulo, que a imprensa negava as marcas do passado e enaltecia as construções modernas, por outro lado os moradores sentem a ausência dessas construções, que se tivessem sido preservadas, seriam eleitas por eles como patrimônios.

Alguns moradores trazem em suas narrativas uma cidade vivenciada durante sua infância ou adolescência; uma cidade calma, tranqüila, em que os habitantes lembram e constroem as histórias vividas num tempo marcado tanto pelas construções quanto pelas demolições. Quando narram suas histórias, os sujeitos entrevistados despertam temporalidades diversas, dependendo da faixa etária de cada um, porém, estas

¹¹⁵ CALVINO, Ítalo. As Cidades e memória. In: **As cidades invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 15.

¹¹⁶ FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? In: **História e perspectivas**, Uberlândia, 6-5-23, jan./jun., 1992, p.19.

temporalidades estão atreladas a alguns poucos espaços delimitados, como por exemplo: a Estação da Mogiana, Praça Tubal Vilela (Centro) e Bairro Fundinho, fazendo, entretanto, algumas incursões a outros lugares, tais como as Estações Sobradinho, Jiló, Stevenson, Bairros Brasil, Roosevelt, Saraiva e os frigoríficos Omega e Caiapó. Estes espaços estavam situados em uma cidade pequena, que podia ser apreendida pelo olhar do cidadão como uma localidade delimitada, diferentemente da cidade atual, fragmentada em sua malha urbana e repleta de vazios e periferias.

Nessa perspectiva, ao buscar outros interlocutores – sujeitos que não foram consultados na seleção dos bens patrimoniados – pude identificar os patrimônios que estes elegem, sejam aqueles escolhidos por meio de um critério afetivo ou aqueles preservados por lei, bem como os que foram demolidos, mas sobrevivem em suas memórias, o que revela o conflito existente entre os gerenciadores do espaço público e os moradores comuns, que sentem uma inquietação ao serem instigados a pensar sobre as transformações ocorridas na cidade em que vivem.

O uso dessa fonte permite a esses sujeitos, que também fazem parte desse processo histórico, que falem sobre seus sentimentos em relação às modificações do espaço urbano, elejam seus patrimônios e, mais do que isso, emprestem-nos seu saber sobre esses tempos vividos e sua participação nesse processo de transformação da malha urbana. Ao perguntar para os moradores comuns o que entendem por patrimônio histórico, outras dimensões foram elaboradas sobre o entendimento dos mesmos sobre aquilo que gostariam de ver preservado.

As construções não existem por acaso. Elas têm suas histórias e guardam em cada tijolo assentado um pouco de seu passado, mas não somente a história de sua estrutura física, mas também das vivências, das lutas, das resistências.

O que pretendo buscar é o entendimento do que esses habitantes entendem por patrimônio histórico, o que elegem como tal e como acompanham a dinâmica desses lugares de memória e de seu espaço urbano.

Nesses lugares, onde é permitida uma convivência plural, acomodando os mais diferentes modos de vida e de pensar, estão as referências que trazem múltiplos significados, e é na procura desses signos que me dispus a entender como reagem esses moradores a todo esse processo.

Conversando com D. Alice, que nasceu na cidade de Goiatuba-Go em 20/12/1933, descobri que ela veio pra Uberlândia em 1951 para estudar. Sempre morou nas imediações da Estação da Mogiana (Praça Sérgio Pacheco), transitando pelo centro

da cidade. Gostava de ir às apresentações da Banda de Música que tocava na Praça Tubal Vilela ou na Clarimundo Carneiro. Lembra-se de construções que foram substituídas por outras no perímetro urbano. Dentre os seus passeios, se divertia viajando de trem, através da Companhia Mogiana. Atualmente é aposentada, viúva e mora na companhia de seu filho, neto e nora. Para D. Alice o patrimônio é constituído principalmente de bens materiais, pelo menos essa é a conclusão a que pude chegar a partir da análise de alguns trechos de sua fala:

Uai, patrimônio histórico é igual o Mercado velho, é um patrimônio. O Museu também acredito que seja, porque é a maior escola de Uberlândia. (Ela se refere a Escola Estadual de Uberlândia) Deve ser também patrimônio, tem que ser. E também aquele prédio ali que era a antiga prefeitura, ali na praça da, aquela ali. (Ela está se referindo ao Palácio dos Leões).¹¹⁷

Ao arrolar os bens arquitetônicos dignos de preservação, a depoente revela que a sua visão de patrimônio está associada às instituições que evocam aspectos importantes da história da cidade. Ela faz questão de enfatizar o significado de patrimônio histórico, usando exemplos que justificam suas escolhas. Para tanto, utiliza a expressão “deve ser também patrimônio, tem que ser”, mostrando coerência em sua defesa do que deve ser preservado. A mesma possui um afeto maior com um desses bens, a Escola Estadual de Uberlândia, pois se identifica com uma construção que evoca lembranças de um parente querido.

Você entra. Você vê assim de frente, tudo bem, é uma construção antiga mesmo né? Você entra lá dentro é tão gostoso, tem um pátio tão bom lá dentro. Eu gosto dele, gosto mesmo Entrevistadora: Aquele estilo de construção... D. Alice: É um estilo assim, você sabe o que me chama a atenção? Eu tinha um tio muito rico, ele tinha uma casa parecida com aquele colégio na roça. Um casarão imenso, tinha muitos quartos, muitos dormitórios e era tudo de assoalho assim. Ai eu fiquei muito triste, era muita família, muitas moças, muitos rapazes, um familiarão. [...] Então eu vejo o museu a casa do tio Manuelinho. Chamava Manuel e a gente falava tio Manoelinho, como ele parece demais a fazenda do meu tio. tio do meu pai. Mas a construção é idêntica, você precisa de ver, é aquilo lá. (Riso)¹¹⁸

Para D. Alice, essa construção tem um significado familiar. Através da Escola lembra-se dos tempos em que viveu com o tio, da casa cheia de gente, da quantidade de janelas, o que oferece à depoente oportunidades de se lembrar dos parentes. Essa

¹¹⁷ Alice Gomes Girardi Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 16 de junho de 2004.

¹¹⁸ Idem.

construção é a materialização de um tempo em que pode se recordar da fazenda, por isso tem pelo edifício, um sentimento de afeto. Por vezes, afirma gostar da escola e o desejo de ter estudado lá, o que não foi possível por falta de vaga. Mas mostra-se enfática ao defender os motivos pelos quais tem identificação com o prédio: “*É uma construção velha que eu gosto. Eu gosto de ver muitas portas, muitas janelas*”.

Este depoimento mostra que o conhecimento acerca das construções preservadas gera um processo de identificação em que os moradores buscam referências nesses lugares para se lembrarem de suas cidades, de suas vivências. No caso de D. Alice, percebi que alguns elementos arquitetônicos do prédio da Escola Estadual de Uberlândia trazem recordações da casa em que viveu em outra localidade.

D. Maura Borges, nasceu em 1926, na Fazenda da Onça, município do Prata-MG. Entusiasmada, ela me conta que veio para Uberlândia ainda bebê. Embora com uma criação rígida, foi freqüentadora assídua do Cine Éden, do Bar da Mineira, da Confeitaria da Hora e participou do vai e vem, “footing”. Suas lembranças estão voltadas para as pessoas que conheceu como Homero Santos, Tubal Vilela, família Garcia, Castroviejo, Carmo Giffoni, que são as suas referências.

Esta depoente identifica o patrimônio com os prédios antigos onde foram realizadas exposições, o que pode ser um sinal de que para ela, como para a maioria das pessoas, a noção de patrimônio tem um caráter institucional. Isso pode ser observado no trecho a seguir:

*Bom, patrimônio histórico eu acredito que seja, a gente, os prédios a onde houve alguma exposição, algum museu. Fala Museu já os prédios antigos. Então nós temos aí o que de museu? A Igreja do Rosário, o colégio das Irmãs que é muito antigo. O Fórum não, o Fórum foi demolido. O Fórum eu também achava uma estrutura muito bonita. O antigo Fórum aqui de Uberlândia.*¹¹⁹

É interessante ressaltar que para esta depoente os prédios antigos são definidos como museus, não importando quais sejam ou tenham sido os seus usos, o que, a meu ver, decorre do fato de a Escola Estadual de Uberlândia ser popularmente conhecida como Museu. A partir de uma generalização do nome conferido a um dos colégios mais antigos da cidade, D. Maura constrói a sua idéia de que os prédios antigos são conhecidos como museus.

¹¹⁹ Maura Borges. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 19 de setembro de 2003.

Continuando o projeto de memória oral, entrevistei a D. Iolanda, nascida em Estrela do Sul-MG, em 21/11/1930. Moradora da Fazenda do Letreiro, uma das primeiras propriedades rurais fundadas no município de Uberlândia, D. Iolanda convive diariamente com as velhas estruturas construtivas e com os vestígios dos equipamentos de produção primitivos. Ela tem, portanto, consciência da degradação que vem sendo operada naquele espaço, ao mesmo tempo em que conhece o trabalho desenvolvido pelos profissionais interessados em patrimônio histórico. Nesse sentido, a depoente julga que essa atuação profissional é um pouco tardia, tendo em vista que muitas coisas importantes estão irremediavelmente perdidas, tais como o moinho, o engenho e a trapizomba:

*Patrimônio histórico? Uai é uma coisa que não pode destruir né? Igual é aqui, que não pode destruir né? (Ela se refere à Fazenda do Letreiro). Porque lá na nossa terra tem demais. (Ela está falando da cidade de Estrela do Sul). Patrimônio histórico não pode destruir. Então tem que conservar, é igual aqui, aqui já destruíram muita coisa antiga, não podia ter destruído e destruiu. Mas, antes de vir as pessoas com o negócio de patrimônio histórico, né? Destruuiu como o engenho, o moinho, trapizomba. Essas coisas tudo destruiu.*¹²⁰

A continuidade do trabalho de memória oral revelou alguns sujeitos cujas histórias de vida estão intrinsecamente vinculadas a um lugar específico: o bairro Fundinho. Estes moradores restringem suas reflexões à questão do bairro, não se preocupando em falar do patrimônio num sentido lato. D. Adélia, nasceu em 29/08/1928, em Jardinésia, município do Prata-MG. Veio para Uberlândia em 1938, para morar com seus pais adotivos, e foi criada no bairro Fundinho, onde reside há 66 anos em uma das casas mais antigas da cidade, que, aliás, teve seu tombamento pedido pela proprietária em 2004. Professora de piano tem amor pela cidade e pela música. Moradora do fundinho há 66 anos. Ao entrar em contato com essa senhora e perguntar seu nome completo, local e data de nascimento, ela respondeu às perguntas e, imediatamente, revelou alguns traços da sua biografia, aos quais considera relevantes por estarem relacionados à história política de Uberlândia. Ela então comenta o seu parentesco com José Lélis França, segundo prefeito de Uberlândia e tece suas narrativas desde a época em que chegou à cidade:

E eu vim criança aqui pra Uberlândia no tempo assim, com 10 anos de idade. No tempo não tinha calçamento, as ruas nessa época, não tinha um calçamento

¹²⁰ Iolanda de Freitas Souza. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 10 de fevereiro de 2004.

*nas ruas. E muita coisa bonita porque desde criança eu sou ligada as coisas simples, as coisas mais humildes. Então inclusive não tinha calçamento, Uberlândia acho que não tinha nem prédio nessa época. E os postes eram aqueles postes de madeira e mesmo apesar de criança, aquilo me fascinava. As luzes também não era luz de mercúrio, era diferente, né? Eu pra te falar a verdade, as flores da minha infância são plantadas aqui no Fundinho e agora, e continua assim, transformando cada vez mais, criando raízes porque isso aí pra mim é uma mensagem de muito amor nesse mundo de violência que nós estamos vivendo.*¹²¹

D. Adélia, sendo procedente de uma cidade pequena, sente um verdadeiro encantamento com sua nova vida e as novas oportunidades surgidas. Relacionava-se bem tanto com os pais biológicos quanto com os adotivos, os primeiros traziam-lhe livros de poesias para ler. O pai adotivo deixou que escolhesse entre estudar ou fazer aulas de piano, o que a fez optar pela música. Foi nessa cidade que ela cresceu e foi se encantando pelas coisas que julga simples, mesmo sendo elas materiais como o poste de iluminação, as praças, as ruas tortas e pequenas e até o fogão à lenha, que pela falta de combustível teve que ser substituído pelo fogão a gás, mas que se manteve como lembrança de outros tempos vividos, já que este utensílio permaneceu na cozinha de sua casa. D. Adélia diz que em sua infância, na década de 1940, aproveitou bem as brincadeiras de roda, as retretas e a Banda de Música que se apresentava aos domingos no coreto da Praça Clarimundo Carneiro.

As narrativas da depoente constituem um testemunho das alterações que foram acontecendo com o passar do tempo. Desde sua infância até o tempo em que a entrevista foi concedida muitas coisas mudaram e o meu interesse era saber como ela reagia diante de tudo isso, por isso me silencieei, deixando que a mesma narrasse suas percepções diante dessa cidade do presente.

Atenta ao crescimento da cidade, D. Adélia se refere aos transtornos dos tempos atuais. Seus vizinhos, muitos foram embora; as construções foram se modificando, os muros aumentando e as pessoas se recolhendo cada vez mais em seus lares. O que percebo na fala da depoente são as transformações do espaço físico que foi completamente alterado através dos projetos dos articuladores da reforma urbana vista.

Até mesmo o trânsito não é mais o mesmo; agora é perigoso. E na rua estreita onde reside, e ainda resiste, passa um forte fluxo de carros, inclusive ônibus, que abalam as estruturas de sua morada, uma antiga e precária residência constituída de paredes irregulares e várias janelas de duas folhas, voltadas diretamente para a calçada estreita,

¹²¹ Adélia Santos França. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 27 de março de 2004.

testemunha de um tempo em que os imóveis residenciais não apresentavam recuo em relação à calçada, simplesmente porque não era necessário adotar medidas de segurança numa cidade pacífica. Aqui, há uma contraposição entre o desejo de preservação e as exigências dos novos tempos, visto que a intenção de se preservar a casa em sua integridade física esbarra na contingência de se construir edifícios que suportem o impacto representado pelo tráfego de veículos pesados naquela região.

Continuando o seu relato, D. Adélia diz que a mudança não ocorreu apenas no nível de vida, mas também no comportamento das pessoas. Isso é apenas a sua interpretação pessoal sobre o comportamento dos indivíduos na atualidade e sugere uma espécie de estranhamento do sujeito em relação ao presente. Aos 76 anos, esta mulher religiosa e reservada em seus hábitos sociais não estaria compreendendo a indiferença dos mais jovens relativamente à vida em comunidade e às tradições? Ela divaga nas reflexões de cunho religioso e moral e esquece-se de falar sobre as alterações no espaço físico. Diante da minha insistência em direcionar a entrevista para o campo das transformações materiais, ela traz o debate para o momento atual, citando as mudanças que lhe afetaram diretamente, como o excesso de ônibus e, implicitamente, fala das demolições quando se refere à construção dos arranha-céus, elementos que outrora não perturbavam a paisagem daquele bairro antigo:

Bom, o aspecto físico é que, por exemplo, o progresso você vê a construção de tantos prédios que naquela época não tinha, agora é verdade, eu sou a favor do progresso, mas um progresso construtivo. Um progresso que beneficia a coletividade, agora não como uma coisa assim, esses ônibus aqui, isso eu não considero progresso, porque isso aqui é uma falta de respeito com a preservação do Fundinho. As pessoas idosas que moram nessa rua aqui; aqui não tem estrutura pra passar ônibus aqui, então essa parte eu não considero progresso. Agora é verdade que muitas vezes, eu penso assim, o progresso mesmo, essa construção de prédios, ele tira a beleza natural da cidade. Mas o progresso está caminhando.¹²²

Sua resposta está situada no presente, momento a partir do qual ela pensa sobre a questão do relacionamento entre as pessoas e de suas atitudes. Ela não se coloca como idosa, em nenhum momento ela se refere como tal, até mesmo em sua fala se refere às pessoas idosas como se não fizesse parte desse grupo, mas entende a situação dos idosos que têm dificuldade para atravessar a rua trafegada por ônibus em alta velocidade. Ela então se lembra dos velhos moradores que foram obrigados a se transferir para outros

¹²² Adélia Santos França. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 27 de março de 2004.

locais devido aos problemas de deslocamentos surgidos com as mudanças no trânsito. Em seguida, a depoente lembra dos estabelecimentos comerciais já destruídos, mas que ainda povoam a memória de alguns moradores que, assim como ela, usaram esses locais no passado. É o caso, por exemplo, de um grande armazém situado na esquina da Rua Luciano Matos com a Rua General Osório, o qual, devido às suas grandes dimensões impressionou uma moradora que na sua infância e juventude certamente tinha outras referências urbanas e um outro olhar sobre a cidade.

Um fato rememorado por D. Adélia diz respeito às instituições localizadas no bairro Fundinho, como a Biblioteca Municipal e o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, onde ela estudou, e que sofreram muitas modificações. De uma forma geral, ela lamenta essas transformações e sugere que o novo deveria conviver com o velho e cita o caso específico da antiga sede do Fórum situado na Praça Tubal Vilela, o qual, em sua opinião, não deveria ser destruído, ainda que a construção da nova sede fosse necessária.

A lembrança do fórum traz à tona a Praça Tubal Vilela, com suas grandes moitas de bambu. É com entusiasmo que D. Adélia fala sobre esse paisagismo rudimentar substituído na década de 1960 pelo projeto urbanístico elaborado pelo arquiteto João Jorge Cury: *“Quer ver uma coisa muito bonita aqui em Uberlândia do meu tempo de criança? Que me seduzia muito, onde é a Praça Tubal Vilela chamava jardim dos bambus, aquela porção de bambu.”*¹²³.

Ao falar do tempo da infância, lembra-se dos costumes diferenciados, da existência de residências que se perderam e dos modos de vida que se alteraram. A questão da violência, hoje tão marcante, para a depoente é fruto do presente ou mesmo da perda do sentimento de solidariedade entre os vizinhos, que antigamente estavam sempre atentos, vigiando e protegendo uns aos outros. Embora alguns vizinhos ainda passem por vezes em sua janela para ver como ela estava passando, pois a mesma apresentava um estado de saúde debilitado, um deles ao me ver pensou que eu fosse jornalista e foi logo denunciando as rachaduras apresentadas nas paredes de D. Adélia, devido ao fluxo de transporte coletivo.

Outro depoente cuja trajetória está relacionada ao bairro Fundinho é Hélio de Lima, artista plástico, formado em Letras, nascido em Uberlândia em 23/04/1947. Morou por muitos anos na Vila Martins fazendo do bairro Fundinho palco de suas

¹²³ Adélia Santos França. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 27 de março de 2004.

brincadeiras e atualmente possui uma casa onde mora e um ateliê nesse mesmo bairro. Hélio construiu o ideal de ver a preservação do bairro e, nesse sentido, criou um jornal local que sobrevive das contribuições feitas pelos comerciantes que, em contrapartida, divulgam seus estabelecimentos neste meio de comunicação. Através do jornal, o depoente estimula as expressões subjetivas dos moradores e cede espaço para que estes publiquem artigos registrando os acontecimentos do passado, despertando assim a prática quase adormecida de reunir seus vizinhos para recordarem da Uberlândia dos tempos das carrocinhas de leite e lenha, dos pães deixados nas portas e das brincadeiras das crianças. Nas páginas do jornal desfilam os patrimônios eleitos pelos moradores: a Casa da Cultura, a Igreja do Rosário, a antiga rodoviária, bem como se recordam dos prédios demolidos, o antigo Fórum, a Igreja da Matriz, o Hotel Colombo e o Grande Hotel, entre tantos outros.

O que o responsável pelo jornal deseja é tentar ao máximo manter viva as lembranças dos tempos vividos ali. Ao lhe perguntar sobre essa cidade em sua infância, as brincadeiras, e sobre sua adolescência no sentido de compreender como o mesmo percebia e se articulava em Uberlândia, ele responde que foi uma criança de família humilde e desprovida de recursos financeiros, sem televisão; entretinha-se com o rádio. Narra uma infância associada a um tempo mais livre, onde as brincadeiras fluíam mais à vontade nas ruas de terra do bairro Martins, onde morava na década de 1950.

Mas, o que mais lhe marca nessa época foram suas andanças pelas ruas empoeiradas do bairro Fundinho, as brincadeiras de futebol, pique pega, pique esconde. Recorda dos pés de ingá da Praça Cícero Macedo, árvores imensas que ainda povoam suas recordações a ponto de adquirir uma casa no local, onde mantém um ateliê. É nesse bairro que tem suas melhores lembranças: dos casarios, dos comércios em que sempre fazia suas compras. Por transitar diariamente por esse meio, sabe do que precisa o bairro; conhece os vizinhos, as praças; percebe, enfim, o que é feito e desfeito nesse espaço urbano, pois ao usufruir desses lugares, está construindo sua história pessoal.

Tentando expressar essa visão nostálgica a respeito do Fundinho, Hélio procura representar esses lugares que já se formam nas telas que produz desde 1968, recriando através da linguagem pictórica os lugares onde morou, cenas do cotidiano, ambientes em que viveu. Nessas imagens estão presentes tanto os momentos de lazer e celebração, como o Congado, a experiência do trabalho, os operários envolvidos em suas profissões.

Ao ser indagado a respeito dos lugares de sua predileção, Hélio faz uma alusão ao traçado urbano do bairro Fundinho, com suas ruas estreitas ainda não alteradas em

sua estrutura viária, apesar do desenvolvimento da construção civil e todas as transformações operadas no trânsito. Ele analisa o bairro do ponto de vista do caminhante, aquele que percorre os espaços públicos e observa as atividades ali desenvolvidas. Nesse sentido, ele saúda os novos projetos culturais, como feiras e apresentações musicais, que buscam revitalizar as praças públicas, ao mesmo tempo em que denuncia os problemas resultantes do intenso tráfego de veículos:

É, as ruas aqui do bairro Fundinho mesmo, ruas estreitas, casas construídas no limite dos passeios, são essas ruas aqui; praças do Fundinho, agora está tendo as feiras, tem a feira do Coreto, a feira mística. Sempre tem apresentação de músicas nas praças, ocupando as praças. E mesmo na parte mais antiga do Fundinho, que o Fundinho era abaixo da Biblioteca Pública, né? São passeios, pessoas que não conhecem, interessante assim, visitar, porque ali ainda tem um pouco de ar da cidade antiga. Tem muito trânsito de veículo, hoje em dia, tem ônibus cortando aquelas ruas estreitas que é um crime. A Rua Augusto César, por exemplo, fizeram daquela rua um corredor de ônibus, as casas mais antigas estão tudo abaladas.¹²⁴

Além das questões relacionadas ao trânsito, Hélio reconhece problemas na construção de arranha-céus cuja volumetria desfigura a paisagem urbana caracterizada principalmente por casas de um pavimento:

É, fizeram um prédio ali, um espigão. Uberlândia, aqui começou no Fundinho a erguer os espigões. Agora parece que não pode mais. (...) Porque essa parte daqui, o subsolo é muito bom pra prédio, tem uma laje imensa aqui embaixo da terra que é muito bom para prédio. Então tem o Rocha e Silva, o Edifício Andréa, o Kelly, tem o Silvana, um outro agora que está sendo feito em frente a XV de Novembro ali, subindo um pouco mais.¹²⁵

Percebi que este depoente acompanhou o processo de verticalização iniciado na década de 1980 e que se estendeu até meados da década de 1990, quando surge uma nova legislação propondo restrições construtivas naquela área. Os edifícios citados foram erguidos nessa época e são a materialização de um fenômeno que teria transformado completamente o núcleo urbano inicial da cidade não fossem as iniciativas de controle da especulação imobiliária.

Ainda relacionado ao bairro Fundinho temos a fala de D. Hermínia¹²⁶, cuja trajetória leva a outros caminhos, como a Estação da Mogiana e Praça Tubal Vilela. É aposentada, nasceu na cidade de Uberlândia em 1917. Moradora da Rua Vigário Dantas

¹²⁴ Hélio de Lima. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 16 de outubro de 2003.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Hermínia Vieira da Costa. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 18 de janeiro de 2003.

(próximo ao Bairro Fundinho), foi freqüentadora da Igreja Nossa Senhora do Carmo (Matriz), onde foi batizada. Divertia-se ao som de músicas tocadas no gramofone, e com as novelas de rádio, que ouvia em casa ou no Grande Hotel (atualmente Supermercado Bretas da Avenida João Pinheiro), onde se reunia com os amigos. Passeou de charretes Cabriolé, foi por diversas vezes à Estação da Mogiana ver a movimentação de pessoas indo e outras chegando.

Sua casa de morada e vivência desde seu nascimento, na Rua Vigário Dantas, era sempre retocada de branco, com janelas de duas folhas pintadas de cor azul. Uma casa grande, de dez cômodos. Seus banhos eram de chuveiro com água aquecida em serpentinas instaladas acima do fogão à lenha. Havia os currais, que abrigavam as vacas e cavalos (atualmente a casa foi reformada).

D. Hermínia faz questão de lembrar o aspecto primitivo de sua residência e, para tanto, encomendou a um artista uma pintura representando o imóvel. Ao visualizar a tela, ela rememora não apenas o espaço físico, mas também as experiências vividas naquele espaço. No entanto, ela não se mostra nostálgica, saudosista, em relação à vida rústica dos tempos de sua infância e juventude, nas décadas de 1920 e 1930, uma época em que o fogão à lenha escurecia as panelas de ferro e exigia um grande esforço das pessoas que as lavavam. Falou também das ruas sem calçamento e os transtornos daí advindos:

Eu quando era criança, isso aqui era tudo na terra. Quando era tempo de ventania era uma poeira. Depois calçaram com paralelepípedo. Agora é tudo asfaltado. (...) Ah, da cidade sem calçamento eu não tenho saudade não. Quando ventava você precisa ver que horror. A gente não parava limpa (riso). O cabelo sujava as casas, era uma coisa triste. Ficou bem melhor, isso ficou.¹²⁷

Em virtude da precariedade da vida do passado, D. Hermínia exalta o progresso tecnológico, responsável pela disponibilidade de um transporte mais fácil e rápido, pelo fornecimento de energia elétrica e água encanada e pela criação de utensílios que facilitam a vida doméstica. Não obstante, a depoente não deixa de manifestar a sua preocupação com o crescimento da cidade:

De primeiro, quem não era parente era compadre, a cidade era pequenininha. [...] A cidade era dali do Praia até lá na praça do Fórum (Praça Sérgio Pacheco), que era onde tinha a Estação da Mogiana, e aí depois ali da

¹²⁷ Hermínia Vieira da Costa. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 18 de janeiro de 2003.

*Princesa Isabel até na Rio Branco, era só esse pedacinho ai que era Uberabinha.*¹²⁸

Em seguida D. Hermínia seleciona seus marcos da cidade, a Mogiana, o Praia Clube, os lugares em que poderia transitar. E ao narrar suas histórias recorre a estratégias para preservar sua própria memória e, às vezes, traz as anotações que fez para que eu possa conferir os dados relatados: “*Eu tenho anotado, você quer uma resposta certinha?*”¹²⁹

Depois de consultar o seu caderno de anotações, a depoente fornece algumas informações sobre uma construção que embora já tenha sido demolida, foi muito importante na sua história pessoal: a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, construída em 1861 e demolida em 1943. D. Hermínia lembra-se das missas que freqüentava aos domingos e, para melhor preservar suas lembranças, guarda uma outra representação pictórica da igreja e seu entorno. Sempre que possível faz questão de apontar para a tela e identificar cada construção, o chalezinho branco que foi o primeiro cinema de Uberabinha – cine São Pedro –, a Igreja da Matriz, na qual assistia a missa todos os domingos, inclusive a casa que ficava ao lado da Igreja que pertencia a uma de suas amigas.

D. Hermínia, no decorrer de nossa conversa, elege seus patrimônios: a Casa da Cultura, Coreto, Palácio dos Leões, Oficina Cultural e o Colégio Estadual de Uberlândia. Assim, recorda-se do que foi demolido e que gostaria que tivesse sido preservado como o primeiro Colégio Bueno Brandão, a estação da Mogiana e o Fórum. Alguns bens para ela são considerados de grande valor afetivo como o Colégio Estadual de Uberlândia, pois ela recorda-se de sua mocidade e de seus familiares.

Uma característica importante de D. Hermínia é a sua postura no momento em que faz a identificação dos lugares onde se situavam os prédios antigos, que hoje são ocupados por outras construções, mas que na sua memória ainda persistem por estarem ligados às referências afetivas associadas aos proprietários destes estabelecimentos:

[...] Oscar Miranda era aqui, onde hoje é aquele restaurante ali, Paco, naquele pedaço, sabe? Depois com o tempo o Oscar Miranda reformou a casa, reformou o antigo, vendia artigo pra presente dos mais bonito!(...) E tinha

¹²⁸Hermínia Vieira da Costa. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima e Sandra Aparecida de Lima em 21 de outubro de 2002.

¹²⁹Hermínia Vieira da Costa. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 18 de janeiro de 2003.

também a Casa Póvoa, onde hoje é o INPS, o INAMPS também não é? Ali era a Casa Póvoa, tinha tecido, tinha de um tudo ali, não é?”¹³⁰

Por esse relato podemos perceber que a noção de patrimônio está relacionada à identificação da sociedade com seus bens culturais, por serem significativos para seu histórico de vida. Portanto, o mencionado relato, de modo inequívoco, associa e mostra a identificação entre patrimônio histórico e sociedade, revelando efetivamente o objetivo central da presente pesquisa.

Em suas lembranças, D. Hermínia lamenta a perda de alguns costumes que julgava importantes como, por exemplo, o hábito de ir para a porta da rua, assentar nas cadeiras e ficar horas e horas conversando com seus vizinhos à luz de uma noite enluarada e sob um céu recoberto de estrelas.

A gente usava pôr cadeira na porta e a gente sentava tudo na porta da rua e ia conversar (riso). Depois a cidade foi ficando movimentada, teve alguns acidentes. Até um professor aí do Estadual (Colégio Estadual de Uberlândia) que um dia sentado na porta da rua, passou um carro e atropelou ele. Ele ficou manco a vida inteira, coitado. Aí o povo foi largando, largando. Hoje ninguém senta mais na porta da rua não.¹³¹

Atualmente se recolhe cedo, tranca o alto portão de grades e se aquieta, lembrando dos tempos em que a vida era mais tranqüila.

Esse saudosismo em relação aos primórdios do bairro Fundinho não é compartilhado inteiramente por D. Maura, que vive uma contradição em relação à necessidade de se preservar o patrimônio, pois ao mesmo tempo em que aceita o discurso modernizador, traz intrínseco o desejo de que as construções de valor afetivo sejam preservados. Diz ser uma pessoa que preza pela modernização: “*eu sou muito de atualizar, você sabe? Eu não sou aquela conservadora com as coisas antigas não.*”¹³². Mas, quando indagada sobre o Patrimônio Histórico, não demora em responder: “*Tenho saudade da Igreja da Matriz. [...] eu sempre sinto a presença da Igreja Nossa Senhora do Carmo, isso aí é óbvio que a gente tem que recordar, porque ali eu fui batizada, ali; fiz primeira comunhão ali, então a gente tem uma recordação igual tem dos pais, a mesma coisa*”. Ela acredita que as construções mais antigas foram edificadas com materiais frágeis, o que ocasiona a degradação natural, pois viu a escadaria da Igreja da Matriz e a do Fórum sendo corroídas pelos cupins. Avalia que a demolição do primeiro

¹³⁰Hermínia Vieira da Costa. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 18 de janeiro de 2003.

¹³¹Idem.

¹³²Maura Borges de Oliveira. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 19 de agosto de 2003.

Colégio Bueno Brandão foi positiva, pois a construção de um prédio maior criou a possibilidade de que mais crianças pudessem frequentar a escola.

Ao ser informada de que o Palácio dos Leões, atual Museu Municipal, é tombado, tece comentários de que já não se constroem prédios com as mesmas características.

*É uma recordação muito bonita, e muitas cidades aí que conservam assim a estrutura do prédio, tem a reforma. Igual eles reformaram o Cristo Redentor continuando o mesmo. Agora esses que eu falei não, já fazem a demolição. Constrói outro que não tem nada haver, que não dá nem recordação, gente nova não sabe como é que foi aquilo.*¹³³

Percebo que a entrevistada aceita o discurso dominante de que a cidade é dinâmica e tem que acompanhar a evolução dos tempos, mas acaba por reconhecer, em algum momento da sua fala, que gostaria de ver preservadas algumas construções que foram demolidas. Essa questão torna-se evidente quando Dona Maura afirma-se moderna no sentido de não ter afinidade com as coisas antigas, mas recorda-se com saudade das edificações que não foram preservadas ao ponto de comparar a relação que tem com a extinta Igreja Matriz com as suas relações afetivas com os pais. Ela é incisiva a respeito das edificações que já foram destruídas, o que ressalta seu saudosismo e mesmo uma crítica aos que não reconhecem a importância de se fazer essa preservação dos monumentos¹³⁴. E quando ela responde à pergunta sobre qual patrimônio gostaria que tivesse sido preservado, responde como se fosse óbvio e até natural sentir falta das coisas com as quais teve maior contato. Já no caso do Colégio Bueno Brandão não se importou em vê-lo demolido, talvez por não ter estudado ali.

Até aqui, abordei especificamente as narrativas orais relacionadas ao bairro Fundinho. Porém, a pesquisa me fez perceber que muitas histórias de vida ultrapassam o contexto daquele bairro. Nesse sentido, considere relevante introduzir a fala de outros sujeitos que transitam por outros espaços e trazem uma contribuição ao debate em torno das transformações do espaço urbano.

¹³³ Maura Borges de Oliveira. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 19 de agosto de 2003.

¹³⁴ O termo “monumento” refere-se ao valor conferido pela sociedade a determinadas edificações que, por sua associação indireta com fatos e personagens da história, tornam-se representantes de um tempo. Porém, não há qualquer semelhança entre esta espécie de monumento e aquelas representações escultóricas que são erguidas simplesmente para exaltar sujeitos e acontecimentos, já que estas últimas cumprem uma função específica que existe desde a sua gênese e não são, portanto, objeto de escolhas historicamente construídas.

Dentre esses sujeitos está o Sr. Álvaro¹³⁵, caseiro da Fazenda do Letreiro, um dos patrimônios de Uberlândia. Nasceu na cidade de Estrela do Sul-MG, em 1928. Foi capataz da fazenda desde que veio para Uberlândia em 1952. Morador da zona rural, sempre teve o hábito de ir à cidade fazer compras, percorrendo os caminhos traçados pelo trabalho de condução da boiada aos frigoríficos. Fez várias viagens de trem passando pelas estações da Mogiana, Sobradinho, Estiva, Jiló, Stevenson e de Goiás.

Desde que veio para Uberlândia, há 52 anos, o Sr. Álvaro vive no mesmo lugar. Diz que a cidade mudou muito depois de todos esses anos. Recordar-se de uma cidade com poucos prédios, tranqüila, onde se conseguia o que se precisava com mais facilidade. Caminhava um bom trecho a pé ou a “carrinho de pneu” para pegar a condução que vinha de Uberaba e parava na Casa Feliz, que foi por muitos anos o ponto de paragem dos viajantes que vinham da zona rural.

Por ter vindo de Estrela do Sul, uma cidade onde alguns patrimônios foram preservados, diz que Uberlândia deixou muitas construções significativas se perderem, desaparecerem de nosso convívio. Tem saudades de várias construções como as estações que faziam parte do trajeto traçado pela Cia Mogiana, das Lojas Guarani, e do Fórum e acredita que hoje é mais difícil transitar na cidade. Com o crescimento constante, os lugares vão se diferenciando, principalmente para ele, que mora na zona rural, e quando vem para a cidade desconhece os ambientes. Ao lhe perguntar se sentia saudade de mais alguma coisa além das que já havia relatado, fala sobre as transformações da cidade, que vai deixando seus moradores cada vez mais perdidos, pois ele não encontra mais aquelas passagens, aqueles lugares sempre lembrados, tendo que agir como se fosse um forasteiro que acaba de chegar à cidade e deve se orientar pra não se perder nessa imensa selva de concreto que se tornou Uberlândia:

*A gente lida aqui, a nossa chegada era pro lado do Saraiva. Aquilo agora acabou tudo, pra gente descer pra ali transforma muito mais longe, a cidade pra gente. [...] Tudo diferente, desconhecida. A gente vai pra um lugar fala: “Ai já não passa mais”. Fica diferente para você ir a onde é que você queria ir. Que a gente entrava ali por cá da Omega, ali da Estação, a gente ia levar gado pra ir lá no Frigorífico Omega, entrava por ali, descia naquele Frigorífico Caiapó, a gente rodeava, passava ali, não existia, ora, aquele bairro. Como é que ele chama? [...] É o Roosevelt. A gente passava por ali, ia sair lá na ponte do Vau, que eles fala hoje. De lá a gente descia à direita pro lado, o Caiapó estava lá embaixo. [...] Agora hoje ali tudo é cidade, de vez enquanto eu vou pra Goiás, a gente custa sair da cidade.*¹³⁶

¹³⁵ Álvaro Dias de Souza. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 10 de fevereiro de 2004.

¹³⁶ Idem

Estar ao lado do Sr. Álvaro com um gravador ligado, ouvindo sua fala mansa e com um forte sotaque sertanejo é mais do que descobrir uma outra cidade, é perceber que os sujeitos comuns lamentam a agressividade do progresso que torna seu lugar de morada desproporcional ao seu modo de vida.

O depoente vive em uma fazenda que conserva aquela tranqüilidade típica das antigas roças, com seus pastos, currais e a bica d'água que vem de uma distante elevação do terreno, fluindo através de uma espécie de aqueduto rudimentar feito com toras de madeira, até chegar à cozinha, onde fornece a água usada no dia-a-dia. Hoje há poucos trabalhadores atuando lá, e mesmo a atividade produtiva nem de longe se aproxima daquela que se tinha na época em que se produzia leite, arroz, argila para confecção de telhas e até mesmo o açúcar. Os sinais de declínio são evidentes e podem ser vistos inclusive nos currais, onde os poucos animais confinados denunciam a drástica redução do rebanho, outrora significativo.

Mas a casa sofreu poucas modificações em seu espaço físico, estando, porém, bastante deteriorada, apresentando problemas sérios que podem comprometer sua estrutura. O mobiliário rústico também reflete a morosidade das transformações ocorridas no lugar. Ainda é possível ver na parede da sala o velho telefone de parede à magneto, o porta chapéus, os catres (camas) nos quartos, a roda de fiar, o moinho, o fogão à lenha cujo uso ainda se faz presente, envolvendo uma serpentina que aquecia a água que ia para o banheiro.

Assentado no velho sofá da sala, o Sr. Álvaro lembra-se de um tempo de prosperidade, em que a fazenda tinha muitos empregados e o ritmo do trabalho era acelerado. Fala do “velho Aniceto seu patrão”, cuja fotografia ele traz emoldurada na sala de refeições, ao lado de outros quadros representando as gerações que por ali passaram, enquanto se recorda do arado manual substituído logo depois pelo trator, finalizando sua fala com um “*ai foi acabando, acabando até estar nessa situação*”¹³⁷.

Como esposa do Sr. Álvaro, D. Iolanda o acompanhava em suas viagens até a cidade, a bordo do caminhão da Cerâmica Paraúna, hoje extinta. Vinham para pagar as prestações do terreno que haviam adquirido no bairro Brasil, que nesta época – década de 1950 – estava surgindo. Ela se lembra dos lugares onde o caminhão parava quando diz: “*E tinha o Armazém Santos, que era um armazém maior, lá nós parava. Aí descia tudo mundo de a pé, ia lá pagar a prestação lá na Rodolfo Correia, pra baixo da Igreja*

¹³⁷ Álvaro Dias de Souza. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 10 de fevereiro de 2004.

do Rosário.”¹³⁸. Suas vindas para a cidade eram feitas no caminhão que transportava barro da cerâmica Paraúna.

Apesar de o barro sujar suas vestes, esforçava-se para não perder a carona para fazer suas compras na cidade; outras vezes faziam esse trajeto em veículos de tração animal e até de trator. A luta para se deslocar à cidade era amenizada pela esperança de realizar o sonho de comprar um terreno e construir uma casa para que o filho pudesse estudar, além de ter onde ficar quando precisasse vir à cidade sem o perigo de perder a carona de volta.

Para esses depoentes, as lembranças estão ancoradas em uma cidade pequena e tranqüila, em que os lugares pareciam ser distantes somente porque estavam separados por grandes espaços, já que a ocupação urbana se fazia de forma não planejada. Com o tempo, esse núcleo urbano tornou-se crescentemente denso e complexo, de forma que os viajantes passaram a sentir estranhamento em relação à cidade que um dia os acolheu e hoje sentem medo ou perturbação quando precisam transitar por ela.

Entretanto, seus lugares rememorados continuam sendo aqueles que pertencem à cidade do passado. Nesse sentido, recordam a casa de materiais de construção A Constrular, o Armazém Ponto X, onde paravam às vezes e seguiam à pé até próximo da Igreja do Rosário, local onde pagavam as prestações do terreno; a Casa Feliz, parada das conduções provenientes da zona rural; a Catedral de Santa Terezinha; a Casa das Linhas e o Óleo Asteca, pertencente a um parente do Sr. Álvaro e que se localizava nas imediações da Estação da Mogiana.

As memórias de D. Alice também se referem a uma cidade pequena, onde a falta de calçamento ressaltava o aspecto provinciano. Naquela época, as ruas situadas acima da Praça Tubal Vilela não eram calçadas e onde havia calçamento, este era constituído de um material popularmente conhecido como “pé-de-moleque” (pedras britadas). Ela diz que havia poucos prédios nessa pequena cidade, mas, quando diz “prédios”, ela se refere aos edifícios altos, de vários pavimentos, que sempre foram vistos como símbolo do progresso. Orientada por essa percepção, ela cita os primeiros representantes dessa arquitetura verticalizada:

(...) aqui não tinha nenhum prédio, tinha às vezes um sobradinho, ai fez aquele prédio da Drogasil que foi o primeiro, ai depois fez aquele da esquina, até tem um defeito, né? Que ele pendeu pra cá um pouquinho, até naquela esquina tinha um posto de gasolina, parece que ficava aquela coisa assim, os tanques

¹³⁸ Iolanda de Freitas Souza. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 10 de fevereiro de 2004.

*de pôr combustível, parece que cedeu um pouquinho o terreno, por isso que aquele prédio deu um defeitozinho, mas até hoje não caiu não vai ter perigo”.*¹³⁹

Percebemos que D. Alice pôde acompanhar a substituição das edificações antigas pelos novos prédios, como foi o caso do posto de gasolina “Dom Pedrito”, que cedeu espaço para o edifício Drogasil, um dos prédios erguidos na década de 1950, o qual, na opinião da depoente, é um dos representantes dessa época de transformações.

Implantados bem no coração da cidade, o Edifício Drogasil e o Edifício Tubal Vilela hoje são vistos como antiguidades arquitetônicas, mas no tempo em que foram erguidos eram partes integrantes do projeto de criação da metrópole do Triângulo Mineiro. Não obstante, para D. Alice, presente e passado conviviam na cidade idílica que conhecera ao chegar aqui e que foi se transmutando a ponto de se tornar um lugar de difícil reconhecimento pelos seus parentes:

*Você vê o tanto que muda de um ano para o outro, meu irmão chega aqui ele entra contra mão, porque já mudou tudo. De um ano para outro já modifica, uma coisa assustadora mesmo. Está tendo um crescimento muito grande mesmo, aumentando muito a cidade, está se expandindo, está crescendo, crescendo dia após dia, né?*¹⁴⁰

Constatamos que tanto D. Alice quanto o Sr. Álvaro falam sobre a cidade das mudanças vertiginosas. Ambos chegaram aqui em pleno período de remodelação, mas a cidade ainda tinha um aspecto de tranqüilidade que foi se perdendo rapidamente. Porém, os pontos de vista são diferentes, pois D. Alice, ao contrário do Sr. Álvaro, freqüentava mais o centro urbano, pois residia (e reside até hoje) nas proximidades da estação da Mogiana e pôde acompanhar mais de perto esse processo. Nessa perspectiva, ela seleciona os lugares urbanos com os quais tem afinidade, como o Hotel Colombo, estabelecimento onde aconteciam as reuniões dos rotarianos e que, para D. Alice, era um ponto de referência para os visitantes, conforme podemos observar na citação abaixo:

O que eu gostaria que pudesse assim ser protegido é a, desmancharam, é o Hotel Colombo. (Riso) Fizeram a Riachuelo lá, né? (...) Uai, eu me lembro de muita gente conhecida minha que hospedava lá. Ou vinham de Goiás, muitas pessoas. Assim, artista que vinha daqui tudo hospedava lá antigamente, hoje

¹³⁹ Iolanda de Freitas Souza. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 10 de fevereiro de 2004.

¹⁴⁰ Alice Gomes Girardi. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 16 de junho de 2004.

*tem o Hotel Presidente que é muito melhor, né? Mas eu achava tão bonito o Hotel Colombo.*¹⁴¹

É relevante ressaltar que os lugares considerados importantes no despertar da memória nem sempre são aqueles preservados e mantidos em suas características originais. No caso de D. Alice, observamos que o hotel extinto tem uma força simbólica que não depende da sua existência física; é uma lembrança da ordem das coisas essenciais.

Assim como D. Alice, o Sr. Arcelino¹⁴² também viveu numa área próxima à Estação da Mogiana e das suas recordações emerge a mesma cidade tranqüila mencionada por outros entrevistados. Contador e professor aposentado, o Sr. Arcelino nasceu na cidade de Ipujiara, na Bahia, em 1918. Veio para Uberlândia em 1934. Primeiramente estudou e depois lecionou no Colégio Liceu de Uberlândia (já demolido) e trabalhou no Fórum (também demolido). Lembra de vários lugares da cidade, foi espectador de vários acontecimentos ocorridos na Câmara de Vereadores (Palácio dos Leões). Como morador do bairro Bom Jesus, teve livre trânsito nas imediações da Mogiana, lugar que se recorda com riqueza de detalhes. Pessoa culta, apreciador da leitura, todos os dias lê o jornal local, prática que guarda desde a juventude. Recorta e guarda artigos de jornais que mais lhe agradam. Ao vir para Uberlândia, em 1934, encontrou uma cidade pequena, no intuito de estudar e de ficar próximo a um padrinho, comprador de diamantes em Goiás. Nesse propósito se instalou na cidade, permanecendo até os dias atuais. Participou ativamente das sessões ocorridas na Câmara dos Vereadores (quando funcionava no Palácio dos Leões) e tem muito interesse e entusiasmo pelos acontecimentos políticos e históricos da cidade.

O Sr. Arcelino lembra-se principalmente das construções localizadas próximas à Estação da Mogiana, como uma Fábrica de Tecidos que existia na Avenida João Pessoa. Prefere falar sobre as edificações demolidas, talvez porque estas o fazem lembrar de uma cidade da qual ele se sentia partícipe. Mas faz questão de mencionar os novos loteamentos que iam sendo abertos, ocupando os lugares onde anteriormente havia apenas cerrado:

E aqui na Praça Sérgio Pacheco ao lado de cá era uma fila de casas populares dos operários. E praticamente não tinha nada, era cerrado. A estrada de ferro

¹⁴¹ Alice Gomes Girardi. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 16 de junho de 2004.

¹⁴² Arcelino Pereira dos Santos. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 23 de março de 2004.

Mogiana passava por dentro, por aqui afora pra ir para Araguari. Era cerrado. A cidade lá na Escola onde eu estudei lá na Praça Oswaldo Cruz (Colégio Liceu), praticamente não tinha quase nada.¹⁴³

As narrativas do Sr. Arcelino demonstram que ele rejeita as justificativas da imprensa relativamente às demolições dos prédios antigos. Nunca se vangloriou com o surgimento de novos edifícios quando estes ocupavam o lugar de construções importantes para ele. Na sua visão, esses prédios não eram antigos e obsoletos, mas sim um livro de histórias aberto a quem se dispusesse a compreender a vida das gerações que por ali passaram. Ao lhe perguntar como era Uberlândia quando aqui chegou em 1934, faz um traçado da cidade e diz que esta possuía casas muito ruins, mas que a qualidade das construções melhorava à medida que aproximava da Praça Tubal Vilela. E ao lhe perguntar se achava melhor, não demora em responder.

Tubal Vilela hoje, era dos Bambus. Era cheia de árvores, completamente diferente de hoje. (Riso) A gente lembra daquele passado, mas que coisa! Naquele tempo eu achava melhor. Que a gente tinha uma liberdade, uma liberdade sadia. Andava por ali tudo sem, com confiança. Os passarinhos, os pássaros preto, tudo ali nos bambus. Que ali era moita de bambu, cantando ali, que beleza era! E ao lado, o Grupo Bueno Brandão que infelizmente desmancharam pra construir esse outro edifício e não deveria ter feito isso...¹⁴⁴

Ao ler esse depoimento do Sr. Arcelino, ressaltamos que a Praça Tubal Vilela era o lugar de maior movimentação da cidade. Com a construção da Igreja Santa Terezinha em 1941 vários outros estabelecimentos começaram a circundá-la. Era ali que se praticava o *footing*, em que as mulheres passavam de um lado e os homens de outro, dando voltas na praça e se encontrando em um determinado momento.

Entendemos então que a Praça Tubal Vilela, assim como outros espaços públicos da antiga Uberlândia, eram lugares de sociabilidade e convivência, efetivamente freqüentados pelos moradores, que por este motivo se identificavam com alguns bens imóveis que ali existiram no passado, com a mesma intensidade em que rejeitam as estruturas que vieram substituir as antigas, como corpos estranhos perturbando a cidade pretérita guardada em suas memórias. Isso é o que podemos ver na fala do Sr. Arcelino:

(...) Demoliram pra construir esse atual, esse prédio na frente, atual.(...) Uai, eu achei ruim ter demolido porque era uma coisa histórica. Uma coisa de

¹⁴³ Arcelino Pereira dos Santos. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 23 de março de 2004.

¹⁴⁴ Idem.

*Uberlândia, que nasceu que eles poderiam ter reformado tudo lá dentro, com aquele pátio que tinha aquelas árvores, para os meninos. Mas demoliram. Fizeram a coisa pra frente. Aquele não tem nada de chamar a atenção, que é uma escola. (...) E assim por diante, a cidade depois foi crescendo, foi modificando e desmanchando prédio que não deveria ter desmanchado.*¹⁴⁵

A sede original do Bueno Brandão foi recebida com muita alegria e o povo da cidade festejou sua inauguração em 1915. Para muitos, ficou a imagem do imenso edifício que abrigou muitas gerações, conduzindo-os ao caminho do saber. Sua imagem foi por longos anos parte importante do cartão postal da cidade. Sua construção ainda hoje povoa a memória dos moradores independente de terem ou não estudado nesse grupo, deixando uma página de saudade.

Assim, podemos através das lembranças dos diversos moradores ter conhecimentos desse colégio de Uberlândia que transmitia uma serenidade e uma quietude, sugerindo que as vivências eram diferenciadas. A alegria contagiante da criançada que deixava em alvoroço os pássaros na praça e se aquietavam no horário das aulas, onde uma professora com trajés formais deixava na lousa com letras arredondadas o beabá. As traquinices pueris eram guardadas para o recreio, extravasadas nas brincadeiras de pique e pega, do barra manteiga ou mesmo para o esporte que, ainda de acordo com Sr. Arcelino, era coordenado pelo Sr. Boulanger Fonseca, que treinou uma equipe de basquete nos fundos da escola, onde atuaram os melhores atletas da cidade, circulando em excursões pelas cidades vizinhas.

Através das narrativas orais os sujeitos constroem um significado para a seleção dos bens patrimoniados ou não. Mais do que extrair opiniões, pudemos também sentir as emoções das pessoas, que ao relembrares de seus patrimônios demolidos, deixaram escapar um suspiro profundo, um olhar perdido no tempo.

Dorcelina de Freitas Pereira dos Santos, esposa do Sr. Arcelino, compartilha com ele as mesmas lembranças. Nasceu em Uberlândia em 1913. Foi moradora das imediações da Praça Rui Barbosa, casa em que nasceu. Posteriormente, morou em uma residência na Avenida João Pinheiro, próxima à CTBC. Quando se casou, na década de 1950, mudou-se para o bairro Bom Jesus. Caminha por toda a cidade e se recorda da Mogiana. Professora aposentada, lecionou no colégio Liceu de Uberlândia.

Entre suas lembranças destaca-se o chamado Grande Hotel, um estabelecimento que fechou suas portas na década de 1980, mas ainda povoa o imaginário dos moradores

¹⁴⁵ Arcelino Pereira dos Santos. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 23 de março de 2004.

mais velhos. Para D. Dorcelina, o hotel é importante porque foi ali que seu grande amigo Sebastião Prata, carinhosamente chamado por ela de “Bastiãozinho”, trabalhou e recebeu sua célebre alcunha, Grande Otelo.

É porque ele ia lá ao Grande Hotel e já combinava com o dono de lá e vinha esperar os passageiros na Mogiana. Então, quando estava descendo, o povo, ele falava: “Grande Hotel, Grande Hotel! Vamos pro Grande Hotel, lá é bom, é isso, é aquilo. Vamos!” Carregava o povo. (...) Eu passo ali eu tenho uma saudade você nem imagina.¹⁴⁶

Ainda acrescenta que o hotel era muito organizado, servindo uma alimentação caseira, gostosa e simples, que agradava ao paladar dos visitantes, contribuindo para que os hóspedes retornassem. Esse hotel, um dos mais importantes da cidade, se localizava onde hoje funciona o Supermercado Bretas, na Avenida João Pinheiro.

Em suas narrativas, transparece a saudade da antiga Estação da Mogiana, que na sua juventude não parecia ser tão importante, pois naquela época desejava a modernidade. A saudade surgiu quando a estação foi demolida, o que ocasionou a perda de um dos seus lugares de memória:

Olha menina, eu tenho saudade de tanta coisa. Eu tenho saudade de quando a Mogiana era aqui. Vi, lembro deles desmanchando ela. Caminhão carregando aquelas coisas que estava desmanchando, [...]. Eu mesma sinto falta. [...]. A gente quando era moça a gente queria coisa nova, queria ver as coisas novas!¹⁴⁷

Em sua fala presenciamos as modificações dos espaços, e até a curiosidade de alguns depoentes por ver o que seria feito naquele lugar, e tempos depois sente falta daquilo que se foi. Hoje quando percebe que, por exemplo, sua casa de infância se transformou em um estacionamento, sente a saudade que a faz sofrer, dessa forma evita passar no lugar, na rua, para não se recordar desse fato: “Mudei pra João Pinheiro, 923, que hoje é uma garagem, era uma casa antiga, eu tenho até o retrato, se você quiser ver. [...] eu sinto, eu fico triste viu? Criei lá, saí de lá quando eu me casei, já está com 50 anos, né? (Riso)”¹⁴⁸.

Ao morar nessa casa na década de 1950, local de *status* para a época, fala com rapidez e detalhes o número da casa, como se ainda residisse lá. A importância dessa

¹⁴⁶ Dorcelina de Freitas Pereira dos Santos. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 23 de março de 2004.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Idem.

residência para a depoente está ligada ao fato de que foi ali que ela viveu os melhores momentos de sua mocidade. Entretanto, o assunto a incomoda muito porque o imóvel foi vendido e em seguida substituído por um estacionamento, o que a faz sofrer ao ponto de não querer passar por aquele local, o que me faz refletir na importância de que alguns bens existam fisicamente para alguns moradores, pois são lugares que ativam a memória.

Todavia, nem todos os habitantes tinham a mesma opinião sobre esses edifícios antigos. O Fórum, por exemplo, era mais do que um “monstro” que enfeava e envergonhava os progressistas, mas para esses entrevistados ele representava parte de sua história; a história de todos que de alguma forma se relacionavam com essa obra, independente das repartições ali existentes, seja o Fórum ou mesmo o posto de cadastramento escolar, que funcionou nessas dependências no ano de 1979.

Alguns depoentes participaram de festas no Fórum quando “*a cidade era pequenininha, todo mundo era convidado.*”¹⁴⁹. Os festejos aconteciam especialmente em festas de aniversário. D. Hermínia se recorda dos festejos em comemoração ao aniversário do Juiz de Direito e por isso se recorda das particularidades do interior do prédio, do piso de assoalho, forro em madeira e do estilo arquitetônico muito bonito.

Para D. Adélia, que foi pouquíssimas vezes ao Fórum, sua memória está voltada para outra peculiaridade, a presença de uma mulher que todas as noites passeava na porta do edifício. A depoente até comenta que gostaria de ver essa história publicada no Jornal Fundinho Cultural, pois além de ser um acontecimento relevante para outras pessoas que presenciaram tal fato, era também uma forma de deixar registrado para as outras gerações.

*Eu acho que o prédio do Fórum é uma tradição e tinha uma coisa muito interessante no prédio do Fórum, é uma senhora que todo dia, isso aí ficou na história, ela fazia uma passeata na porta do Fórum à noite. Todo dia, misteriosamente, na porta do Fórum. Eu acho que uma coisa que não podia ser destruído, o prédio do Fórum.*¹⁵⁰

A memória do Sr. Arcelino traz indignação com uma demolição que não poderia ter sido feita. Estudante de Direito, trabalhava no Fórum e recorda-se de seu interior, das facções, das salas, trabalhou no andar superior e guarda boas lembranças desse

¹⁴⁹ Hermínia Vieira da Costa. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 18 de janeiro de 2003.

¹⁵⁰ Adélia Santos França. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 27 de março de 2004.

lugar: “São coisas históricas da cidade que desmancharam como esse prédio, o Fórum. Antigo. Era Bom. A gente subia pela escada, era escada de madeira antiga.”¹⁵¹.

Suas recordações foram acompanhadas de uma tristeza nos olhos que pouco lhe permitiu prosseguir falando sobre o assunto. Por vezes colocou as mãos no rosto e adquiriu um semblante de irritação com aquela perda, o que não invalida a observação do Sr. Arcelino em relação aos interesses políticos: “é interesse, interesse do Estado, qualquer coisa pra ganhar dinheiro.”¹⁵². Na verdade, o narrador tem razão, pois como vimos no capítulo I, o prédio foi vendido para a Minascaixa, já que o então prefeito Virgílio Galassi intencionava construir, com o dinheiro da venda, mais um viaduto.

O prédio acabou virando entulho, o que veio a assustar o Sr. Álvaro que em uma de suas vindas à cidade, mais especificamente ao centro urbano, passou em frente ao local onde existia o Fórum se surpreendeu com a sua ausência: “Um dia eu passei, meu menino falou: “Ah, ai, acabou.”¹⁵³.

Por anos essa construção representou a morada da ordem e da justiça, mas sua fachada majestosa, independente de ser belo para alguns e um “mostrengo” para outros, foi um ponto de referências e um símbolo para muitos que por ali passaram.

O uso dessas narrativas orais me permitiu conhecer o parecer de pessoas que transitam pelo espaço urbano, que percebem e acompanham cada modificação da sua cidade. Mais do que isso, essas narrativas, que muitas vezes não aparecem nos documentos oficiais, no processo de seleção dos bens tombados ou na dinâmica de preservação, foram de fundamental importância nesse trabalho, pois são elas que apontam histórias que não foram contadas na documentação até então produzida acerca dos bens legalmente protegidos. Além do mais, são os moradores que caminham e percorrem as ruas, traçando diariamente seus caminhos que são muitas vezes modificados sem que ninguém lhes dê oportunidade de opinar a respeito daquilo que vem sendo transformado. Essas pessoas pensam, sentem e guardam memórias e histórias, seja dos bens protegidos, dos existentes e dos que foram destruídos. Cada um tem uma visão diferenciada do centro urbano e acaba por eleger seus próprios patrimônios.

¹⁵¹ Arcelino Pereira dos Santos. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 23 de março de 2004.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Álvaro Dias de Souza. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 10 de fevereiro de 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, a cidade de Uberlândia tem passado por um constante processo de demolições de seu patrimônio urbanístico e arquitetônico. Essas transformações implicam em perdas, às quais o poder público tenta minimizar, através do tombamento de bens arquitetônicos, que são protegidos para preservar as histórias materializadas em suas construções. A permanência desses bens permite aos habitantes que transitam pelos espaços da cidade, ativar memórias e lembranças, pois essas construções portam também a experiência social e comunitária dos habitantes e moradores. É nessas edificações que se pode perceber os esforços herdados e, conseqüentemente, sua guarda representa o desenvolvimento habitacional, além de proteger as histórias que vêm se sedimentando a cada geração que usufrui e convive com o patrimônio construído.

Nessa perspectiva, investigar o diálogo entre patrimônio histórico e comunidade, percebendo a participação da sociedade local na seleção dos bens culturais, nos possibilita entrever um cenário cuja memória da cidade oscila entre uma leitura oficial, ou seja, mantenedora do poder vigente, de cunho progressista, e outra realizada pelos sujeitos presentes no processo de desenvolvimento da mesma.

Buscando iniciar a discussão acerca das tensões que permeiam a política preservacionista, podemos, de acordo com Estanislau¹⁵⁴, compreender que o poder institucionalizado se apropria do passado como instrumento de manutenção do poder. Através da tradição, outros aspectos culturais relativos ao sentido de continuidade e à própria história são convocados em defesa da ordem da classe dirigente. Nesse sentido, o controle da memória coletiva passa pelo controle desses aspectos culturais. Assim, o sentido de Patrimônio, muitas vezes é usado no discurso oficial em prol do poder particular e estadual.

Ao longo da investigação, percebi que os moradores desejavam preservar aquilo que fazia parte de sua vivência, seja por integrar a paisagem fixada nos lugares de passagem, seja por trazer lembranças de histórias vividas e presenciadas por seu grupo. Às vezes, as pessoas simplesmente se identificam com aquilo que foi preservado, não somente porque elegessem tais bens como elementos simbólicos e afetivos, mas

¹⁵⁴ ESTANISLAU, Lídia Avelar. Memória e patrimônio histórico. LPH. **Revista de História**, v. 2, n. 1, 1991, p. 94.

sobretudo, porque percebiam que a cidade vinha se transfigurando e que era preciso manter estes patrimônios como guardiões de outros tempos.

Nessa perspectiva, podemos ampliar o conceito de Patrimônio Histórico para Patrimônio Cultural, pois não se trata apenas de uma história oficial inscrita em antigas edificações, mas de uma apropriação popular do patrimônio. Gutierrez¹⁵⁵ discute o crescimento da consciência, nos países americanos, da necessidade de se resgatar o Patrimônio, ainda que com uma política oficial contraditória, através do amadurecimento profissional dos técnicos e da comunidade, o que sugere uma gestão patrimonial totalmente controlada pelo poder público.

As primeiras legislações protegiam os bens através de critérios de antigüidade e do prestígio associado às edificações oficiais e igrejas, algo que certamente restringia o campo de abordagem. Com a superação desse quadro, foram incorporados outros bens, testemunhos do cotidiano e feitos não tangíveis; desde um moinho até uma estação de trem passavam a fazer parte da definição de patrimônio. Dessa forma, podemos nos lembrar dos patrimônios eleitos por D. Iolanda¹⁵⁶, quando lamentava a ausência do “trapizomba, do engenho e do moinho”, indicando que a noção de patrimônio cultural sempre esteve presente no imaginário popular, ainda que numa forma implícita e não racional.

Entretanto, a política cultural do período retratado não se embasava na participação da comunidade, tampouco postulava a necessidade de se preservar a história implícita nas edificações das sociedades, assim como não propunha que os critérios de tombamento se pautassem pela democratização aos bens tombados.

Embora os projetos de governo fossem realizados no sentido de levar à comunidade suas atividades de preservação, percebemos a ausência de programas efetivos que contribuíssem para a articulação de uma filosofia de trabalho capaz de fazer com que um maior número de habitantes participasse na preservação dos bens culturais. Entendemos que não está nas mãos dos seus membros a responsabilidade absoluta dessa preservação, mas vale destacar que não existia uma divulgação como instrumento pedagógico que fizesse a sociedade se mobilizar e se envolver nestas atividades, o que pode ser visto como uma deficiência governamental.

¹⁵⁵ GUTIERREZ, Ramon. História, memória e comunidade: o direito ao patrimônio construído. In: **O Direito à memória, Patrimônio Histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 121.

¹⁵⁶ Iolanda de Freitas Souza. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 10 de fevereiro de 2004.

Sabendo da existência dos órgãos de preservação como o COMPHAC, Divisão de Patrimônio Histórico, percebi através das entrevistas realizadas, que grande parte dos moradores desconhecia esses órgãos, como também não sabiam a respeito do próprio ato de tombamento dos bens como forma de proteção e, portanto, não saberiam como participar da seleção desses bens quando ocorresse uma nova etapa de tombamento. Seria necessário um trabalho educativo que divulgasse os projetos de preservação dos prédios históricos para que a população interessada pudesse ajudá-los.

Esse trabalho de conscientização não deveria incluir apenas os moradores próximos a esses bens, mas a população como um todo, já que os patrimônios, embora mais delimitados na área central, também pertencem aos habitantes dos bairros distantes, que em suas falas sempre se referem ao “centro” da cidade, mas também em seus bairros existe uma escola, um comércio, uma praça, uma torre de cerâmica que esses moradores definem como sendo inclusos como seus patrimônios. A participação em projetos de proteção, e mesmo em discussões e atuações que aproximem a população dessas edificações, é de extrema necessidade, uma vez que percebemos que o poder público ainda tem sido negligente nesse aspecto e que a preservação dessas obras, significativas para moradores e para a história da cidade, muitas vezes depende da boa vontade e interesse de quem está no poder executivo. O reconhecimento desses cidadãos como responsáveis pela guarda e manutenção dessas edificações facilitaria a própria conservação desses bens.

É preciso um diálogo entre técnicos, poder vigente e os moradores, fortalecendo o conceito cultural dos bens patrimoniados e o reconhecimento da importância de se preservar.

As narrativas orais acrescentaram detalhes significativos ao meu trabalho, como as riquezas contidas e expressas na descrição dos lugares dessas memórias as quais me revelam cores, detalhes da arquitetura, cheiros, sons, semelhanças com aspectos atuais, signos que traduzem uma cidade cujo território é composto por inúmeros aspectos físicos e imateriais que ao serem acionados ampliam a possibilidade de investigá-los em sua plenitude. As narrativas orais nos despertam para a defasagem existente entre a realidade e o discurso, visto que a cidade que emerge da imprensa escrita é homogênea e sem conflitos, ao passo que, nas narrativas orais, a cidade é fragmentada e cheia de contradições, porque os moradores comuns não têm interesse em mascarar as diferenças; eles simplesmente expressam as suas opiniões acerca das coisas que foram importantes em suas vidas.

É importante reconhecer a história dos moradores como uma contribuição valiosa para a elaboração das justificativas de tombamento, superando assim o vazio verificado nos dossiês, onde o histórico dos bens geralmente não traz aspectos de vivências, o que evidencia a preponderância do ponto de vista arquitetônico em detrimento da abordagem cultural.

Assim, o Sr. Arcelino¹⁵⁷ fica emocionado em relatar suas passagens pela estação do Sobradinho e conta longas histórias de seus passeios e das suas idas e vindas nessa estação, em lembrar dos tempos em que trabalhou no Liceu de Uberlândia, no Fórum e das sessões assistidas na Câmara (Palácio dos Leões). Também tem guardados recortes de jornais, folhetins, cartas, e outros documentos que remontam à história dessa cidade. No entanto, nunca foi convidado para participar do processo de seleção dos bens edificados. Nesse caso, ficou demonstrado que ele tem propriedade para eleger os patrimônios que gostaria de ver preservados.

No depoimento de D. Hermínia Vieira Costa¹⁵⁸, nascida em Uberlândia e moradora das proximidades do bairro Fundinho, pude verificar que esta entrevistada tem conhecimento dos bens tombados, o que revela a deficiência da divulgação das políticas públicas de tombamento e do próprio patrimônio histórico, uma vez que, residindo tão próximo aos bens tombados, a moradora desconhece seu tombamento.

Os moradores entrevistados não se recordam de nenhuma campanha de seleção dos bens tombados. Alguns se lembram de ler algo no jornal, mas com certeza nenhum foi convidado a fazer parte desse processo de seleção e são em sua maioria moradores próximos das construções eleitas ao tombamento.

A realização desse trabalho veio amenizar minhas inquietações relativas ao patrimônio histórico desta cidade. Foi instigante compartilhar idéias e impressões com os depoentes, pois muitas vezes não lhes são dadas oportunidades de falar e assim são silenciados, impedindo a troca de experiências relacionadas à vida cotidiana do passado, mas que por força da memória são trazidas à tona nessas lembranças.

Não pretendo aqui sanar todas as preocupações nascidas ao longo dessa pesquisa, mas apenas apontar alguns caminhos que não foram vislumbrados na documentação consultada. No entanto, outras possibilidades podem surgir como trabalhar fotograficamente esses patrimônios, comparar diferentes processos de tombamentos, adentrar o processo burocrático da política patrimonial vigente, entender

¹⁵⁷ Arcelino Pereira dos Santos. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 23 de março de 2004.

¹⁵⁸ Hermínia Vieira da Costa. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 18 de janeiro de 2003.

o funcionamento dos órgãos de preservação como o COMPHAC, após 1987, e seu trabalho de divulgação do patrimônio, considerando o fato de que este conselho ainda está atrelado e dependente do poder municipal. Além disso, é preciso reconhecer que existem na cidade outras instituições, como o Arquivo Público e o Museu Municipal, que fazem interessantes abordagens da história do município e seus patrimônios, as quais podem ampliar a compreensão que temos do nosso legado cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Nizia Maria. Movimento popular, democracia participativa e poder político local: Uberlândia 1983/1988. In: **Revista História e perspectivas**, Uberlândia, nº 4, p. 103-129, jan./jun. 1991.

ARANTES, Jerônimo. **Cidade dos sonhos meus**: memória histórica de Uberlândia. Uberlândia: Edufu, 2003.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995. (Obras escolhidas)

BOSI, Antônio de Pádua. Conflitos sociais na construção do espaço urbano. São Pedro de Uberabinha na década de 1890. In: **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 18/19, p.53-72, jan./dez. 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**; lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas Memórias e Histórias de uma cidade**: experiências e lembranças de viveres urbanos - Uberlândia 1938-1990. 2001. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista 1920-1945. In: **Política e cultura. ANPUH**. Editora Marco Zero. SCT/CNPq/FINEP, v.12, n. 23/24, p. 55-75, set. 91/ago. 92.

_____. Imprensa, uma mercadoria política. In: **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 4, 1991, p.131-139.

CAPRI, Roberto. **Município de Uberabinha**. São Paulo: Capri Andrade S.C. Editores, 1916.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2001.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo de papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915**. São Paulo, Imprensa oficial. São Paulo, 2000.

DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do progresso em tons altissonantes**: Uberlândia (1900-1950). 2001. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

ESTANISLAU, Lídia Avelar. Memória e Patrimônio Histórico. LPH. In: **Revista de História**, v. 2, n. 1, 1991, p. 94-98.

FENELON, Déa Ribeiro (org.). **Cidades**. Programa de estudos pós-graduados em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Olho D'água, 1999. (Série Pesquisa em História)

_____. O historiador e a cultura popular: História de classe ou história do povo? In: **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, p. 05-23, jan./jun. 1992.

_____. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. Memória histórica e cultura material. In: **Revista Brasileira de História**. ANPUH. Editora Marco Zero/SCT/CNPq/FINEP, p. 17-31, set. 92/ago. 93.

JESUS, Wilma Ferreira de. **Poder Público e Movimentos Sociais**. Aproximação e distanciamento, Uberlândia 1982-2000.2002. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

JUNIOR, Edésio Fernandes. **A proteção jurídica do Patrimônio cultural de Minas Gerais: Breve avaliação crítica e algumas propostas**. Belo Horizonte: PLAMBEL-DT/ED, 1995.

JÚNIOR, Renato Jales Silva. **Memórias e narrativas de viveres urbanos o Bairro Bom Jesus**. Uberlândia – (1960-2000). 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. In: **Projeto história**. São Paulo, n. 22, p. 79-103, jun. 2001.

LEMOS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

LIMA, Sandra Aparecida de. **A função social do museu: Discurso e prática**. 1999. Monografia (Graduação em História)- Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Artes, Universidade Federal de Uberlândia, 1999.

LIMA, Soene Ozana de. **O poder da imprensa na construção do imaginário social: Uberlândia 1907-1916**. 1999. Monografia (Graduação em História)- Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Artes, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999.

_____. **Configurações do espaço urbano elaboradas pela imprensa local – Uberabinha 1907-1916**. 2001. Monografia (Especialização em História do Brasil, sociedade, trabalho e cultura). Universidade Federal de Goiás, Catalão-Go, 2001.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Caminhos e trilhas: transformação e apropriações da cidade de Uberlândia – (1950-1980)**. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MACHADO, Maria Clara. Sinal de Alerta – Perigo! A política Cultural e os Acervos Documentais em Uberlândia. In: **Revista Artcultura**. Uberlândia, v.5, n. 6, p. 79-85, jan./jun. 2003.

MINAS GERAIS. Estatutos e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha. Estado de Minas Gerais. Typ. Livraria século XX de Arédio de Souza, Uberaba, 1903.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi(org.).**Cidade: História e desafios**. Rio de Janeiro: FGV Editora/CNPq, 2002.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Trad. de Monique Augras. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, p.1-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 2, 1996, p. 59-72.

_____. Depoimentos. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 193-227, abr. 1997.

_____. História oral como gênero. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro In: **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 9-37, jun. 2001.

_____. O que faz a história oral diferente. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, p.25-39, fev. 1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 41-81, fev. 1997.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 86, p. 59-63, abr. 1986.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. Cidade e memória: dimensão da vida urbana em Caetité – 1940-1960. In: **Memória, cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. 7 letras, 2002.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Prefeitura Municipal de São Paulo. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: Patrimônio Histórico e Cidadania / DPH**. São Paulo: DPH, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Antônio Pereira da. **As histórias de Uberlândia**. Uberlândia: Editoração Paulo Antônio, 2002.

SILVA, Marcos A. da. A cidade e seus patrimônios. (Textos, imagens e sons). In: **Revista Projeto História**, São Paulo, p. 71-79, n. 13, jun. 1996.

SILVA, Regina Helena Alves da. **A cidade de Minas Gerais**. Belo Horizonte 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TOMBAMENTO e participação popular. DPH - Departamento do Patrimônio Histórico. 2. ed. São Paulo, 2001.

VIEIRA, M. do Pilar de A. et al. Imprensa como fonte para pesquisa histórica. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 3, p. 47-54, 1984.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 3, p. 89-102, 1984.

APÊNDICE A – Fontes

1. Entrevistas

Alice Gomes Girardi. Nascida na cidade de Goiatuba-Go, em 20/12/1933. Veio para Uberlândia em 1951 para estudar. Sempre morou nas imediações da Estação da Mogiana (Praça Sérgio Pacheco), sempre transitou pelo centro da cidade, gostava de ir às orquestras da Banda de Música que se apresentavam na Praça Tubal Vilela ou na Clarimundo Carneiro. Lembra-se com nitidez de construções que foram substituídas por outras no perímetro urbano. Dentre os seus passeios, se divertia viajando de trem, através da Companhia Mogiana.

Antônio Pereira da Silva. Memorialista, nascido na cidade de Queluz-SP, em 28/12/1934. Em 1954 ganhou o 1º concurso literário da revista Alterosa de Belo Horizonte. Veio para Uberlândia em 1961, transferido pelo Comércio e Indústria Ólegazas S.A. Desde que chegou começou a escrever para os jornais locais. Em 1967 foi convidado a integrar a equipe do então prefeito Renato de Freitas, sendo Secretário de Ação Social, dessa forma tendo contato efetivo não só com os habitantes locais, mas também com pessoas envolvidas na educação e mais ainda com essa cidade. Transitou por todos os espaços públicos, particulares, zona rural e urbana. Foi responsável pelo primeiro Tombamento municipal. Foi membro do COMPHAC – Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de Uberlândia. Atualmente é aposentado e escritor de livros sobre a história de Uberlândia. A entrevista foi concedida em 14 de outubro de 2002.

Geralda Maria Guimarães Rodrigues. Nascida na cidade de Uberlândia. Membro do COMPHAC desde 1987 atuando até os dias atuais. Professora de História e História da Arte. Moradora na Rua Olegário Maciel, próximo à Praça Tubal Vilela. Acompanhou as transformações pelas quais passou esse trecho do perímetro urbano. Teve uma infância feliz, brincando na Praça Tubal Vilela, indo ao Praia Clube, aos bailes no Liceu, no Clube Libanês, fazendo-a ter boas recordações. Foi uma das manifestantes em relação ao tombamento do Patrimônio Histórico de Uberlândia atuando em tudo o que se relaciona ao COMPHAC e aos órgãos de preservação. Entrevista concedida em 06 de maio de 2003.

Hélvio de Lima. Artista Plástico, formado em Letras, nascido em Uberlândia, em 23/04/1947. Morou por muitos anos na Vila Martins fazendo do bairro Fundinho palco de suas

brincadeiras; atualmente possui uma casa onde mora e um ateliê nesse mesmo bairro. Em janeiro de 2002 lançou o primeiro Jornal Fundinho Cultural que tem como propósito mostrar com arte e cultura a história dos moradores e personagens marcantes do bairro Fundinho. Por retratar do cotidiano e valorizar a singeleza desse espaço urbano, figurou por diversas vezes nos jornais locais ou em exposições em diversos pontos da cidade, inclusive na Casa da Cultura. Foi membro do COMPHAC. Entrevista concedida em 16 de outubro de 2003.

Hermínia Vieira da Costa. Aposentada, nasceu na cidade de Uberlândia, em 29/04/1917. Moradora da Rua Vigário Dantas (próximo ao bairro Fundinho). Foi frequentadora da Igreja Nossa Senhora do Carmo (Matriz) onde foi batizada. Recorda-se com lucidez de várias construções que já foram demolidas. Se divertia ao som de músicas tocadas no gramofone, passeou de charretes Cabriolé, foi por diversas vezes na Estação da Mogiana ver a movimentação de pessoas indo e outras chegando. Depois passeou de Fordinho, Ford Bigode, e se recorda de cada construção que já foi desfeita na imediação de seu bairro e adjacências. Entrevista concedida a Soene Ozana de Lima em 21 de janeiro de 2003.

Observação: Em 18 de Outubro de 2002, através do Projeto Vivências – Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Cultura – Museu Municipal de Uberlândia, entrevistamos D. Hermínia Vieira da Costa – Concedida à Sandra Aparecida de Lima e Soene Ozana de Lima

Maura Borges de Oliveira. Nascida na Fazenda da Onça, Município do Prata-MG, em 09/03/1926. Veio para Uberlândia em 1926 aos sete meses de idade. Foi moradora da Rua Quintino Bocaiúva, no centro, por muitos anos. Fazia seus passeios nos cinemas da cidade. Foi bordadeira, costureira e representante comercial, vendedora de cosméticos, percorreu as ruas de Uberlândia adentrando os lares, conhecendo histórias e pessoas que por anos fizeram parte de seu cotidiano. Foi batizada na Igreja Nossa Senhora do Carmo (Matriz) e ao se casar morou em casas no pátio da Estação da Mogiana onde seu esposo trabalhava como pedreiro. Entrevista concedida em 19 de setembro de 2003.

Iolanda de Freitas Souza. Caseira da Fazenda do Letreiro, nascida em Estrela do Sul, em 28/11/1930. Veio para Uberlândia na companhia de seu esposo Álvaro Souza em 1952. Desenvolveu várias atividades na Fazenda sendo costureira, e cozinhando para os peões. Ainda pratica seus dotes culinários na feitura de doces e queijos. Vinha para Uberlândia fazer compras percorrendo esses espaços urbanos. Fez várias viagens de trem passando pelas

Estações de Sobradinho, Estiva, Jiló, Stevenson, Mogiana e Goiás. Entrevista concedida em 10 de fevereiro de 2004.

Álvaro Dias de Souza. Caseiro da Fazenda do Letreiro, nascido na cidade de Estrela do Sul, em 06/02/1928. Foi capataz da fazenda desde que veio para Uberlândia em 1952. Morador da zona rural sempre veio para esta cidade fazer compras e trazer a boiada para os frigoríficos. Fez várias viagens de trem passando pelas Estações da Mogiana, Sobradinho, Esteva, Jiló, Stevenson e Goiás. Entrevista concedida em 10 de fevereiro de 2004.

Dorcelina de Freitas Pereira dos Santos. Professora aposentada. Nasceu em Uberlândia, em 04/07/1913. Casada com Sr. Arcelino Santos. Foi moradora das imediações da Praça Rui Barbosa, casa em que nasceu. Posteriormente morou em uma residência na Avenida João Pinheiro, próxima à CTBC. Quando se casou na década de 1950 mudou-se dessa casa indo residir no bairro Martins. Caminha por toda a cidade e se recorda com saudade da Mogiana. Lecionou no colégio Liceu de Uberlândia. Entrevista concedida em 23 de março de 2004.

Arcelino Pereira dos Santos. Contador e professor aposentado, nasceu na cidade de Ipupiara-BA, em 1918. Veio para Uberlândia em 1934. Lecionou no Colégio Liceu de Uberlândia e trabalhou no Fórum que fora demolido. Lembra de vários lugares da cidade, foi platéia de vários acontecimentos ocorridos na Câmara de Vereadores. Morador do bairro Martins teve livre trânsito nas imediações da Mogiana, lugar que se recorda com riqueza de detalhes. Pessoa culta que valoriza a leitura, todos os dias lê um jornal local, prática que guarda desde sua mocidade. Recorta e guarda artigos de jornais que mais lhe agradam. Entrevista concedida em 23 de março de 2004.

Maria Regina Ribeiro Gonçalves. Historiadora, nascida na cidade de Uberlândia. É funcionária pública e trabalha na Secretaria de Cultura desde 1986. Foi uma das manifestantes na década de 1980 pela preservação de Patrimônios Históricos. Transitou por esses espaços uberlandenses, palco de agitadas manifestações, percorreu praças, ruas, distritos, fazendas que remontam à história uberlandense. Atualmente é Coordenadora do Museu Municipal de Uberlândia. Entrevista concedida em 27 de agosto de 2003.

Adélia Santos França. Professora de piano. Nascida em 29/08/1928, em Jardinésia,

município do Prata. Veio para Uberlândia em 1938, neta de José Lélis França, um dos prefeitos de Uberlândia. Foi criada no bairro Fundinho e reside em uma das casas mais antigas de Uberlândia, que aliás, teve seu tombamento pedido pela proprietária em 2004. Professora de piano, tem amor pela cidade e pela música. É uma das pessoas que conta sua história no Jornal Fundinho Cultural. Entrevista concedida em 18 de março de 2004.

Valda Giovane Barros. Nascida em Uberlândia, em 22/11/1946. Passou sua infância nos pátios da Estação da Mogiana onde seu pai trabalhava de telegrafista e sua mãe fornecia marmitta e lavava roupa para os funcionários aprendizes da Companhia. Freqüentadora do Praia Clube, dos cinemas e dos passeios na praça.

APÊNDICE B – Documentos Diversos

Relatório das atividades desenvolvidas pelo COMPHAC, 1987.

Câmara Municipal de Uberlândia, Proposição de Lei nº 1.019/83 – Estabelece nova organização administrativa do Município e da outras providências.

PMU – Atribuição da Divisão de Patrimônio Histórico, Museu Municipal, 1993.

Histórico da Escola Estadual de Uberlândia. s.d.

Atribuições da Divisão de Patrimônio Histórico, 1994.

PMU – Lei nº 4240 de 14 de novembro de 1985 – organiza a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e cultural do Município de Uberlândia, 1985.

PMU – Lei nº 4.433 de 10 de novembro de 1986. Modificam a Lei nº 4.240 de 14/11/1985.

PMU – Lei nº 3.052 de 31 de outubro de 1979 – Dá nova denominação a Secretária Municipal de Educação Cultura e Assistência Social, 1979.

Prefeitura de Uberlândia – 1º Censo Cultural de Uberlândia, 2002.

Inventário de Proteção do acervo cultural – Mercado Municipal, 2001.

Inventário de proteção do acervo cultural – Igreja Espírito Santo do cerrado, 2002.

CMU – CM – Of. 309/84 Pedido de reconstrução da primeira igreja de Nossa Senhora do Carmo, 1984.

PMU – Lei nº 1392. Cria o Museu Histórico e dá outras providências, 1965.

PMU – Lei nº 5530 – Dispõe sobre multas para atos relativos a danos causados a bens e direitos tombados pelo patrimônio histórico, artístico e cultural do Município de Uberlândia. Cria o Fundo Municipal para reconstrução de bens danificados e dá outras providências, 1992.

PMU – Relatório parcial do trabalho realizado no cartório de notas e paz do distrito de Miraporanga, Uberlândia - MG, 1989.

Histórico da casa onde funciona a Escola Estadual Enéas Oliveira Guimarães, s.d.

PMU – Termo de cessão recíproca de imóveis que entre si fazem o município de Uberlândia e a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – E. E. Enéas Oliveira Guimarães, 1984.

PMU – Lei nº 3264. São declaradas imunes de corte para os efeitos da Lei Federal nº 4771, de 15/09/65, três árvores de sibipiruna, da Rua Oswaldo Rezende – Bairro Martins, 1981.

PMU – Lei nº 4.043 declara imune de corte árvores histórica, 1995.

PMU – Lei nº 6.400 - Declara imune de corte árvore Histórica, 1995.

PMU - Faz solicitação, informação e envia documento (E. E. Uberlândia), 1986.

PMU - Parecer do COMPHAC - sobre Mercado Municipal, 1988.

DMPH Captação de recursos para vinda de restaurador (casa da cultura, Câmara Municipal e Igreja do Rosário de Miraporanga), 1994.

- PMU - Projeto de restauração do Edifício seda da Casa da Cultura de Uberlândia, 1985.
- 100 anos da Comarca de Uberlândia, (1982-1992)
- CMU - Proposição de Lei nº 365/02 dispõe sobre o tombamento do bem público municipal denominado “Mercado Municipal”, 2002.
- CMU - Proposição de Lei nº 1576/87 autoriza anexar placa ao imóvel que menciona (coreto), 1987.
- CMU - Parecer do Projeto nº 5892 - justificativa da casa da cultura, 1985.
- CMU - Justificativa - Igreja do Divino Espírito Santo do Cerrado, 1991.
- Art 5º - Revogam-se as disposições em contrário justificção - Casa da cultura, 1983.
- CMU - Justificativa - Câmara Municipal e corêto, s.d.
- PMU - Lei nº 4.375 cria o arquivo Público de Uberlândia e dá outras providências, 1986.
- Proposta para participação do NUHCIS - área de fotografia na comemoração do aniversário de Uberlândia em 1988.
- NUHCIS - Relatório de atividades pela pesquisa “Preservação do Patrimônio Histórico no Município de Uberlândia” no 2º semestre, 1983.
- PMU - Histórico da Estação Ferroviária de Sobradinho, 1989.
- PMU - Processos e histórico da Capela de Nossa Senhora das Neves do Distrito de Miraporanga, 1968.
- PMU - Histórico de edificação da Igreja do Rosário de Uberlândia, s.d.
- PMU - Histórico de edificação da Igreja do Rosário de Uberlândia, 1993.
- Departamento de Estudos Sociais da Universidade Federal de Uberlândia - Histórico da casa da cultura, s.d.
- PMU - Discurso proferido pela Secretária Municipal de cultura por ocasião da inauguração da casa da cultura de Uberlândia, 1985.
- Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Projeto Lei nº 309/84 - Doação Estadual do prédio da casa da cultura ao Município de Uberlândia, 1985.
- Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Memória e Patrimônio histórico, Museu Municipal de Uberlândia, s.d.
- PMU - Inventário de Proteção do acervo cultural, 2002.
- PMU - Histórico do Mercado Municipal, 2001.
- COMPHAC - Parecer sobre a Lei de uso e ocupação do solo, s. d.
- PMU - Anti-Projeto de Lei - Uso e ocupação do solo, 1986.
- COMPHAC - Relatório de atividades 19. s. d.
- COMPHAC - Convite a Entidades religiosas na comemoração do 1º centenário de Uberlândia, 1987.
- PMU - Projeto da Comissão setorial de memória cultural, s. d.
- PMU - Decreto nº 4000. Aprova o Estatuto do COMPHAC, 1988.

PMU - Projeto Lei nº 026/86. Proíbe a construção de edifícios na área que especifica, 1986.

PMU – Política cultural da Secretaria Municipal de Cultura, Uberlândia, 1987. (folder).

Atas do COMPHAC – 1987-1989

APÊNDICE C – Jornais

Jornal Correio de Uberlândia 1950 – 1988

Jornal Primeira Hora 1982 – 1988

Jornal Fundinho Cultural nº de 01 a 07 (Fevereiro de 2002 a Abril de 2005)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)